



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**UNIÕES MATRIMONIAIS E ESTRATÉGIAS TESTAMENTÁRIAS NO
OESTE PAULISTA**

**Um estudo sobre os planos de sucessão da elite agrária de Itu (São Paulo,
1775-1825)**

HUGO HERNANDEZ DO NASCIMENTO

Brasília

2023

HUGO HERNANDEZ DO NASCIMENTO

**UNIÕES MATRIMONIAIS E ESTRATÉGIAS TESTAMENTÁRIAS NO
OESTE PAULISTA**

**Um estudo sobre os planos de sucessão da elite agrária de Itu (São Paulo,
1775-1825)**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: História Social e suas Múltiplas Formas

Orientador: Prof. Dr. José Inaldo Chaves

Brasília

2023

**UNIÕES MATRIMONIAIS E ESTRATÉGIAS TESTAMENTÁRIAS NO
OESTE PAULISTA**

**Um estudo sobre os planos de sucessão da elite agrária de Itu (São Paulo,
1775-1825)**

HUGO HERNANDEZ DO NASCIMENTO

Banca Examinadora:

Professor Dr. José Inaldo Chaves
(Presidente da banca – Universidade de Brasília)

Professor Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar
(Membro externo – Universidade de São Paulo)

Professor Dr. Tiago Luís Gil
(Membro interno – Universidade de Brasília)

Professor Dr. Luiz César de Sá
(Suplente – Universidade de Brasília)

RESUMO

O final do século XVIII foi marcado por uma profunda transformação econômica para os mais abastados fazendeiros do Oeste paulista, Capitania de São Paulo: enquanto antes haviam conquistado sua importância para o abastecimento interno da colônia, agora, impulsionados por novas medidas governamentais e por uma conjuntura internacional favorável, enfim se tornavam parte da lucrativa agricultura exportadora de açúcar. Muito embora tais famílias rapidamente tenham acumulado um cabedal suficiente para sustentar os seus engenhos e adquirir milhares de escravizados, o elevado número de herdeiros concebidos poderia resultar, seguindo as regras legais de transmissão de herança, no fracionamento de suas terras, com impacto direto no *status* social recém-atingido. Nesse contexto, este trabalho se dispõe a analisar, a partir do estudo de listas nominativas, registros de casamento, inventários *post-mortem* e genealogias, convenientes enlaces matrimoniais e estratégicas decisões testamentárias realizadas por destacadas linhagens da vila de Itu, tendo como principal objetivo a preservação do seu patrimônio familiar.

Palavras-chave: Capitania de São Paulo, senhores de engenho, família, casamentos, transmissão de propriedade.

ABSTRACT

The late eighteenth century was marked by a profound economic transformation for the richest farmers at Oeste paulista, Captaincy of São Paulo: if in the past they had an important role in the domestic supply of the colony, now, pushed by new governmental acts and also by a favorable international scenario, they finally became part of a more profitable sugar agriculture destined for export. Although these families quickly amassed enough wealth to sustain its mills and to purchase thousands of slaves, the high number of heirs could result, following inheritance laws, in the fragmentation of their property, directly impacting the social *status* recently achieved. In this context, working with sources such as local census, marriage registers, *post-mortem* inventories and genealogies, this dissertation aims to discuss suitable weddings and testamentary strategies adopted during the rise of cane crops in the enriched *vila* of Itu, both having as its objective the best plan to maintain those families as members of the regional dominant class.

Keywords: Captaincy of São Paulo, planters, family, marriages, transmission of property.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: Uma nova abordagem historiográfica sobre o indivíduo	13
1.1 O amadurecimento da história social ao longo do século XX: a vez do sujeito comum diante de suas experiências coletivas.....	13
1.2 Interpretando famílias, redes e indivíduos na América Portuguesa.....	22
CAPÍTULO 2: O amadurecimento econômico da Capitania de São Paulo: do abastecimento interno à lavoura exportadora	35
2.1 O desenvolvimento de uma estrutura mercantil na Capitania de São Paulo.....	37
2.2 A nova dinâmica socioeconômica ituana a partir do sucesso de sua lavoura canavieira.....	43
2.2.1 Estrutura demográfica da vila de Itu (1775 – 1825).....	46
2.2.2 Estrutura profissional da vila de Itu (1799 – 1825).....	53
2.2.3 Estrutura domiciliar e ocupacional da vila de Itu por gênero (1775 – 1825).....	57
CAPÍTULO 3: Senhores de engenho ituanos e suas estratégias para a manutenção patrimonial familiar	65
3.1 Antonio de Barros Penteado e Maria Paula Machado.....	67
3.1.1 A formação de novas alianças.....	70
3.1.2 Os detalhes de uma partilha amigável.....	77
3.1.3 As últimas vontades do casal.....	80
3.2 João Bicudo de Aguirra e Anna Emerenciana de Oliveira.....	84
3.2.1 A manutenção das alianças consanguíneas.....	87
3.2.2 Os detalhes de uma partilha não amigável.....	93
3.2.3 As últimas vontades de João Bicudo de Aguirra.....	97
CONCLUSÃO	99
FONTES IMPRESSAS	103
FONTES MANUSCRITAS	103
BIBLIOGRAFIA	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Características gerais da população da vila de Itu (1775 – 1825).....	47
Tabela 2: Precificação e volume de açúcar produzido pela vila de Itu (1805 – 1818).....	48
Tabela 3: Número de escravizados por fogo na vila de Itu (1775 – 1825).....	49
Tabela 4: Distribuição de escravizados por fogo na vila de Itu (1775 – 1825).....	50
Tabela 5: Distribuição dos chefes de família na vila de Itu: brancos e não brancos (1799 – 1825)	52
Tabela 6: Número de chefes de família por ocupação na vila de Itu (1799 – 1825).....	53
Tabela 7: Distribuição de chefes de família por ocupação na vila de Itu (1799 – 1825).....	54
Tabela 8: Número de escravizados por ocupação na vila de Itu (1799 – 1825).....	55
Tabela 9: Distribuição de escravizados por ocupação na vila de Itu (1799 – 1825).....	56
Tabela 10: Média de cativos por fogo escravista na vila de Itu (1799 – 1825).....	57
Tabela 11: Características dos chefes de família na vila de Itu (1775 – 1825).....	58
Tabela 12: Distribuição da população escravizada na vila de Itu (1775 – 1825).....	60
Tabela 13: Chefes de família mulheres por ocupação na vila de Itu (1799 – 1825).....	61
Tabela 14: Distribuição de chefes de família mulheres por ocupação na vila de Itu (1799 – 1825).....	61
Tabela 15: Chefes de família homens por ocupação na vila de Itu (1799 – 1825).....	63
Tabela 16: Distribuição de chefes de família homens por ocupação na vila de Itu (1799 – 1825).....	63
Tabela 17: Batismos dos herdeiros de Antonio e Maria Paula.....	69
Tabela 18: Matrimônios dos herdeiros de Antonio e Maria Paula.....	71
Tabela 19: Colação dos herdeiros de Antonio e Maria Paula (valores em réis).....	78
Tabela 20: Memória de cálculo do inventário de Antonio e Maria Paula (valores em réis).....	80
Tabela 21. Batismos dos herdeiros de João e Anna Emerenciana.....	86
Tabela 22. Matrimônios dos herdeiros de João e Anna Emerenciana.....	88

Tabela 23. Colação dos herdeiros de João e Anna Emerenciana (valores em réis).....	93
Tabela 24. Memória de cálculo do inventário de Anna Emerenciana (valores em réis).....	94
Tabela 25. Primeira partilha dos sítios de João e Anna Emerenciana (12/5/1820).....	95
Tabela 26. Partilha final dos sítios de João e Anna Emerenciana (9/5/1822).....	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Produção anual de açúcar – Antonio de Barros Penteado (1798 – 1825).....	68
Gráfico 2. Posse de escravizados – Antonio de Barros Penteado (1784 – 1825).....	68
Gráfico 3. Produção anual de açúcar – João Bicudo de Aguirra (1798 – 1824).....	85
Gráfico 4. Posse de escravizados – João Bicudo de Aguirra (1790 – 1824).....	86

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Parentesco materno entre José Manoel Aguirra e Anna Maria Clara.....	90
--	----

INTRODUÇÃO

Este trabalho se dispõe a examinar, em meio aos planos de sucessão dos principais senhores de engenho da vila de Itu, Capitania de São Paulo, suas estratégias testamentárias e os enlaces matrimoniais de seus herdeiros entre o final do século XVIII e o começo do XIX, período em que a fazenda de açúcar do Oeste paulista se inseriu no mercado agroexportador do artigo. Utilizando-se da análise de listas nominativas, registros de casamento, inventários *post-mortem* e da genealogia elaborada por Luiz Gonzaga da Silva Leme,¹ pretendemos nos situar no debate que tange à preferência entre filhos do sexo masculino ou feminino como responsáveis pela manutenção do patrimônio familiar na América Portuguesa.

Respeitando uma perspectiva cronológica linear, a aproximação àquilo que se desenvolveria nesta pesquisa ocorreu após a leitura de *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*,² de Carlos de Almeida Prado Bacellar, quando observamos um horizonte que bem poderia ser por nós explorado, a saber, a transmissão de bens às gerações seguintes – em nosso caso, das abastadas linhagens de Itu, zona rural de São Paulo. No livro decorrente de sua dissertação de mestrado, além de abordar importantes pontos como a incidência de uniões consanguíneas, a concessão de dotes e a fecundidade daquela população, Bacellar indicou que a prole masculina da elite agrária ituana sofreria um favorecimento paterno, posto que, ao serem privilegiados por um repasse de capital que viabilizaria a migração para terras vizinhas, passariam a cultivar as suas próprias lavouras.

Ainda que a articulação entre os capítulos transmitisse uma lógica sobremaneira aceitável e fosse inegável a plausibilidade dos argumentos apresentados, saltou-nos aos olhos o fato de sua conclusão ter sido fundamentalmente baseada em índices demográficos, sem que a nova localização dos herdeiros fosse rastreada ou sem que fosse conduzida uma investigação nos testamentos dos maiores fazendeiros, documentos cruciais, assim entendemos, para a comprovação de suas últimas vontades. Após uma rápida resposta dos prestativos profissionais do Museu Republicano de Itu, descobrimos a existência de um rico acervo de inventários da época, muitos deles acompanhados por testamentos, e decidimos que a reconstrução da trajetória de vida de parte daquelas pessoas, a partir das fontes previamente citadas, seria o

¹ LEME, Luiz Gonzaga da Silva. Genealogia paulistana. São Paulo: Duprat & comp., 1905, 9 v.

² BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

projeto que desejávamos realizar para compreender as escolhas da classe senhorial e o destino de seus descendentes.

A despeito de os objetivos então traçados terem sofrido consideráveis alterações, muito do pensamento original aqui se faz presente, somente foi expandido em acordo com a bibliografia apresentada pelo orientador desta pesquisa, o professor doutor José Inaldo Chaves, a quem somos gratos. Se antes o foco estava apenas sobre o destino dos filhos varões, avaliando suas uniões matrimoniais e o modo como os testamentos de seus genitores poderiam beneficiá-los, cedo enxergamos o mérito de se lançar um olhar amplo sobre as ações dos enriquecidos senhores de engenho ituanos, não mais sendo possível ignorar o papel das filhas mulheres no que toca à manutenção do patrimônio acumulado.

Sobre a produção historiográfica à qual este escrito ambiciona se juntar, a transmissão de bens veio a ser, já na década de 1980, um importante tópico adicional àqueles aos quais se dedicavam os pesquisadores de modelos e práticas familiares no país. Como exemplo, a brasilianista Muriel Nazzari,³ ao investigar aproximadamente trezentos inventários redigidos entre 1600 e 1900 em São Paulo, apontou, ao analisar a concessão de dotes, a forma como os pais se utilizariam dos casamentos das herdeiras para fortalecer o seu respectivo clã – principalmente no século XVII. Uma vez que tais dotes eram compostos por instrumentos de trabalho e escravizados indígenas ou africanos, estava oferecida ao novo casal a chance de montar a sua própria unidade agrícola, e consolidava-se, segundo Nazzari, uma estratégia de favorecimento às filhas.

Alida Metcalf, em obra publicada ao início de 1992,⁴ também indicou um padrão matrilinear de transferência de bens ao analisar listas nominativas, inventários, testamentos e registros paroquiais de 1580 a 1822 em Santana do Parnaíba, vila próxima à cidade de São Paulo. Em seu estudo, verificou que faria sentido, para abastados fazendeiros, encorajar a ida dos filhos ao interior da Capitania para que tentassem sua ascensão financeira em lugares ainda não explorados, ao mesmo tempo em que impediriam, com o incentivo à migração masculina, a fragmentação da propriedade rural na qual haviam se estabelecido. Às filhas, eram buscados enriquecidos genros nativos de São Paulo ou imigrantes de Portugal, que receberiam terras e escravizados como dotes e seriam os responsáveis pela proteção do que a família possuía.

³ NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600–1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁴ METCALF, Alida C. *Family and frontier in colonial Brazil – Santana de Parnaíba, 1580-1822*. Berkeley: University of California Press, 1992.

A historiadora Sheila de Castro Faria⁵ seria uma outra autora a identificar o privilégio à prole feminina em nome da manutenção patrimonial de um clã, dessa vez da elite agrária de Campos dos Goitacases, Capitania da Paraíba do Sul, ao longo do século XVIII. Valendo-se de fontes como inventários, testamentos, mapeamentos populacionais e registros paroquiais, Faria revelou a maior ocorrência de casamentos das filhas de senhores de engenho com destacados comerciantes locais, que se tornavam proprietários de terras destinados a conduzir as rentáveis lavouras açucareiras então cultivadas pelos seus sogros. Para os rapazes, restava a mobilidade geográfica na procura de um melhor horizonte social, o que poderia ser alcançado pela ocupação de áreas que iam além da sua fronteira agrícola.

Carlos de Almeida Prado Bacellar, por seu turno, ao estudar genealogias, listas nominativas e cadastros de bens rústicos do Oeste paulista, sugeriu, como já se disse, uma preferência pelos filhos varões para a defesa de um capital acumulado entre os séculos XVIII e XIX. Diante do sucesso regional da cultura canavieira, o amadurecimento mercantil fatalmente traria consigo a dificuldade em transmitir essa riqueza a uma numerosa prole, de maneira que o padrão econômico e social fosse conservado. Sendo a média de filhos daqueles patriarcas igual a 7,3,⁶ o natural fracionamento de terras seria um obstáculo à manutenção do *status* familiar; ademais, pela sua própria constituição, o caráter indivisível de um engenho tornava o cenário nebuloso, fazendo com que se buscassem alternativas matrimoniais e testamentárias para que o vultoso cabedal não se esvaísse.

Em sua obra, Bacellar sustenta a existência de um fluxo migratório das novas gerações ituanas para vilas como Jundiaí, Mogi Mirim, Porto Feliz e, especialmente, Campinas. Em acordo com dados levantados pelo historiador, os homens pertencentes àquela elite tenderiam a deixar o lar paterno em torno dos 21,5 anos e a se casar ao redor dos 27,7,⁷ construindo-se um quadro no qual tentariam se estabelecer financeiramente antes de contrair núpcias, aos poucos constituindo seu pecúlio e criando, por conseguinte, condições para a manutenção de sua futura unidade doméstica.

Para o historiador, os herdeiros ituanos, contando com o conhecimento obtido pela observação dos engenhos paternos em funcionamento, deslocar-se-iam para vilas de solo fértil e não permaneceriam em campos que, aparentemente, estariam em declínio. Visando o cumprimento dessa nova missão, o autor não cita a possibilidade da prática creditícia, o que

⁵ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.

⁶ Carlos de Almeida Prado Bacellar, *op. cit.*, p. 72.

⁷ *Ibidem*, p. 62.

poderia ser debatido considerando o prestígio desses senhores, pertencentes também, em sua maioria, ao corpo militar de Itu; para ele, o movimento migratório seria financiado pelo adiantamento da herança à qual cada um teria direito ou pela venda de sua porção da propriedade a um irmão concentrador.⁸ No caso da primeira opção, estaria evidenciado o favorecimento aos rapazes com a intenção de se conseguir um novo êxito agrícola, agora em outro sítio.

Em linha com o que disse o autor, Dora Isabel Paiva da Costa⁹ afirmou que famílias abastadas em Campinas, com plantações nesta vila entre 1795 e 1850, antecipariam a herança da prole masculina para que ela pudesse adquirir terras livres e incultas, possibilitando a expansão do fundo parental comum. Conforme seu estudo realizado fundamentalmente em inventários, sinalizou-se uma tendência de que a face móvel dos bens do casal, como escravizados e animais, fosse herdada pelos filhos homens, enquanto os genros permaneceriam nas fazendas ocupadas pelos clãs aos quais matrimonialmente haviam se unido.

Ainda que muito apreciemos os argumentos de Carlos de Almeida Prado Bacellar e o modo didático como ele os expôs em sua obra, majoritariamente se embasando em dados demográficos obtidos por meio do rico acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), acreditamos que, lançando mão de outras fontes históricas como registros de casamento, inventários e testamentos, foi possível complementá-las, atingindo um outro nível de profundidade ao investigarmos a cena ituana da época. Se *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855* serve de importante referência para historiadores que se debruçam sobre linhagens no Brasil dos séculos XVIII e XIX, entendemos que a releitura de teses nele defendidas muito pode contribuir para a historiografia nacional, notavelmente para aqueles que se dedicam a trajetórias de vida na Capitania de São Paulo.

No que diz respeito ao trabalho desenvolvido nesta dissertação, desejamos, em seu primeiro capítulo, demonstrar como a história social abriu espaço a perguntas antes ignoradas, permitindo tanto a ampliação da história da família quanto a ascensão da demografia histórica e da micro-história italiana, paulatinamente fazendo com que seus praticantes explorassem as trocas de experiências dos sujeitos junto à multiplicidade de espaços nos quais se inseriam.

⁸ Carlos de Almeida Prado Bacellar, *op. cit.*, p. 156.

⁹ COSTA, Dora Isabel Paiva da. Formação de famílias proprietárias e redistribuição de riqueza em áreas de fronteira: Campinas, São Paulo, 1795-1850. *História Econômica e História de Empresas*, vol. 7, n. 2, p.7-35, jul-dez 2004. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/dora-isabel-paiva-da-costa.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2021.

Abordaremos, também, a partir da definição de família nos tempos coloniais, o valor dos casamentos para a construção de redes de solidariedade, a herança imaterial que se acumulava a cada geração e a margem de manobra do indivíduo, mesmo que pequena, perante os matrimônios à época celebrados.

O segundo capítulo será dedicado à contextualização do cenário socioeconômico do qual fizeram parte os senhores de engenho ituanos, tendo em conta a expansão da lavoura canavieira paulista ao término do século XVIII. A princípio, discutiremos o amadurecimento da atividade mercantil em São Paulo e as medidas administrativas implementadas após a sua restauração, formalizada em 1765, que muito contribuíram para o sucesso da cultura do açúcar. Posteriormente, com base em informações extraídas dos maços de população da vila de Itu entre 1775 e 1825, apresentaremos dados demográficos que refletem o impacto trazido àquela sociedade pelo êxito de seus núcleos agroexportadores, possibilitando uma melhor compreensão da realidade em que a elite agrária local se consolidava e decidia o que seria de maior proveito para a manutenção de seu *status* social.

No último capítulo desta dissertação, serão analisadas as trajetórias de dois casais que se destacavam entre os principais escravistas de Itu: inicialmente, Antonio de Barros Penteado e Maria Paula Machado; logo depois, João Bicudo de Aguirra e Anna Emerenciana de Oliveira. Observaremos, com detalhe, as núpcias contraídas pelos seus filhos dedicando especial atenção à posição social dos lares aos quais se uniam, e nos debruçaremos, a seguir, sobre as vontades finais declaradas nos testamentos daqueles patriarcas e matriarcas, avaliando qualquer ponto que possa nos sugerir uma estratégia para que a maior fonte da riqueza anteriormente amealhada, os engenhos, não fosse fragmentada entre os seus descendentes. Muito embora estejamos explorando os eventos vitais de somente duas famílias, acreditamos que tal redução de escala nos permita atingir uma nova aproximação às suas escolhas, ao comportamento manifestado diante dos desafios e oportunidades que à sua frente se colocavam, melhor compreendendo, por fim, as decisões que tomavam em nome de sua sucessão patrimonial.

Capítulo 1 – Uma nova abordagem historiográfica sobre o indivíduo

1.1 O amadurecimento da história social ao longo do século XX: a vez do sujeito comum diante de suas experiências coletivas

Até a primeira metade do século passado, fazia-se difícil imaginar a investigação do processo sucessório de abastados senhores de engenho do Oitocentos como uma pesquisa que saltasse aos olhos de quem se dedicasse à ciência histórica. Diante de uma produção voltada a temas políticos e militares, fatalmente se estranharia a ambição de se questionar como casais de períodos precedentes pensavam, quais redes articulavam e se favoreciam, de alguma forma, a prole masculina ou feminina em nome da manutenção do patrimônio e *status* familiares. O apetite em se estudar conflitos diplomáticos, estratégias bélicas ou feitos de “grandes heróis” nacionais, entre outros, impunha-se, permitindo espaço reduzido ao olhar sobre coletividades e indivíduos comuns.

A ascensão da história social alteraria substancialmente tal cenário. Ao surgir como uma espécie de reação àquilo visto como historiografia tradicional, a nova abordagem priorizaria, como definido por Hebe Castro, “*a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos –sociais– na explicação histórica*”.¹⁰ Em vez de se privilegiar o exame de atos burocráticos de autoridades que atuavam na América Portuguesa, por exemplo, paulatinamente era aberta uma oportunidade para se analisar a ação de personagens às quais antes, apesar de sua importância para a economia da Metrópole, eram concedidas poucas linhas em publicações acerca do que aqui se vivia.

A fundação da escola dos Annales, em 1929, é considerada o marco inicial responsável por impulsionar esse alargamento historiográfico, quando veio a se destacar, por um lado, o desejo de se promover um conhecimento mais abrangente e totalizante das experiências coletivas humanas, assim como, pelo outro, o incentivo à interdisciplinaridade, fazendo com que eixos temáticos de áreas distintas fossem incorporados à história. Em suas primeiras décadas, o movimento criado por Lucien Febvre e Marc Bloch vinculou-se fortemente à história econômica, como evidenciava o título de seu periódico de divulgação científica, *Annales d'histoire économique et sociale*. Entretanto, em que pese a preocupação com o fenômeno

¹⁰ CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

econômico na História, o germe da história social esteve presente desde a primeira geração, sendo ela reivindicada e delimitada metodologicamente já no *pós-guerra*, especialmente a partir de uma aproximação a disciplinas como a demografia e a psicologia social.

Como assinalaria Eric Hobsbawm sobre a emancipação do novo campo, ele não foi moldado somente em acordo com a estrutura profissional, os métodos e as técnicas de outras ciências, mas sim lapidado pelas questões que passaram a ser formuladas.¹¹ Ao se transpor a barreira que limitava os teóricos a uma *histoire événementielle* associada a conteúdos políticos em chave conceitual restrita, como dito anteriormente, oferecia-se, agora, um universo aberto a perguntas antes ignoradas, despertando um interesse popular por quem desejava conhecer o passado da gente que a eles mais se assemelhava.¹²

A princípio, notabilizaram-se como suas convicções centrais o peso superior do destino coletivo sobre o dos indivíduos, mesmo que estes fossem reis ou heróis, e a apreciação das evoluções maciças como as únicas aptas a desvendar o sentido das transformações em sociedades humanas.¹³ Em meio ao quadro de maior relevo do todo em relação ao singular, foram lançadas por Ernest Labrousse, no Congresso de Ciências Históricas de Roma, em 1955, as bases para uma história social de teor quantitativo,¹⁴ provocando a busca de fontes adicionais que a alimentassem e a auxiliassem no desenho do coletivo, como registros de batismo, casamento e óbito. Utilizando-se de informações compiladas nessa recém-explorada esfera de *corpus* documental, passou-se a aplicar métodos estatísticos para uma melhor compreensão de longas séries de dados, capazes de revelar desde o percentual de mortalidade nos campos franceses até a fertilidade de casais londrinos após a Revolução Industrial.

A contar dos primeiros trabalhos quantitativos elaborados e do uso de materiais outrora relegados a segundo plano, sedimentaram-se os alicerces para o nascimento da demografia histórica, área do conhecimento que permitiria um olhar detalhado sobre as populações e suas respectivas estruturas sociais. O demógrafo francês Louis Henry, por suas publicações de 1956 na companhia do historiador Michel Fleury, é visto como o seu fundador, sobressaindo-se por criar uma metodologia específica para o tratamento de fontes paroquiais que tornou possível a

¹¹ HOBSBAWM, Eric. From Social History to the History of Society. *Daedalus*, vol. 100, n. 1, 1971, pp. 20-45. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20023989>. Acessado em: 27 jul. 2021.

¹² SAMUEL, Raphael. What is Social History? *History Today*, vol. 35, n. 3, 1985. Disponível em: <https://www.historytoday.com/archive/what-social-history>. Acessado em: 27 jul. 2021.

¹³ REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹⁴ BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. *Revista de História*, São Paulo, n. 62, abril-junho 1965. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422/119736>. Acesso em: 27 jul. 2021.

reconstituição de famílias, importante instrumento para aquilo que pretendemos desenvolver e que demonstra o anseio de Henry em realizar uma análise mais profunda da sociedade de tempos passados.¹⁵ Pouco depois, em 1964, liderados por Peter Laslett, reunir-se-ia na Inglaterra o chamado Grupo de Cambridge (*Cambridge Group for the History of Population and Social Structure*), que se consagraria pelo exame da composição de unidades domésticas britânicas e adotaria, tanto quanto os franceses, métodos quantitativos para padronizar índices de diferentes regiões e fazê-los comparáveis entre si.¹⁶

Além de se valerem de vasta documentação coletada e preservada pelas igrejas europeias, também foi crucial, para franceses e ingleses, o acesso a listagens nominais de habitantes, executadas como consequência do aparelhamento burocrático e fiscal que acompanhou a estruturação do Estado moderno.¹⁷ Deste lado do Atlântico, na Capitania de São Paulo, as listagens nominais locais, valiosa fonte histórica a ser utilizada por nós, seriam produzidas com regularidade apenas de 1765 em diante, com a chegada do capitão-general Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus.¹⁸ À época, o principal motivo para o recenseamento paulista foi o recrutamento militar, desejando a autoridade portuguesa saber quantas tropas poderia constituir para se proteger de prováveis ataques castelhanos, ameaça constante no sul continental.¹⁹

O aperfeiçoamento das técnicas criadas e exploradas por Louis Henry e Peter Laslett levou ao melhor proveito de séries documentais nas décadas seguintes, quando se fez uso de computadores e de *softwares* voltados à avaliação dos elementos compilados. Quase que sincronicamente, a demografia histórica teve lugar primordial para que se defendessem teses voltadas à história da família, tanto pela natureza das variadas fontes levantadas, como maços de população e genealogias, quanto pela relação direta estabelecida entre a dinâmica das unidades domésticas e aspectos econômicos, políticos e sociais mais amplos.²⁰ Trazendo tal lógica para o nosso projeto, se ao término do século XVIII os engenhos de açúcar finalmente ganhavam destaque na agricultura paulista, inevitavelmente se esperaria, entre os núcleos que

¹⁵ BALHANA, Altiva Pilatti; CARDOSO, Jayme Antonio; HENRY, Louis. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977.

¹⁶ FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

¹⁷ *Ibidem*, p. 231.

¹⁸ Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, foi uma importante autoridade portuguesa que governou São Paulo de 1765 a 1775, período no qual se destacou por implementar melhorias administrativas na Capitania, impulsionar a agricultura local e atuar pela defesa dos territórios meridionais.

¹⁹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2. Ed. São Paulo: Alameda, 2007.

²⁰ Sheila de Castro Faria, *op. cit.*, p. 241.

exerciam a atividade, alterações nas listas nominativas, nos cadastros de terra e nos inventários que continham suas informações, refletindo mudanças na estrutura familiar em virtude de seu enriquecimento.

Se a história social nasceu como uma reação à historiografia tradicional, a micro-história italiana, impulsionada pelos escritos de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi na década de 1970, surgiria como uma reformulação de procedimentos e concepções da primeira, pois redimensionava o papel do coletivo e do normativo ao preferir um leque mais circunscrito de sujeitos e grupos sociais, além de, sobretudo, propor a redução nas escalas da observação historiográfica.²¹ Nas palavras de Antoine Prost, a história social voltava-se, então, para “*níveis de análise menos amplos, em que a liberdade dos atores reencontra seu lugar*”,²² dando origem a pesquisas marcadas pelo cruzamento de uma pluralidade de fontes em um espaço bastante limitado, que permitiriam verificar desde práticas sociais locais até trajetórias familiares antes ignoradas; nesse sentido, baseando-se em trabalhos focados em um menor número de pessoas, poder-se-ia chegar a casos marginais que, dentro de sua excepcionalidade, funcionariam como espíões em uma realidade oculta que a análise quantitativa e macroscópica, com seus dados brutos, não conseguiria revelar.²³

Enquanto os Annales esperavam obter o conhecimento sobre o agregado e o estrutural, os micro-historiadores pareciam recusar a existência de um contexto unificado e homogêneo, cenário no qual e em função do qual os indivíduos veriam determinadas, aprioristicamente, as suas escolhas;²⁴ pelo contrário, queriam checar a multiplicidade de espaços em que se inscreveriam as redes de relações da gente de outras épocas, alimentando-se, para tanto, do que se documentou acerca do sujeito comum diante de suas experiências coletivas.²⁵ Visto que se mantinha afastado o olhar sobre autoridades e “grandes heróis” nacionais, pode-se considerar a mudança de escala como seu ponto central, e não o objeto em julgamento. Se anteriormente se

²¹ Para Simona Cerutti, “a decisão de restringir o campo de observação e de pesquisar meticulosamente os protagonistas individuais dos processos históricos era uma reação contra a arrogância do senso comum histórico que ditava, de fora, cronologias, quadros de referência e categorias analíticas, criando assim, muitas vezes, grandes anacronismos.” CERUTTI, Simona. *Histoire pragmatique, ou de la rencontre entre histoire sociale et histoire culturelle. Tracés. Revue de Sciences humaines*, n. 15, p. 147-168, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/traces/733>. Acesso em: 23 out. 2021. (tradução nossa)

²² PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

²³ GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

²⁴ REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

²⁵ BERTRAND, Michel. La élite colonial en la Nueva España del siglo XVIII: un planteamiento en términos de redes sociales. In: Büschges, Christian; Schröter, Bernd (org.). *Beneméritos, aristócratas y empresarios: identidades y estructuras sociales de las capas altas urbanas en América hispánica*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main Vervuert, 2000.

beneficiava o estudo de entidades como cidades, associações profissionais e classes, entre outros, obteve-se, ao se aumentar a objetiva sobre o elemento apreciado, o desenho de organizações mais complexas, que provocaram uma gama de novas questões àqueles que as inspecionavam.

O privilégio concedido à observação dos agregados, a prioridade à avaliação dos fenômenos sociais e a escolha de um recorte temporal suficientemente longo, características originais da história social à francesa,²⁶ faziam com que não se identificasse, pelo menos não em um maior nível de detalhe, a realidade cotidiana que existia além dos índices demográficos. Ao se alcançar uma redução de escala que permitisse o diagnóstico de vestígios específicos em uma sociedade, enxergar-se-ia o comportamento do homem dentro do seu campo de atuação, convidando o historiador a tentar descrever e compreender sua ação sem se deixar subjugar pela “tirania do fato consumado”.²⁷ Contudo, seria incorreto considerar o olhar minucioso sobre trajetórias particulares apenas como a reconstrução de uma história dos excluídos, da gente que, antes, não recebia tamanha atenção da historiografia; na verdade, aquelas situações singulares não se fechariam sobre si, mas sim dialogariam com os complexos contextos nos quais estavam inseridas, cenários plurais que, se por um lado eram mais bem compreendidos por meio delas, por outro, simultaneamente, atribuíam-lhes algum sentido.

O conjunto dessa nova orientação interpretativa iria diretamente de encontro ao então fortalecido paradigma estruturalista, que percebia os indivíduos como meros reféns, incapazes de controlar os processos sociais e culturais nos quais estavam envolvidos.²⁸ De modo análogo ao qual o antropólogo norueguês Fredrik Barth acreditava em um grau de autonomia dos seres humanos em relação às estruturas, que seus comportamentos não seriam respostas automáticas a normas vigentes,²⁹ os micro-historiadores entendiam que o foco nesses casos específicos mostraria como suas condutas poderiam se articular em determinado ambiente, fornecendo-nos uma outra forma de se compreender a organização do social.

Como levantou o já citado historiador francês Jacques Revel, não mais seria possível ler *“a industrialização ou a urbanização, ou ainda a mobilidade geográfica ou social como fenômenos englobantes que impoem sua lógica própria ao comportamento dos indivíduos e*

²⁶ Jacques Revel, 1998, p. 17.

²⁷ Jacques Revel, 2000, p. 20.

²⁸ ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

²⁹ ROSENTHAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

dos grupos”.³⁰ Continuava-se a olhar sobre cada um ainda em acordo, sim, com o ambiente no qual se vivia, mas também integrado a ele de maneira a influenciá-lo segundo as suas próprias decisões, angústias e incertezas, aos poucos o modificando em sincronia com os atos de quem compartilhava a sua comunidade.

Ao se enxergar o homem como um ser autônomo e racional que agia conforme o cenário heterogêneo no qual vivia, dentro de suas possibilidades e respeitando os limites impostos pelo meio, era reconhecida nele a função de ator social.³¹ A partir de seus itinerários únicos, que percorreriam contextos diversos, sua posição como sujeito ativo permitir-lhe-ia uma troca constante de experiências com os semelhantes que o cercassem, fazendo-os adotar comportamentos ora similares, ora distintos, diante de obstáculos que se apresentassem em seus percursos.³²

Trazendo tais ideias para o horizonte dos senhores de engenho do Oeste paulista, especificamente ao quadro de suposta queda de fertilidade das terras ituanas ao longo do amadurecimento da lavoura canavieira,³³ pensamos que se poderia discutir a migração para outras vilas, visando a continuidade da atividade agrícola paterna, como sendo uma das soluções encontradas para a manutenção do *status* familiar, mas dividindo seu protagonismo com outras alternativas em acordo com o cabedal acumulado por cada latifundiário e o prestígio social a ele atribuído. Tendo em conta o elevado número de escravizados em suas propriedades, e a conseqüente hipótese de negociá-los, quais possibilidades seriam oferecidas para a aplicação desse capital? Quais redes de relacionamento teriam se estabelecido durante o auge da fazenda de cana na região? Poderiam ser formalizados vantajosos matrimônios visando a união com um outro abastado núcleo e a permanência em Itu? Ou, por que não, casamentos com cônjuges que não residissem em Itu, valendo-se dos vínculos construídos em razão do comércio açucareiro? Seria a conjuntura capaz de conduzi-los tão diretamente ao caminho da agricultura em outro sítio? Essas são algumas das perguntas que pretendemos responder neste projeto, sempre

³⁰ REVEL, Jacques. Apresentação. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.10.

³¹ BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. *Revista Mexicana de Sociologia*, v. 61, n. 2, p. 107-135, 1999.

³² BARTH, Fredrik. Models of social organization I. In: BARTH, Fredrik. *Process and form in social life: selected essays of Fredrik Barth*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

³³ Carlos de Almeida Prado Bacellar, em *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*, defendeu que a vila de Itu havia se tornado, ao início do século XIX, um polo de repulsão de seus habitantes em virtude da indisponibilidade de terras e da queda de sua qualidade. Já Maria Thereza Schorer Petrone, em *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*, apresentou ofício assinado por Vicente da Costa Taques Góes e Aranha, capitão-mor de Itu, no qual ele informava, já em 1784, que não mais havia espaço para novas pessoas lá se estabelecerem e que moendas e alambiques teriam de ser abandonados em um futuro próximo por falta de lenha, insumo fundamental para a cultura do açúcar local.

considerando, como afirmou Francesca Trivellato,³⁴ a importância de se pesar agência e estrutura ao apreciar tanto os graus de liberdade de uma população quanto as limitações normativas que a cercam.

Posto que os micro-historiadores tendiam a realizar pesquisas que ampliavam a análise sobre um pequeno número de pessoas, por vezes enfatizando somente uma, deve-se ressaltar um componente central para que fossem elaboradas com sucesso: o foco sobre o nome daquele em exame. Em um momento seguinte à definição do objeto, estudiosos utilizariam os nomes como referência em buscas nas documentações disponíveis, fossem elas paroquiais, fossem elas civis, dentro do recorte temporal previamente determinado, estabelecendo conexões que permitiriam a reconstrução de um tecido social pretérito que melhor se aproximasse à sua realidade.

Carlo Ginzburg, lançando mão do enorme acervo arquivístico italiano, defendeu que o nome seria “*o fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental*”, “*aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas*”.³⁵ Cumpre acentuar tal atribuição de bússola vinculada à identificação de cada um, capaz de orientar quem a manipula e de em muito ampliar o escopo do trabalho inicialmente formulado, ligando fios invisíveis que, combinados entre si, trariam novos horizontes às hipóteses a princípio discutidas.

Para dar voz a esses cidadãos, seria fundamental valer-se de um *corpus* documental que não só abrangesse as personagens sublinhadas pela narrativa tradicional, homens e mulheres “célebres” cuja relevância estaria majoritariamente vinculada ao papel desempenhado em datas marcantes, ou, então, ao pertencimento a linhagens de destaque na seara político-econômica. Nesse contexto, a Igreja Católica, pelo vasto material produzido e conservado ao longo de séculos e por indiscriminadamente contemplar seus registros, teve valor singular para que posteriormente se conhecesse a trajetória dos que compunham a maior parte das populações precedentes.

Além do notável volume de informações que as fontes paroquiais nos forneceram, cabe recordar que foram explorados, ao longo das últimas décadas, outros gêneros de materiais cuja complexidade fez com que aquelas não fossem as únicas a nos transmitirem vestígios de pessoas

³⁴ TRIVELLATO, Francesca. Is There a Future for Italian Microhistory in the Age of Global History? *California Italian Studies*, v. 2, n. 1, p. 1-24, 2011. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/0z94n9hq>. Acesso em: 23 out. 2021.

³⁵ Carlo Ginzburg, *op. cit.*, p. 174.

antes em silêncio. A obra *O queijo e os vermes*,³⁶ publicada por Carlo Ginzburg em 1976, serve de exemplo por nos apresentar uma pesquisa que muito extrapolou as anotações acerca de batismos, casamentos e óbitos para discorrer sobre os acontecimentos da vida de um homem, e simboliza o quão adiante da perspectiva inicial pode alcançar uma investigação histórica que se debruce sobre o cotidiano. Ao se deparar com uma longa sentença enquanto verificava julgamentos de pessoas tidas como bruxas e curandeiros, o autor italiano se consagrou por conseguir, apoiado em processos inquisitoriais, ter acesso a raízes populares da cultura europeia e àquilo que entendeu como os “*temores, esperanças, ironias, raivas, desesperos*” de Domenico Scandella, moleiro da aldeia de Montereale que se tornaria mais bem reconhecido nas salas universitárias pela alcunha de Menocchio.

Dentre os documentos que deram voz aos sujeitos de tempos passados, as listas nominativas talvez sejam as que melhor nos auxiliam no rastreamento longitudinal dos caminhos únicos de cada um, e são, indubitavelmente, um instrumento essencial para o desenvolvimento desta dissertação. Se a igreja nos revela detalhes valiosos de eventos vitais de seus fiéis, os censos populacionais, por seu turno, permitem-nos notar mudanças e permanências nas sociedades quando reconstruímos os percursos das famílias que as compunham.³⁷ O acompanhamento do número de filhos de um casal ou da idade média em que os varões deixavam os lares onde nasceram, como apurou Bacellar, ilustram possibilidades de análise lançando mão desses materiais; o seu cruzamento com outras fontes disponíveis, ato factível utilizando-se do nome dos sujeitos sob consulta, faz com que historiadores atinjam uma outra profundidade em seus projetos, respondendo a novas questões e descrevendo com mais propriedade os cenários que se propõem a debater.

No que diz respeito às listas ituanas por nós examinadas, a incidência de alguns elementos foi notada com maior regularidade nos fogos elencados, primeiramente, até 1797: a) o nome do chefe da casa; b) os nomes dos demais membros e sua relação com o chefe: esposa, crianças, parentes, agregados e escravos; c) o sexo e a idade de cada um; d) a quantidade de pessoas escravizadas nesses domicílios; e) a patente militar do líder da casa, quando aplicável. A partir da compilação dos dados reportados, foi possível lançar, como será visto em nosso segundo capítulo, um olhar sobre a estrutura demográfica da vila de Itu, observando sua variação populacional, o crescimento de residências registradas e do total de cativos lá

³⁶ GINZBURG, Carlos. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

³⁷ BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza; PINSKY, Carla Bassanezi; et al. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

explorados, índices diretamente impactados, por certo, pelos elevados rendimentos obtidos quando a lavoura canavieira do Oeste paulista passou a fazer parte do mercado internacional do artigo.

Ao término da década de 1790, em virtude de uma Ordem Régia emitida em 21 de outubro de 1797, foram introduzidas mudanças nas técnicas censitárias que muito ampliaram o escopo dos relatórios formulados desde 1765, quando o Morgado de Mateus requisitou a consolidação dos dados após chegar a São Paulo.³⁸ Logo, uma das principais alterações seria o acréscimo de campos como o estado civil e a cor dos habitantes ituanos, e não somente dos cidadãos livres, mas sim contemplando, de maneira análoga, os escravizados, que passaram a ser listados pelos nomes como eram atendidos – ou pelo qual haviam sido batizados. Outra inovação que convém destacar é a inclusão dos ofícios comunicados pelos chefes dessas casas, respostas que nos permitiram ter conhecimento de profissões exercidas em Itu que extrapolavam a atividade agrícola, como alfaiate, louceira, tabelião ou costureira, entre outros, empregos que demonstram o quão dinâmica a vila havia se tornado como consequência de seu aumento populacional e do volume de riqueza circulando em suas vias.

Em momentos particulares, ademais, provavelmente seguindo demandas adicionais enviadas por autoridades reinóis, foram coletadas informações específicas que não se repetiram em outros anos, como a naturalidade daquelas pessoas; assim, serve de exemplo a lista nominativa de 1801, que mostrou, em uma de suas páginas, o fogo liderado pelo capitão Filippe de Campos e Almeida, um senhor de 35 anos, branco, casado, pai de sete filhos e com nascimento em Itu, proprietário de um domicílio no qual também “moravam” 41 cativos, entre eles Paulo, de 39 anos, do Congo, sua esposa Felisberta, de 24, crioula, e João, um rapaz solteiro de 28 anos que declarara Angola como seu lugar de nascimento.³⁹ Conquanto não tenhamos abordado essa temática em nossa pesquisa, acreditamos na viabilidade de fazê-lo no futuro, seja para investigar a origem dos latifundiários ituanos, seja para compreender a composição da massa escravizada africana que compulsoriamente trabalhava no Oeste paulista.

Se tais censos populacionais podem ser percebidos como a fotografia de uma comunidade em um momento específico, uma representação estática que ganhava vida quando combinada às edições dos ciclos seguintes, inventários e testamentos os complementaríamos por fornecerem aspectos materiais e culturais da vida dos mortos. Os primeiros, ao relacionarem o

³⁸ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

³⁹ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu, 1801*, parte 5, página 29. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2532. Acesso em: 16 nov. 2021.

patrimônio de um indivíduo, bem nos sugerem o que havia de valioso em determinada época, o que se julgava precioso e deveria ser digno de herança aos entes beneficiados. Os últimos, por sua feita, exibiriam os anseios derradeiros daquele que falecera, a sua vontade, respeitando as exigências legais, na partilha de bens que se executava, o que poderia resultar no favorecimento de um dos herdeiros ou na encomenda de dezenas de missas à paróquia local,⁴⁰ por exemplo.

Como afirmado por Júnia Ferreira Furtado, as possibilidades de estudo dessas duas fontes são praticamente inesgotáveis por ambas conterem “*informações ecléticas e segredos inesperados*”,⁴¹ a depender da dedicação de quem se comprometeu em formalizá-las e do cabedal daquele em avaliação. No caso da documentação ituana, a ascensão da lavoura canavieira fez com que as terras ocupadas e os escravizados nelas explorados fossem descritos com riqueza de detalhe, pois constituíam os seus bens de maior valor ao início do século XIX. No que toca à vontade final dos senhores e donas de engenho, ela será observada com rigor neste trabalho, posto que será capaz de esclarecer as possíveis estratégias para escolher o filho, ou filha, que seria destinado(a), pela vontade de seus pais, a responsabilizar-se pela manutenção do capital outrora acumulado, que os havia permitido fazer parte de uma elite rural agroexportadora.

1.2 Interpretando famílias, redes e indivíduos na América Portuguesa

Nascido em Itu no ano de 1749, Vicente da Costa Taques Góes e Aranha exerceu os cargos de juiz de medições, almotacé e juiz ordinário antes de ser nomeado, aos trinta anos, em 1779, capitão-mor de sua terra natal, função que desempenharia até falecer, em 1825.⁴² Além de cumprir seus afazeres administrativos, também comprovadamente era, tanto pelo volume de açúcar fabricado quanto pelo alto número de escravizados que anualmente declarava possuir,⁴³

⁴⁰ Conforme Tiago Luís Gil, “*Na preparação de sua passagem para o além, os testadores procuravam colocar sua alma no caminho da “salvação”, e, assim, a crença de que havia um estágio intermediário entre os céus e o inferno, somada às dúvidas sobre quais eram os desígnios que o senhor tinha para com cada um, era matéria suficiente para o investimento em missas, já que havia igualmente a noção de que as orações feitas na Terra podiam, quando oportunamente acumuladas, livrar a alma do purgatório e permitir sua entrada definitiva no céu*”. GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: crédito, confiança e informação na economia do comércio de gado entre Viamão e Sorocaba (1780-1810)*. Brasília: Editora da UnB, 2020, p. 92.

⁴¹ FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza; PINSKY, Carla Bassanezi; et al. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

⁴² NARDY FILHO, Francisco. A Cidade de Itu: crônicas históricas. 3 ed. Itu: Ottoni Editora, 2006.

⁴³ De 1790 a 1825, as listas nominativas do período reportaram uma média de 51 escravizados em sua propriedade, número que chegaria a 66 em 1796.

um dos principais senhores de engenho ituanos, ocupando posição privilegiada ao aliar seu poderio econômico ao posto de autoridade máxima local.

Na década de 1810, Góes e Aranha, já viúvo, tinha como uma de suas responsabilidades o enlace matrimonial de Anna Brandina de Lara Góes e Aranha,⁴⁴ sua filha, que em 1814 completaria dezenove anos, idade média com a qual se casavam as mulheres das mais abastadas linhagens do Oeste paulista - para os homens, tal idade era igual a 27,7.⁴⁵ Caberia a ele, prudentemente, a análise de prestigiosos nomes pertencentes a lares que estivessem inseridos no sistema escravista agroexportador, buscando alguém que promovesse a manutenção do *status* de sua herdeira e criasse uma nova aliança familiar, ou mesmo consolidasse uma já existente.

Bento Paes de Barros, futuro capitão-mor e barão de Itu, tinha 26 anos em 1814 e era filho do capitão Antonio de Barros Penteado e de Maria Paula Machado, casal que naquele ano havia anunciado a posse de 69 escravizados e a produção de 2.112 arrobas de açúcar, maior quantia revelada no respectivo maço de população.⁴⁶ José de Campos Pacheco, por seu turno, tinha 25 anos e era herdeiro do alferes Luciano Francisco Pacheco e de Anna Gertrudes de Campos, então falecida, núcleo que possuía sessenta cativos e comercializara oitocentas arrobas no período.⁴⁷ Muito embora ambos, aparentemente, fossem oportunos exemplos de rapazes que poderiam se unir a Anna Brandina, seu casamento veio a ser celebrado com o tenente João de

⁴⁴ Tanto Maria Beatriz Nizza da Silva, em *Sistema de casamento no Brasil colonial* (1984), quanto Alzira Lobo de Arruda Campos, em *Casamento e família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos* (2003), indicam a ocorrência de arranjos matrimoniais vinculados fundamentalmente a alianças familiares, e não à escolha dos noivos. Além disso, Nizza também lembra que uma mulher sob pátrio-poder dependia da autoridade paterna para se casar, como bem definiam as Ordenações Filipinas, Livro V, título XXII: “*Defendemos, que nenhum homem case com alguma mulher virgem, ou viúva honesta, que não passar de vinte cinco anos, que stê em poder de seu pai, ou mãe, ou avô, vivendo com elles em sua casa, ou stando em poder de outra alguma pessoa, com quem viver, ou a em casa tiver, sem consentimento de cada huma das sobreditas pessoas.*”

⁴⁵ Tais valores foram encontrados por Carlos de Almeida Prado Bacellar ao analisar, entre 1765 e 1836, matrimônios de famílias lideradas por senhores e donas de engenho. Cf. Carlos de Almeida Prado Bacellar, *op. cit.*, p. 62.

⁴⁶ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu, 1814*, parte 2, página 10. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2700. Acesso em: 16 nov. 2021.

⁴⁷ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu, 1814*, parte 2, página 2. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2700. Acesso em: 16 nov. 2021.

Almeida Prado,⁴⁸ senhor de engenho de 48 anos e pai de dez filhos, que meses antes havia perdido sua esposa.⁴⁹

Uma vez que, em acordo com valores informados anteriormente, não era usual a grande discrepância etária entre os cônjuges no Oeste paulista, causa estranheza a realização de tal núpcia, incitando dúvidas cujas respostas ajudariam a esclarecer se estaria algo a mais em jogo no tabuleiro matrimonial ituano: existiria algum componente imaterial que diferenciase os Almeida Prado ao começo do século XIX? Seria aquela uma nova conexão ao pai de Anna Brandina? Ou apenas o fortalecimento de um elo que, por algum motivo, havia se enfraquecido? Qual a influência do momento particular das famílias, especialmente econômico, nessa escolha? Quais novas relações creditícias e comerciais tornar-se-iam acessíveis a elas? Haveria algum antigo atrito entre os Góes e Aranha, ou os Almeida Prado, e os clãs de Antonio Barros Penteado e Luciano Francisco Pacheco, alguma espécie de rixa que impedisse uma aproximação? Ou teria sido somente um desejo da noiva casar-se com alguém de idade quase trinta anos superior à dela?

Em meio às questões acima propostas, um olhar ampliado sobre os censos da década de 1810 indica que o envolvimento de ambas as casas não se restringia ao enlace em tela. Em 1814, se Anna Brandina ainda constava na lista dos que residiam com o capitão-mor Góes e Aranha, tornando-se esposa de João de Almeida Prado no período seguinte, fato similar se daria com a filha deste último, Maria de Almeida: em 1815, aos dezessete anos, pela primeira vez não compartilharia a morada de seu pai, haja vista que se casara e passara a viver com o capitão Bernardo Luís Gonzaga Góes e Aranha,⁵⁰ negociante de 26 anos e irmão de Anna Brandina, que a partir de então seria, além de madrastra, cunhada de Maria de Almeida.

Os censos habitacionais não nos permitem identificar a natureza, a intensidade ou a razão por trás das alianças que paulatinamente se consolidavam não só entre gerações do

⁴⁸ Conquanto não tenhamos localizado o contrato de casamento de João de Almeida Prado e Anna Brandina de Lara, constatamos que ele ocorreu em 29 de outubro de 1814, data citada por Vicente da Costa Taques Góes e Aranha para informar Francisco de Assis Mascarenhas, o Conde de Palma, então governador da Capitania de São Paulo, sobre a realização dos matrimônios de seus filhos. CASA DO PINHAL. *Carta de Vicente da Costa Taques Góes e Aranha a Francisco de Assis Mascarenhas, 1815*. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2195. Acesso em: 16 nov. 2021.

⁴⁹ O fato de João de Almeida Prado ter sido registrado pelo maço populacional de 1815 como um senhor de engenho casado com Anna Brandina, enquanto no ano anterior era Anna de Almeida quem constava como sua esposa, permitiu-nos concluir que ele havia se encontrado na condição de viúvo apenas por poucos meses. Quanto à sua primeira esposa, evidenciamos sua morte por meio da partilha dos bens que acumulara com o marido, formalizada no processo de inventário iniciado em 23 de setembro de 1815. MUSEU REPUBLICANO DE ITU. Inventário de bens de Anna de Almeida, 1815, maço 19 B, p. 1.

⁵⁰ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu, 1815*, parte 1, página 1. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2704. Acesso em: 18 nov. 2021.

interior paulista, mas também em diferentes territórios da colônia, fosse nos centros urbanos, fosse em longínquos ambientes rurais. Nas terras ituanas, faz-se visível, ao se lerem os volumes de genealogias paulistas como a consagrada obra de Luiz Gonzaga da Silva Leme, o estabelecimento de laços entre as suas principais linhagens, a exemplo das uniões entre os Góes e Aranha e os Almeida Prado, celebradas no mesmo ano, inclusive na mesma cerimônia, e que viabilizam um olhar sobre a família que muito ultrapassa o foco sobre o fogo onde originalmente viviam.

Especificamente no que diz respeito à instituição familiar na América Portuguesa, é importante lembrar que, além de sua compreensão ser fundamental para se entender a natureza das diferentes sociedades que formavam o seu território, ela desempenhou um papel crucial tanto por participar no regramento cotidiano de seus habitantes quanto pela atuação direta para o estabelecimento de relações de poder, interferindo em seus aspectos políticos, econômicos e culturais.⁵¹ Nesse sentido, o estudo dos modelos existentes nos lares de outrora, tema que seria recorrentemente analisado pelas ciências humanas nacionais, logo ganharia especial atenção entre aqueles que investigaram nosso passado colonial, sendo avaliados, a princípio, por sociólogos e antropólogos, que cedo contariam com as contribuições ao campo de historiadores-demógrafos.⁵²

Sobre trabalhos publicados pela nossa historiografia que serviram de norte para a pesquisa que aqui se desenvolve, foram divulgadas, já na metade inaugural do século XX, obras que enfatizaram o exemplo patriarcal,⁵³ caracterizado pela liderança de uma figura masculina diante de sua esposa, filhos e escravizados, assim como perante agregados e demais parentes que conviveriam em uma relação de solidariedade, deveres e obrigações mútuas.⁵⁴ O foco sobre essa família extensa e escravocrata, marcada igualmente pela submissão de seus membros do sexo feminino, estava em sua atuação como uma espécie de unidade colonizadora em um cenário de domínio limitado da Coroa portuguesa, exercendo grande influência sobre os núcleos que a cercavam.

⁵¹ SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

⁵² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz. Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

⁵³ Sobre escritos que exploraram tal modelo, servem de referência, além de *Casa-grande & senzala* (1933), de Gilberto Freyre, *Populações meridionais do Brasil* (1920), de Oliveira Viana, e *Vida e morte do bandeirante* (1929), de Alcântara Machado.

⁵⁴ SAMARA, Eni de Mesquita. A família no Brasil: história e historiografia. *História Revista*, v.2, n.2, p. 7-21, jul./dez., 1997. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/10680/7096>. Acesso em: 22 nov. 2021.

Enquanto o modelo patriarcal foi inicialmente o mais explorado, escritos publicados a contar da década de 1970 ampliaram significativamente a compreensão da historiografia que estava voltada, até então, à observação de grupos de elite.⁵⁵ Valendo-se da apuração de fontes manuscritas que facilitavam a interpretação de dados demográficos, historiadores demonstraram que havia uma expressiva diversidade de padrões em um território de dimensões continentais, no qual se manifestava uma complexidade de relações sociais que não permitiriam conceber uma imagem única nos domicílios coloniais.

Se nesse momento os olhares se voltaram a variáveis como o crescimento populacional e às razões de masculinidade, natalidade, nupcialidade e mortalidade nas localidades em tela,⁵⁶ durante a década de 1980 os escopos foram substancialmente expandidos. Maria Beatriz Nizza da Silva, por exemplo, bem detalhou, em *Sistema de Casamento no Brasil Colonial* (1984), aspectos que compunham a esfera matrimonial, discutindo normas e condutas que envolviam desde a escolha do cônjuge até os processos de divórcio do casal. Maria Odila Leite da Silva Dias e Eni de Mesquita Samara, por sua vez, em *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX* (1984) e *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX* (1989), respectivamente, atribuíram especial atenção ao papel da mulher na sociedade paulista desde os tempos coloniais, indo de encontro ao pensamento precedente que estreitamente vinculava o sexo feminino à exclusão e à submissão.

Voltando-nos ao século em que se expandiu a lavoura canavieira ituana, o substantivo feminino “família”, conforme o *Diccionario da Lingua Portuguesa* publicado entre 1712 e 1728 pelo padre Rafael Bluteau, posteriormente reformado por Antônio de Moraes Silva, em 1789, tinha em conta “as pessoas, de que se compõe a casa, e mais propriamente as subordinadas aos chefes, ou pais de família”.⁵⁷ Se poderia haver alguma dúvida sobre quem seria tal chefe, ela se desfaz quando verificamos o significado de “mãe” e “pai” nas páginas seguintes: enquanto a primeira seria “a mulher, ou fêmea do animal a respeito do filho, que pariu”,⁵⁸ o segundo seria tanto “o homem que fez o filho, ou filha; e talvez o que se reputa feitor dele” quanto o “pai de famílias, o chefe dela, o cabeça do casal”.⁵⁹ Ainda que os escritos há

⁵⁵ FARIA, Sheila de Castro. Família. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil colonial (1500 – 1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

⁵⁶ Servem de exemplo as obras *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*, de Maria Luiza Marcílio (1973), *Vila Rica: População (1719-1826)*, de Iraci Del Nero da Costa (1979), e *Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial*, de Luiz R. B. Mott (1979).

⁵⁷ BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <https://purl.pt/29264/3/>. Acesso em: 18 nov. 2021.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 48.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 147.

pouco mencionados de Eni de Mesquita Samara e Maria Odila Leite da Silva Dias, entre outros, tenham comprovado que mulheres lideravam domicílios desde o Brasil Colônia, cumpre salientar a concepção geral presente que se refletia no dicionário composto à época.

Em adição à definição anterior, à condição de coabitação e subordinação a obra de Bluteau e Moraes Silva acrescenta “*os parentes e aliados*” ao termo “família”, o que bem se adequaria ao quadro que tivemos na vila de Itu com os casamentos dos Góes e Aranha com os Almeida Prado, ambos aptos a estreitar um relacionamento que talvez já existisse. À imagem de um grupo doméstico censitário residindo sob o mesmo teto, ou seja, a família nuclear regularmente identificada nos maços de população, somava-se a ideia de uma rede de parentesco que aos poucos se formava,⁶⁰ na qual os matrimônios, sem dúvida, ocupavam papel-chave para a sua construção e manutenção ao longo do tempo.

Primeiramente restringindo-nos ao convívio nuclear, não se faz possível negar seu peso decisivo para a vida dos membros que o compartilhavam. Aquele cujo pai era um grande agricultor, um negociante, um alfaiate ou um ferreiro, quatro ocupações facilmente observadas nos censos de Itu, contaria com apoios necessários e disponíveis em acordo com o que cada um lhe pudesse oferecer, ajudando-o a exercer atividade similar à de seu progenitor ou a buscar um novo ofício conforme as possibilidades e vínculos previamente estabelecidos.⁶¹ Mesmo considerando os conflitos e tensões que marcam a trajetória de qualquer grupo, o auxílio e proteção dos que cercavam o indivíduo tornavam-se críticos para a consecução de seus objetivos, abrindo portas de magnitudes distintas a seus projetos pessoais.

Em uma vila como Itu, que contava com menos de 10 mil habitantes nas décadas inaugurais do século XIX,⁶² o sucesso da empresa de um homem, e a mobilidade social que o acompanhava, fatalmente repercutiriam sobre os demais integrantes de sua linhagem. O lavrador que de início plantava cana e produzia açúcar por meio do engenho de outra pessoa, logo aumentando sua colheita até ser capaz de moer o próprio artigo, também adquiria, para tanto, cativos que seriam forçados a trabalhar em suas terras. Ao se inserir no sistema escravista agroexportador, especificamente no que se referia ao cultivo e comércio açucareiro, o agora

⁶⁰ SCOTT, Ana Silvia Volpi. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n.51, p. 13-29, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/19983>. Acesso em: 24 nov. 2021.

⁶¹ Michel Bertrand, 1999, p. 134.

⁶² Dos maços de população analisados que compõem a nossa amostra, obedecendo ao recorte temporal de 1775 a 1825, o ano de 1806 foi aquele que registrou o maior número de pessoas residindo em Itu. Ao todo, foram declarados 8.536 habitantes, sendo que 46.2% deles, ou 3.945, eram escravizados. CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1806, parte 1, página 5. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2742. Acesso em: 24 nov. 2021.

senhor de engenho poderia impulsionar a entrada de outros entes às estruturas que o compunham, fosse como fazendeiros, fosse como negociantes, fosse transportando a mercadoria para o porto de Santos, por exemplo. Independentemente do ramo escolhido, valer-se-iam das relações pavimentadas pelo pioneiro que obtivera êxito original nessa empreitada, e privilegiara, a seguir, os mais próximos com quem dividia seus dias.

Evidentemente, em um cenário de expansão mercantil na Capitania de São Paulo, ganhava destaque o momento particular no qual se situava cada lar que em breve poderia ser reconhecido como membro da elite agrária local, ou que dela já fizesse parte. As variações pelas quais passavam os núcleos em função do tempo e do espaço, resultado direto de vantagens acumuladas e de obstáculos vencidos, faziam com que as linhagens apresentassem componentes e comportamentos únicos, distinguindo-se umas das outras pelos recursos singulares que possuíam. Em 1814, ano em que se realizaram os matrimônios há pouco abordados, sabe-se que enquanto o capitão-mor Vicente da Costa Taques Góes e Aranha afirmava ter fabricado 509 arrobas de açúcar e possuir cinquenta escravizados em sua propriedade,⁶³ João de Almeida Prado registrara 1.400 arrobas e sessenta cativos,⁶⁴ o que o colocava, julgando apenas esses dois itens, em posição de relativa superioridade econômica. Contudo, o que não se identifica nas listas nominativas são as conexões atreladas a cada um, os vínculos que ostentavam e dos quais se utilizavam em seu cotidiano, decerto avaliados no momento de se oficializar uma união conjugal à época.

Esse prestígio e o poder provenientes do nome correspondiam à inseparável herança imaterial carregada por aquelas famílias,⁶⁵ fruto das escolhas, acertos e erros cometidos pelos seus antecessores, que embora pudessem ter consequência direta nos números relatados aos censos anuais, nestes não se declaravam. Apoiando-se nas relações que herdara de seus pais, igualmente nas que construía em vida, o chefe de determinada unidade doméstica poderia facilitar a prosperidade de seus filhos, até instrumentalizando-os, de alguma forma, para que o

⁶³ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1815, parte 2, página 10. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2705. Acesso em: 24 nov. 2021.

⁶⁴ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1815, parte 4, página 42. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2707. Acesso em: 24 nov. 2021.

⁶⁵ Conceito notavelmente escrutinado por Jacques Revel ao prefaciara *A herança imaterial*, de Giovanni Levi, julgamos ter sido aplicado com destreza à realidade do Brasil oitocentista pela historiadora Mariana Muaze, em 2011, quando divulgou o artigo *Por uma micro-história da família*, que aqui indicamos. MUAZE, Mariana. Por uma micro-história da família. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, julho/2011. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2019-01/1548856711_4179a46dcb4e5564e1c374fa5d7a0bc1.pdf. Acesso em: 24 nov. 2021.

status social do grupo não somente se mantivesse intacto, mas até se elevasse.⁶⁶ Nesse sentido, no que diz respeito à elite agrária do Oeste paulista, é difícil mensurar o alcance das relações creditícias e comerciais de alguém que, além de abastado senhor de engenho, também ocupava o posto de capitão-mor de uma das principais vilas da região; a oportunidade de se aliar ao grupo de Vicente da Costa Taques Góes e Aranha parecia, aparentemente, ter um valor inestimável.

Como importante componente que acentuava a relevância da discutida herança imaterial, cabe a lembrança da limitada autoridade da Coroa portuguesa sobre os súditos deste lado do Atlântico, sua fragilidade administrativa diante de um vasto território. Aproveitando-se das dificuldades governamentais à época, as linhagens de maior destaque conseguiriam atuar, como antes dito, tal qual unidades colonizadoras, e transformar-se-iam em poderosas instituições econômicas e políticas na sociedade colonial, desenvolvendo, concomitantemente, estratégias que as beneficiassem.⁶⁷ Por meio do estreitamento de seus laços, a classe senhorial conseguiria desenhar redes de solidariedade que englobariam tanto quem fizesse parte de sua linha parental quanto os seus aliados, fenômeno que dialogaria, portanto, com a descrição de família que havia sido redigida pelo padre Rafael Bluteau ao início do século XVIII, quando criara o seu dicionário da língua portuguesa.

Conquanto parcerias mercantis ou mesmo o apadrinhamento de recém-nascidos pudessem ser valiosos instrumentos em nome de uma aproximação, a celebração matrimonial seria, por certo, a solução prevalecente utilizada por ilustres casas da colônia para consolidar seus diferentes interesses, estreitando, como acima citado, os laços existentes entre elas. Sendo um sacramento indissolúvel, conforme estabelecido pela doutrina da Igreja Católica, representava, ainda que existisse a possibilidade do divórcio, um vínculo praticamente perpétuo, fazendo com que a criteriosa escolha do cônjuge se tornasse um momento crucial para as possibilidades futuras não só do novo núcleo que se formava, mas também daqueles que os haviam conduzido até ali.

⁶⁶ Como exemplo, Luís Augusto Ebling Farinatti bem indicou no sexto capítulo de sua tese, ao analisar as relações familiares no século XIX em Alegrete, zona pecuária do Rio Grande do Sul, os trunfos materiais paternos utilizados para que fossem seguidos os caminhos que melhor atendessem a suas estratégias. FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/LuisAugustoEblingFarinatti.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.

⁶⁷ METCALF, Alida. Família. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994.

Fez-se natural, por conseguinte, a incidência de casamentos entre as camadas mais altas, que se auto-reconheciam, identificavam-se segundo a sua posição social, o seu prestígio, o conjunto de pessoas por elas influenciado. Não seria surpresa, à vista disso, o caráter endogâmico da mais enriquecida gente paulista, evidenciado pelo elevado número de uniões consanguíneas e as respectivas dispensas matrimoniais que as tornavam válidas perante a Igreja. Muito embora não houvesse resistência ao surgimento de uma relação afetiva entre os dois que se casavam, essa não seria a razão determinante para que contraíssem suas núpcias, mas sim a formação de alianças e a reprodução daquela sociedade, tendo como resultado a organização de extensas redes de parentela.⁶⁸

A definição de uma rede social, como se pode deduzir, iria muito além da simples ampliação do conceito de família. Michel Bertrand, consagrado historiador francês, bem a interpretou como sendo “*um complexo sistema relacional que permite a circulação de bens e serviços, materiais e imateriais, dentro de um conjunto de relações estabelecidas entre seus membros, que afeta a todos, direta e indiretamente e muito desigualmente*”.⁶⁹ Ela compreenderia, isto posto, uma teia de interesses plurais, uma cadeia constituída por diferentes nomes na qual todos, de alguma maneira, interagiriam, com impactos de magnitude distinta em acordo com a dimensão dos que a compunham.

Uma vez que sua manutenção, ruptura e renovação dependiam dos atos de indivíduos, que muito poderiam ser coordenados por seus parentes próximos visando uma estratégia que favorecesse todo o grupo, uma característica que se fazia presente nas redes era a sua construção mutante, a impossibilidade de permanecer estática em virtude de sua condição vulnerável, refém das margens de liberdade e incerteza nas quais os sujeitos navegavam.⁷⁰ Dia após dia, as manifestações daqueles homens fariam com que se estabelecessem laços, fossem eles fortes, marcados por vínculos repetidos e múltiplos, fossem eles débeis, com trocas esporádicas restritas a interesses específicos.⁷¹ Ao se oficializar o enlace conjugal com determinada família, por exemplo, automaticamente se estava deixando de se unir a uma outra, com consequências

⁶⁸ CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Casamento e família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

⁶⁹ BERTRAND, Michel. Los modos relacionales de las élites hispanoamericanas coloniales: enfoques y posturas. *Anuario IEHS: Institutos de Estudios histórico sociales*, n.15, 2000, p. 61-80. Disponível em: <http://anuarioiehs.unicen.edu.ar/2000.html>. Acesso em: 26 nov. 2021. (tradução nossa)

⁷⁰ IMÍZCOZ, José María. Actores, redes, procesos: reflexiones para una história más global. *Revista da Faculdade de Letras – História*, III Série, vol. 5, 2004, p. 115-140. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5056/4722>. Acesso em: 26 nov. 2021.

⁷¹ MOUTOUKIAS, Zacarías. Familia patriarcal o redes sociales: balance de una imagen de la estratificación social. *Anuario IEHS: Institutos de Estudios histórico sociales*, n.15, 2000, p. 133-151. Disponível em: <http://anuarioiehs.unicen.edu.ar/2000.html>. Acesso em: 26 nov. 2021.

que extrapolavam um simples movimento de peças em um tabuleiro matrimonial: na realidade, estava sendo alterada, em nome da estratégia relativa ao indivíduo, à sua parentela ou às suas alianças, a estrutura da rede que a eles envolvia, assim como o futuro dos que dela faziam parte.⁷²

No caso do capitão-mor Góes e Aranha e dos Almeida Prado, a realização de duas cerimônias simultâneas demonstra a identificação de similaridades que os diferenciavam de outras casas às quais poderiam se aliar, talvez pelo prestígio social que compartilhavam, talvez pelo alcance mercantil graças à produção de suas terras, fatores que impulsionaram o desejo final de se fortalecer a relação entre as duas famílias. Não se pode, entretanto, habilmente reconhecer o porquê da duplicidade; ainda que a associação de ambos os casamentos a um mecanismo de concentração de fortunas seja uma resposta plausível, ela significa a recusa em se executar uma aliança adicional com outra influente casa em Itu ou em outras vilas de São Paulo, como a ascendente Campinas, o que teria ampliado, por consequência, as conexões já existentes.

Para um senhor de engenho no começo do século XIX, certamente a sua posição na rede social local teria um grande peso nas chances de conseguir influenciar quem o cercasse: quanto mais central, mais apto a fazê-lo.⁷³ Sendo assim, dificilmente haveria lugar tão privilegiado quanto o ocupado por Góes e Aranha, principal autoridade ituana por quase cinco décadas. A opção em casar sua única filha mulher com o tenente João de Almeida Prado não poderia ser uma obra do acaso, e também não devem ter sido as promoções deste primeiramente ao posto de capitão,⁷⁴ em 1818,⁷⁵ quatro anos após sua união com Anna Brandina, e, posteriormente, à patente de sargento-mor, que logo ostentaria no ano de 1822.⁷⁶ Sobre Bernardo Luis Gonzaga Góes e Aranha e Maria de Almeida, cabe citar sua rápida ascensão econômica: enquanto em

⁷² MOUTOUKIAS, Zacarías. Redes sociales, comportamiento empresario y movilidad social en una economía de no mercado (el Río de la Plata en la segunda mitad del siglo XVIII). In: BJERG, María; OTERO, Hernán; ZEBERIO, Blanca; (Comp.). *Reproducción social y sistemas de herencia en una perspectiva comparada: Europa y los países nuevos (siglos XVIII al XX)*. Tandil: Instituto de Estudios Históricos-Sociales, 1998, p. 63-81.

⁷³ BOISSEVAIN, Jeremy. *Friends of friends: networks, manipulators and coalitions*. Oxford: Blackwell, 1974.

⁷⁴ Quando Vicente da Costa Taques Góes e Aranha enviou a já citada carta a Francisco de Assis Mascarenhas para lhe informar o casamento de Anna Brandina, também pediu que o Conde de Palma passasse a enxergar João de Almeida Prado como um “novo filho” do capitão-mor, destacando que fosse ampliado a ele o mesmo tratamento concedido a seus próprios descendentes. Entendemos, assim, que sua ação sinaliza um esforço pessoal em nome das futuras promoções de seu genro, cujo nome não mais seria estranho ao então governador da Capitania de São Paulo quando estivessem em discussão as patentes militares de suas principais vilas.

⁷⁵ CASA DO PINHAL. *Maço de População da vila de Itu*, 1818, parte 2, página 30. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2722. Acesso em: 27 nov. 2021.

⁷⁶ CASA DO PINHAL. *Maço de População da vila de Itu*, 1822, parte 1, página 20. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2728. Acesso em: 27 nov. 2021.

1815 possuíam sete escravizados e não cultivavam cana, em 1818 declaravam a posse de 25 cativos e a produção de 1.300 arrobas de açúcar, colheita superior às registradas nos lares de seus pais.⁷⁷

Se por meio dos maços de população é possível identificar evidências de contatos entre diferentes fogos, não nos parece factível mensurar a intensidade, a estabilidade ou a duração daqueles elos. Ao se visualizar a rede de solidariedade como uma série de pontos conectados por linhas, sendo os primeiros as pessoas e os últimos as relações sociais,⁷⁸ o que verdadeiramente enxergamos são os pontos de encontro, a intersecção que se manifesta, no caso particular dos censos habitacionais, com o matrimônio de quem outrora residira em domicílios distintos. Mais além, o que nos é facilmente transmitido é o esboço da rede primária, o contato direto estabelecido em um momento anterior; no entanto, como poderia ser alcançada a rede secundária? Ou até terciária?

Considerando que os senhores de engenho do Oeste paulista tinham em média 7,3 filhos,⁷⁹ não seria simples obter, por exemplo, a extensão dos elos carregados por noras e genros, que por sua vez possuíam irmãos que também consolidavam novos vínculos. Nesse sentido, vale sustentar que nossa pretensão, nesta dissertação, não é dimensionar, de forma alguma, a rede constituída pela elite agrária ituana; ambicionamos, sim, observar pontos de encontro que se materializavam a partir de casamentos endogâmicos e que ofereciam aos cônjuges um leque de opções para o seu futuro, leque este que bem poderia extrapolar, acreditamos, a migração a uma vila vizinha com o objetivo de dar continuidade à atividade agrícola familiar.

Nos parágrafos finais deste capítulo, importa lembrar que a já mencionada mudança de escala da qual se utilizaram trabalhos divulgados da segunda metade do século XX em diante, impulsionada pelos italianos Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, permitira aos estudiosos perceberem, no universo das relações de variados recortes temporais e espaciais, o protagonismo dos sujeitos como agentes históricos, ganhando evidência o “*privilegiar dos indivíduos, das suas experiências e dos modos de formação das suas identidades sociais*”.⁸⁰

⁷⁷ CASA DO PINHAL. *Maço de População da vila de Itu*, 1818, parte 1, página 36. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2721. Acesso em: 27 nov. 2021.

⁷⁸ Jeremy Boissevain, *op. cit.*, p. 24.

⁷⁹ Em *Os senhores da terra*, Bacellar alcançou esse número ao analisar 207 uniões conjugais realizadas entre a elite agrária do Oeste paulista, considerando o horizonte temporal de 1765 a 1855. Carlos de Almeida Prado Bacellar, *op. cit.*, p. 72.

⁸⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Trajectórias sociais e formas familiares. *Familias, poderosos y oligarquias*: seminário Família y élite de poder en el reino de Murcia. Siglos XV-XIX, 2001, p. 17-38.

Desse modo, se a rede de sociabilidade por certo podia ser útil às escolhas de quem a ela pertencia, ela não deve ser vista como uma bússola que os orientava de maneira exclusiva.⁸¹ Muito embora afetasse, por um lado, o comportamento de seus integrantes, estes igualmente realizavam, com suas ações, pressão sobre os demais elementos que a compartilhavam, modificando-a;⁸² não se deve equivocadamente entender, por conseguinte, os atores sociais como seres passivos, reféns dos elementos que os cercavam, como seus pais e as alianças pré-estabelecidas, tampouco podemos compreendê-los como sujeitos livres de restrições em seus projetos particulares.⁸³

Faz-se difícil determinar, com a leitura de maços populacionais e inventários *post mortem*, o grau de liberdade de escolha, a existência de espaços onde seria desenvolvida alguma estratégia de manobra. Contudo, assumimos que se pode conceber, assim como pensou José María Imízcoz, a atuação dos indivíduos conforme seus atributos e sua cultura, seus valores, suas dúvidas e convicções, obedecendo às atribuições hierárquicas enquanto tentariam fazer valer, de algum jeito, seus próprios interesses.⁸⁴ No caso dos matrimônios, será interessante verificar o comportamento dos filhos que contraírem núpcias após a morte dos pais, se será mantido o padrão manifestado por seus irmãos mais velhos, por exemplo, ou se ele será alterado, apontando uma conduta distinta que não dialogue com o planejado pelos seus genitores. Quanto à herança de um engenho, a margem de negociação é, sem dúvida, menor, posto que o testamento deixado aos herdeiros muito poderia ajudar aquele destinado a dele se beneficiar.

Se em nosso processo investigativo os maços de população podem ser vistos como uma fonte árida, basicamente nos informando os pontos de encontro que uniam diferentes lares, igual assertiva não se poderia fazer sobre os inventários *post-mortem*. A despeito de as *Ordenações Filipinas* determinarem a divisão igualitária do patrimônio entre os herdeiros do ente que falecera, este teria, deduzidas a metade que pertencia ao seu cônjuge, as custas processuais e as dívidas passivas, entre outros, a figura legal da terça para privilegiar algum dos seus descendentes. Visando a não desintegração daquilo que acumulara em vida, o cabeça do casal poderia antecipar, como defendeu Bacellar em *Os senhores da terra*, a herança de escravizados para que seu primogênito buscasse um enriquecimento que favorecesse o nome de todos, contribuindo, portanto, para a manutenção da sua linhagem junto aos abastados agrupamentos

⁸¹ Michel Bertrand, 1999, p. 125.

⁸² Jeremy Boissevan, *op. cit.*, p. 27.

⁸³ Zacarías Moutoukias, 2000, p. 151.

⁸⁴ José María Imízcoz, *op. cit.*, p. 125.

locais. Mas essa é, julgamos, somente uma das opções; à vista disso, gostaríamos de encerrar este primeiro capítulo afirmando que, apesar de não termos à disposição uma maior gama de materiais a exemplo dos diários, cartas e fotografias utilizados pela historiadora Mariana Muaze⁸⁵ para detalhadamente estudar o cotidiano dos Ribeiro de Avellar - grandes proprietários de terras e escravos no Rio de Janeiro do século XIX -, enxergamos os inventários ituanos, e os testamentos que os acompanham, como importantes instrumentos que muito podem nos auxiliar na compreensão dos complexos jogos sociais então presentes, capazes tanto de oferecer um outro olhar aos comportamentos da elite agrária paulista quanto de abrir novos horizontes a futuras pesquisas acadêmicas, escritos que se debruçam, empenhadamente, sobre as famílias de tempos passados, como este se esforçou em fazê-lo.

⁸⁵ MUAZE, Mariana. *As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

Capítulo 2 - O amadurecimento econômico da Capitania de São Paulo: do abastecimento interno à lavoura exportadora

Desde a primeira metade do século XX, pode-se dizer que foram publicados trabalhos divergentes quanto ao *status* econômico da Capitania de São Paulo após a descoberta do ouro em Minas Gerais. Por um lado, nomes como Roberto Simonsen⁸⁶ e Caio Prado Júnior⁸⁷ enxergaram um impacto negativo trazido pela mineração, em virtude da migração de parte dos paulistas que desejava enriquecer por meio da extração de metais preciosos e tinha cabedal suficiente para patrocinar sua ambição; tal êxodo, para os autores, teria como consequência lógica o despovoamento das vilas deixadas para trás, estagnadas enquanto outras regiões da colônia se desenvolviam. A paulatina redução da extensão territorial⁸⁸ de São Paulo e a perda de sua autonomia política⁸⁹ reforçariam, nesse sentido, uma imagem de pauperismo generalizado, e refletiriam a falta de interesse que a Capitania despertava nas autoridades metropolitanas.

Historiadoras como Maria Luiza Marcílio⁹⁰ e Ilana Blaj,⁹¹ por sua vez, caminharam na direção contrária, e destacaram, valendo-se de dados demográficos e de discussões descritas em atas da Câmara Municipal de São Paulo, o crescimento acelerado daquela população e a consolidação de suas atividades mercantis, impulsionadas pelo comércio de artigos locais e dos que chegavam à vila de Piratininga. A exploração dos minérios em Minas Gerais seria responsável, na verdade, não por uma espécie de decadência paulista, mas sim pelo fomento e dinamização de sua produção agrícola e pecuária para responder à demanda do pujante mercado recém-formado. Ainda que a construção do Caminho Novo entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, em 1733, tivesse prejudicado negociantes e fazendeiros do planalto, a descoberta do ouro em

⁸⁶ SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1937.

⁸⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. *A cidade de São Paulo: geografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

⁸⁸ Por alvará de 2 de dezembro de 1720, foi criada a Capitania de Minas Gerais, separando aquela que antes era a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Em 1738, Rio Grande de São Pedro e a Ilha de Santa Catarina também foram desassociados de São Paulo, agora fazendo parte do Rio de Janeiro, assim como se faria com Laguna, em 1740. Finalmente, em 1748, foram criadas as capitanias de Goiás e Mato Grosso, desmembrando-se tais terras de um território antes paulista.

⁸⁹ Por meio do mesmo alvará em que foram criadas as Capitanias de Goiás e Mato Grosso, em 1748, D. João V não mais enxergou necessidade em haver um governador em São Paulo, passando esta capitania à jurisdição do Rio de Janeiro.

⁹⁰ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

⁹¹ BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2002.

Cuiabá e Goiás, cerca de dez anos antes, apresentara novas praças a serem atendidas, sendo certa a necessidade de gêneros alimentícios para as pessoas que lá viviam.

Se esses posicionamentos revelam interpretações distintas sobre a São Paulo setecentista, discordâncias similares não se fazem presentes quando se discute a relevância da lavoura canavieira para a sua ascensão. Na segunda metade do século XVIII, mais especificamente a contar de 1765, com a chegada a Santos do governador D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, medidas foram implementadas para que lavradores e agentes mercantis liderassem a introdução paulista no lucrativo comércio externo do açúcar, fazendo com que, sem demora, seus campos se dedicassem à agricultura voltada à exportação. Além das transformações na sociedade de vilas que se tornaram notáveis centros agrícolas, cumpre mencionar a importância das melhorias promovidas para que se facilitassem o transporte e a venda das milhares de arrobas anualmente fabricadas; posteriormente, já no século XIX, beneficiar-se-iam os cafeicultores de uma base previamente estabelecida, fundamental para que o seu produto se colocasse, na década de 1850, como o nosso principal artigo de exportação.⁹²

Neste capítulo, inicialmente pretendemos apresentar, em linha com o que defenderam Maria Luiza Marcílio e Ilana Blaj, escritos que demonstram a evolução de uma rede mercantil nos primeiros séculos de São Paulo, capaz de fortalecer uma estrutura que, embora não tivesse a mesma organização daquela encontrada pelos fazendeiros de café, fatalmente ajudara a impulsionar, há pouco, a cultura da cana-de-açúcar. Adiantamos, contudo, que esta pesquisa não tem por objetivo se inserir em um debate sobre a possível decadência paulista causada pelo ciclo mineratório, mas sim identificar a negociação de mercadorias, e as consequências que a cercaram, como traços presentes na região desde os primórdios de sua colonização.

Em um segundo momento, incluiremos, lançando mão de dados que compõem listas nominativas elaboradas entre 1775 e 1825, uma análise socioeconômica da vila de Itu, observando e discutindo as consequências da ascensão da lavoura exportadora para as famílias que a habitavam. A partir de uma pormenorizada contextualização, acreditamos na possibilidade de nos aproximarmos àquela realidade, melhor compreendendo, assim desejamos, o cenário de fundo no qual os eminentes senhores de engenho ituanos coordenavam as ações determinantes para o futuro de suas linhagens.

⁹² PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: 1765-1851: expansão e declínio*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968, p. 224.

2.1 O desenvolvimento de uma estrutura mercantil na Capitania de São Paulo

Quando investigou as relações comerciais luso-brasileiras estabelecidas entre 1580 e 1640 com o Rio da Prata, Alice Piffer Canabrava bem notou, utilizando-se de fontes primárias como atas municipais, correspondências reais, inventários e testamentos, a produção alimentícia daquela que era, à época, oficialmente chamada de Capitania de São Vicente.⁹³ Conquanto Salvador fosse o maior ator desse intercâmbio coordenado entre súditos de um mesmo soberano, a autora não deixou de apontar o papel desempenhado pelo planalto no fornecimento do que seus sítios cultivavam, servindo de exemplo o abastecimento de dois navios hispano-americanos cujo objetivo era importar mercadorias da Bahia para Tucumán, em 1587. Nessa viagem, seus comandantes, ao conduzirem o retorno das embarcações, adquiriram cem quintais de arroz e muitas espécies de conservas em São Vicente, itens essenciais para o sustento de sua tripulação e da população escravizada que transportavam.⁹⁴

Munidos desse relato, podemos inferir as vantagens trazidas pelo posicionamento meridional da capitania, ponto de parada estratégico para quem saía do Rio da Prata e almejava negociar produtos na colônia portuguesa. A prática de transações locais ajudaria a explicar a quantidade de prata declarada nos inventários vicentinos e a presença de dívidas em *pesos* neles informadas, sugerindo a circulação da moeda espanhola na vila de São Paulo. O testamento do sertanista português Afonso Sardinha, em particular, caminha ao encontro dessa hipótese, citando operações realizadas em vida com o auxílio de Francisco de Barros, seu intermediário que residia em Buenos Aires.⁹⁵

Embora as terras paulistas não estivessem tão próximas aos consumidores europeus quanto as nordestinas, não se pode diminuir, como visto, o privilégio de sua localização. Ponto de convergência de rotas comerciais em um imenso território continental, desde o século inaugural da colonização se articulou um sistema de compra e venda de mercadorias impulsionado por famílias mais abastadas, disponibilizando-se um excedente agrícola e escravizados enquanto eram obtidos, em contrapartida, o que a elas era necessário. A atividade mercantil, automaticamente, estimulava a colheita e o apresamento indígena, em um processo que se retroalimentava. O volume cultivado não deveria ser desprezível, como se indica pelo fato de D. Fernando Mascarenhas, então governador-geral do Brasil em 1639, ter solicitado, ao

⁹³ Estabelecida em 1534, a Capitania de São Vicente deixaria de existir em 1709, quando Portugal a adquiriu e criou a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro.

⁹⁴ CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1984.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 122.

organizar tropas que enfrentariam os holandeses, o envio de gêneros desde São Vicente, por serem suas terras muito ricas em farinha de trigo, carnes e legumes.⁹⁶

Em linha com os achados de Alice Piffer Canabrava, John Manuel Monteiro identificou, concentrando-se no século XVII, a participação vicentina em um circuito mercatário intercapitanias, no qual se fazia crucial a mão de obra indígena para a produção de alimentos negociados com outras partes da colônia.⁹⁷ Atribuindo especial atenção ao plantio de trigo, revelou como a triticultura foi introduzida pela Coroa portuguesa com o objetivo de transformar São Paulo no “celeiro do Brasil”, quando caberia às suas fazendas o sustento das zonas mineradoras.⁹⁸ Enquanto as minas só seriam descobertas na década de 1690, em 1609 foi instalado o primeiro moinho dedicado ao beneficiamento de trigo na região, intensificando um cultivo que teria o seu ápice entre 1630 e 1680.⁹⁹

Para evidenciar a orientação comercial dessa lavoura, John Manuel Monteiro recorreu a fontes semelhantes às de Ilana Blaj: por meio de atas emitidas pela Câmara Municipal de São Paulo nos anos de 1623, 1637 e 1654, abordou as repetidas reclamações de camaristas no que se referia à falta de trigo para o consumo local, a despeito de muito se produzir; observou, ainda, o seu uso como moeda de troca em inventários e testamentos, ora na composição de dotes matrimoniais, ora como recurso empregado para liquidar dívidas de jogo.¹⁰⁰ Entretanto, apesar da rápida expansão, Monteiro também relatou o seu declínio no último quartel daquela centúria, que se refletiria pela maior importância atribuída às práticas agropastoris nos inventários pesquisados, enquanto a triticultura passava a segundo plano.¹⁰¹ De qualquer modo, mesmo apresentando apenas um breve ciclo de introdução, apogeu e queda, não se pode diminuir sua relevância para a manutenção de um sistema mercantil que continuava a se fortalecer, reforçando um padrão de negociação presente desde o século precedente.

As descobertas auríferas nas Gerais, ao final do Seiscentos, não somente seriam responsáveis por um novo impulso ao comércio na Capitania de São Vicente, mas também trariam substanciais consequências para o cotidiano de toda a colônia, culminando com o deslocamento do seu eixo econômico e administrativo do Nordeste para o Sudeste. A busca do enriquecimento recorrendo à mineração promoveria um intenso fluxo migratório de outras regiões do Brasil, criando um mercado potencial para quem pudesse fornecer alimentos às

⁹⁶ Alice Piffer Canabrava, *op. cit.*, p. 145.

⁹⁷ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 102.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 113.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 114.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 126.

peessoas que para lá se dirigiam. A vila de São Paulo, sob esse cenário, dinamizou sua produção e posicionou-se como um respeitável polo distribuidor de mercadorias, fossem elas gêneros voltados à nutrição humana, fossem elas animais usados para o carregamento dos brilhantes encontrados.

Nesse sentido, Ilana Blaj, ao defender sua tese de doutorado, bem explorou a mercantilização crescente da vila de São Paulo e daquelas com as quais se articulava, tendo em conta o intervalo entre 1681 e 1721. Ao investigar a já mencionada documentação deixada por camaristas paulistanos, a autora se debruçou sobre debates que expuseram, por exemplo, a preocupação com a falta de mantimentos em razão dos compensadores preços das minas. Em 1704, para se citar uma das diversas discussões elencadas, requereu-se que os lavradores de farinha não a vendessem fora da terra, o mesmo sendo válido para artigos como trigo, feijão, toucinho e gado; eram ameaçados, ainda, os infratores que o fizessem e os escravizados envolvidos em seu frete.¹⁰² A atração da praça mineira causava, de acordo com a obra, sérios problemas para o abastecimento local, obrigando a intervenção das autoridades para que a população do planalto não sofresse pela falta do que consumir.

Ao abordar o progresso da pecuária paulista, Blaj chamou a atenção para o interesse que despertava na zona extrativista, que tinha a necessidade de animais para se alimentar e para o transporte de seus minérios. Se atas municipais de 1708 e 1712 descrevem um preocupado procurador solicitando “*que não se levassem éguas para as minas devido à diminuição das cavalgadas na região paulistana*”,¹⁰³ em 1713 é d. Brás Baltasar da Silveira, então capitão-general da capitania, que resolve agir, ordenando que nenhuma pessoa, de qualquer qualidade, levasse gados e éguas para fora da cidade de São Paulo.¹⁰⁴ Posto que os requerimentos se repetiram durante todo o período de estudo, faz-se claro que, apesar de se tentar a proibição daquele comércio, ativas classes de negociantes continuavam a fazê-lo; à vista disso, enquanto a maioria sofria com preços inflacionados e sobrevivia conforme o que plantava, poucos deveriam enriquecer valendo-se dessas operações, e embora ajudassem a transformar São Paulo em um centro de operações comerciais, também tracejavam o desenho de uma sociedade altamente estratificada.

Se Ilana Blaj escreveu sobre a atividade criatória nos espaços que cercavam a própria vila de São Paulo, cumpre destacar o intenso fluxo de mueres que ali chegavam após serem deslocados do sul da colônia, muitas vezes com destino às Gerais. Carlos de Almeida Prado

¹⁰² Ilana Blaj, *op. cit.*, p. 228.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 236.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 237.

Bacellar, ao analisar a demografia sorocabana nos séculos XVIII e XIX, observou que, conquanto a historiografia defendesse o surgimento de tropas vindas de Curitiba apenas em 1732, seu trânsito existiria há algumas décadas, em decorrência da descoberta das minas.¹⁰⁵ Como espelho do acentuado uso daquelas rotas, a instituição do Registro de Sorocaba, em 1750, demonstraria a intenção da Coroa em obter a arrecadação que entendia lhe ser de direito; a venda de tropas sulinas realizada na mesma vila, por seu turno, torná-la-ia um notável centro comercial, sendo responsável, segundo Alice Piffer Canabrava, pela formação das primeiras fortunas paulistas.¹⁰⁶

Como afirmado anteriormente, o desenvolvimento mercantil da Capitania de São Paulo sofreria um abalo em 1733, pois a construção do Caminho Novo entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro fez com que os cariocas protagonizassem o abastecimento das zonas mineradoras. Contudo, como constatou Silvana Alves de Godoy em sua dissertação de mestrado, a descoberta das minas de Coxipó-Mirim, em 1718, e de Cuiabá, em 1722, havia oferecido novos consumidores para os comerciantes do planalto, que para lá puderam direcionar seus produtos utilizando-se de expedições fluviais, as monções.¹⁰⁷ Uma vez que o porto de origem das embarcações se situava em Ararituaba, freguesia de Itu, cedo surgiram, em seus arredores, roceiros dispostos a fornecer mantimentos que tanto poderiam ser vendidos nos novos povoados quanto poderiam alimentar as tripulações que os transportavam.¹⁰⁸ A partir do crescimento dessas operações, consolidar-se-ia, no Oeste paulista do século XVIII, uma estrutura agrária voltada à produção de alimentos, diretamente ligada a uma rede mercantil que enriquecia as mais abastadas linhagens locais;¹⁰⁹ a estas famílias não havia, aparentemente, muitas alternativas para o emprego do cabedal acumulado, limitando-se elas a reinvesti-lo em seus próprios campos ou a aplicá-lo em arriscadas expedições extrativistas.

Nas páginas precedentes deste capítulo, nosso objetivo foi, como dissemos, apresentar pesquisas robustas que exploraram o paulatino amadurecimento mercantil de São Paulo, as quais manusearam materiais diversos como diários de viagem, debates de câmaras municipais, inventários e testamentos, entre outros. Para que as negociações fossem executadas com sucesso

¹⁰⁵ Baseando-se em pesquisa de Aluísio de Almeida, Bacellar cita uma ata da câmara sorocabana de 1723, quando seus membros discutiram os danos causados pela circulação do gado curitibano nas vias de sua vila. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2001, p. 25.

¹⁰⁶ CANABRAVA, Alice Piffer. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/67. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 26, n. 3, p. 95-123, out-dez 1972.

¹⁰⁷ GODOY, Silvana Alves de. *Itu e Ararituaba na Rota das Monções (1718 a 1838)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 122.

¹⁰⁹ Alice Piffer Canabrava, *Uma economia de decadência, op. cit.*, p. 27.

e tal atividade permanecesse viva, faz-se evidente o aprimoramento de uma estrutura que garantisse o seu funcionamento, como a abertura e manutenção de vias de acesso e a implementação de medidas administrativas que promovessem a sua regulação; no entanto, por não terem um artigo de exportação que as permitisse fazer parte de um mercado mundial, aquelas terras não despertavam na Metrópole o mesmo interesse da Bahia, de Pernambuco ou de Minas Gerais, restringindo-se ao abastecimento interno e proporcionando arrecadações ínfimas quando comparadas a essas três potências coloniais.

Os rumos paulistas começariam a mudar com a crise financeira que atingiu Portugal em meados do século XVIII. Se já na década de 1730 os ganhos reinóis na Índia entraram em declínio, nos anos 1760 e 1770 foi o ciclo da mineração brasileiro que não mais exibiu os lucros de seus primeiros tempos.¹¹⁰ Diante de um cenário adverso, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, ao assumir o cargo de secretário de Estado do Reino, em 1750, logo intensificou práticas mercantilistas voltadas à recuperação lusitana, e dentre elas fez do estímulo à agricultura, como define o historiador José Jobson de Andrade Arruda, “o epicentro de sua ação política”.¹¹¹

No que toca especificamente à Capitania de São Paulo, cumpre recordar sua recente redução territorial com a criação das Capitanias de Minas Gerais (1720), Goiás e Cuiabá (1748), e a perda de sua autonomia política também em 1748, subordinando-se ao Rio de Janeiro. Porém, com a tomada da Colônia do Sacramento pelas tropas hispano-americanas de Pedro de Cevallos, em 1762, reacendeu-se nas autoridades portuguesas a necessidade de proteger suas posses em face do perigo constante das invasões vizinhas.¹¹² A restauração de São Paulo, em 1765, pareceu-os, então, uma solução razoável, desejando-se seu rápido progresso para que ela se erguesse, o quanto antes, como uma barreira entre o sul e uma vasta área que se estendia desde as minas até a cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil desde 1763.¹¹³

Para ocupar o posto de seu novo governador e capitão-general, seriam qualidades importantes, nas palavras de Heloísa Liberalli Bellotto, o pertencimento à fidalguia, a experiência militar, o prestígio na Corte e, por fim, um alto grau de devoção ao rei.¹¹⁴ D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, era membro de uma Casa que

¹¹⁰ FALCON, Francisco Calazans. Pombal e o Brasil. In: *História de Portugal*. José Tengarrinha (org). Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000, p. 155.

¹¹¹ ARRUDA, José Jobson de Andrade. O sentido da Colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial (1780-1830). In: *História de Portugal*. José Tengarrinha (org). Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000, p. 178.

¹¹² Heloísa Liberalli Bellotto, *op. cit.*, p. 37.

¹¹³ *Ibidem*, p. 60.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 44.

houvera servido a Portugal em funções administrativas, culturais e militares, contando a seu favor, individualmente, uma distinta atuação na Guerra dos Sete Anos (1756 -1763), perante as tropas franco-espanholas.¹¹⁵ Sendo assim, embora não se possa concluir o porquê de ele ter sido selecionado e não um outro nobre, ou quem teria participado com mais afinco para a sua escolha, sabe-se, sim, que D. Luís Antonio foi nomeado governador da capitania restaurada aos 43 anos, conforme Decreto de 5 de janeiro de 1765.¹¹⁶

A leitura das instruções iniciais pombalinas revela que as preocupações dominantes eram, de fato, as militares, sendo esse o principal motivo para que o Morgado de Mateus prontamente organizasse o recenseamento da população, tornando quantificável o número de homens disponíveis para a composição de suas tropas.¹¹⁷ Posteriormente, até pelo estado das finanças portuguesas há pouco mencionado, receberia ordens para fomentar a economia local, como um ofício de Pombal no qual ele recomendava o emprego de todos os meios possíveis para impulsionar a sua agricultura.¹¹⁸ Conquanto a tentativa inaugural tivesse sido a colheita do algodão, aquela que no Setecentos se expandiria, e mudaria a história de São Paulo, seria a canavieira.

A evolução da lavoura exportadora de açúcar, como veremos na próxima seção deste capítulo, ocorreria rapidamente, cedo notabilizando-se a fertilidade do Oeste paulista. Se em 1776 os documentos oficiais acusavam 25 engenhos em Itu, uma das vilas que o compunha, até 1799 essa quantia mais que quadruplicaria, chegando a 113.¹¹⁹ A restauração da Capitania de São Paulo, e o conseqüente incentivo à diversificação agrícola, por certo tiveram valor fundamental para o seu êxito; além disso, como bem defende Pablo Oller Mont Serrath, não se pode menosprezar o papel de uma elite colonial com patrimônio previamente acumulado, capaz de realizar o investimento necessário para capitalizar os seus sítios e voltá-los ao mercado externo.¹²⁰

Embora se mostre precipitada qualquer conclusão sobre a origem do dinheiro empregado para a montagem dos engenhos, sabemos, pelo estudo de Alice Piffer Canabrava com as listas nominativas paulistas de 1765 e 1767, que 25% da riqueza declarada concentrava-se na cidade de São Paulo, sobretudo nas mãos de seus mercadores e homens de negócios, enquanto a vila

¹¹⁵ Heloísa Liberalli Bellotto, *op. cit.*, p. 50.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 56.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 79.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 185.

¹¹⁹ Maria Thereza Schorer Petrone, *op. cit.*, p. 42.

¹²⁰ MONT SERRATH, Pablo Oller. *Dilemas & Conflitos na São Paulo restaurada: Formação e Consolidação da Agricultura Exportadora (1765-1802)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

de Itu, com 13% graças à agricultura comercial, era a segunda praça mais rica.¹²¹ Ainda que haja nomes que investiram em suas fazendas um cabedal recém-conquistado nas minas, acreditamos que, utilizando-se desses percentuais, se possa inferir, em linha com as páginas anteriores deste capítulo, a relevância mais que secular das operações mercantis para a região, responsáveis não somente pelo desenvolvimento de uma estrutura mínima que garantisse a consecução daquelas transações, mas também pela geração de uma riqueza que seria, agora, crucial para o alcance das ambições metropolitanas.

2.2 A nova dinâmica socioeconômica ituana a partir do sucesso de sua lavoura canavieira

Apesar de a cana ter sido introduzida em São Paulo na primeira metade do século XVI, quando Portugal começou sua tentativa de expandir o cultivo consolidado nas ilhas do Atlântico, o artigo não obteve o acelerado destaque que teria no nordeste brasileiro. Favorecidas por um solo de qualidade superior, por um regime de chuvas que se adequava ao seu plantio e pela menor distância ao continente europeu, Pernambuco e Bahia se tornaram os nossos principais centros açucareiros a contar da década de 1570, cabendo ao planalto direcionar suas arrobas ao abastecimento interno.

Após as medidas instauradas no governo do Morgado de Mateus e complementadas por aqueles que o sucederam, entretanto, a fazenda de cana paulista deixaria de lado os engenhos simples e tecnologicamente atrasados para estabelecer, ao término da décima-oitava centúria, um empreendimento com vistas a atender ao mercado mundial. Em virtude da quantidade de açúcar fabricada, fizeram-se notáveis, como dissemos há pouco, os campos do Oeste paulista, sobressaindo-se, dentre eles, os sítios instalados nos arredores da vila de Itu.

Segundo Francisco Nardy Filho, a despeito de 1610 ser compreendido por muitos como o ano em que se originou o povoamento ituano, ele seria, na verdade, a data em que o sertanista Domingos Fernandes alcançou a provisão para lá fundar uma capela, erguida em louvor à Nossa Senhora da Candelária.¹²² Sua chegada à região teria ocorrido, de acordo com o autor, cerca de cinco anos antes, logo se unindo a ele outras famílias e agregados, que se dedicaram à abertura de lavouras. Como imagem de seu aumento populacional, a mesma capela seria, em 1653,

¹²¹ Alice Piffer Canabrava, *Uma economia de decadência*, *op. cit.*, p. 101.

¹²² Francisco Nardy Filho, *op. cit.*, p. 9.

elevada a freguesia, e quatro anos depois, em 1657, tornar-se-ia a sétima vila criada na Capitania de São Vicente.¹²³

Entre a sua fundação e meados do século XVIII, Itu seria, nas palavras de Octavio Ianni, “*um ponto de apoio e ligação na vasta rede de comunicações e aviamentos organizada para a preação dos índios, a busca do ouro, a cata das pedras preciosas e*”, com suas roças e rebanhos, “*o abastecimento dos núcleos de mineração*” tendo como base a mão de obra indígena.¹²⁴ Como indicado por Silvana Alves Godoy, as monções respondiam por boa parte dos gêneros alimentícios dos quais se nutriam os povoados em Cuiabá e Goiás, estimulando o crescimento das fazendas que cercavam o porto de Araritaguaba, de onde saíam as embarcações. Em meio a plantações de milho e feijão,¹²⁵ certamente se infiltravam, ainda antes das expedições fluviais, pelo menos algumas árvores de cana, como se evidencia pelos inventários de Cristóvão Diniz (1650), Maria Leme de Alvarenga (1654) e Manoel Correia de Sá (1677), nos quais foram listadas, em cada um, as posses de um canavial, um alambique e uma moenda.¹²⁶

Na centúria seguinte, a existência de 25 engenhos em Itu em 1776 sinaliza a continuidade da cultura canavieira naqueles solos, um traço presente desde os seus primórdios do qual teriam se aproveitado os comerciantes monçoeiros, garantindo o fortalecimento de alguns agricultores na região. Na lista nominativa de 1775, o sargento-mor Antonio Pacheco da Silva, aos 57 anos, declarou a significativa fabricação de setecentas arrobas de açúcar, além da colheita de milho e feijão, em valores infelizmente ilegíveis, e da posse de quatrocentas cabeças de gado. Para a realização do trabalho em sua propriedade, explorava os braços de 55 escravizados.¹²⁷ Dez anos antes, no primeiro recenseamento organizado pelo Morgado de Mateus, o mesmo senhor já possuía um dos maiores patrimônios locais e dizia viver de sua manada de gado e de fabricar açúcar,¹²⁸ fazendo-nos constatar que o acúmulo de seus bens não havia se iniciado após a chegada do novo governador, mas sim seria, possivelmente, fruto do fornecimento de alimentos às minas.

¹²³ Francisco Nardy Filho, *op. cit.*, p. 10.

¹²⁴ IANNI, Octavio. Uma cidade antiga. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Museu Paulista da USP, 1988, p. 17.

¹²⁵ Analisando os alimentos que mais se cultivavam nas vilas da Capitania de São Paulo, Sergio Buarque de Holanda afirmou que tanto o feijão quanto o milho tinham grande produção na zona de Araritaguaba e Itu, enquanto a criação de suínos tinha destaque em Atibaia e Jaguari (Bragança). Cf. HOLANDA, Sergio Buarque de. *Monções e Capítulos de expansão paulista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

¹²⁶ Silvana Alves Godoy, *op. cit.*, p. 59.

¹²⁷ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu, 1775*, parte 1, p. 2. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2548. Acesso em: 10 out. 2022.

¹²⁸ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu, 1765*, parte 2, p. 13. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2514. Acesso em: 10 out. 2022.

Se o volume de setecentas arrobas foi o máximo encontrado nos dados censitários de 1775, em 1799, na virada do século, Ignacia de Goes e Arruda, viúva de Antonio Pacheco da Silva, anunciava uma fabricação que ultrapassaria o seu dobro, totalizando 1.800 arrobas. Seu filho Luciano Francisco Pacheco, então com onze anos em 1775, agora era casado, pai de seis meninos e três meninas, e afirmara ter feito, em seu engenho, 1.300 arrobas.¹²⁹ Tal aumento de escala não atingiu apenas a família Pacheco,¹³⁰ e refletia o êxito das medidas implementadas após a restauração da capitania, especialmente nos governos do Morgado de Mateus (1765 – 1775) e de Bernardo José Lorena (1788 – 1797), cujas consequências foram impulsionadas por uma conjuntura internacional favorável na década de 1790, com a Revolta de São Domingos.¹³¹

A princípio, foram aprovadas, por meio de dois alvarás régios, ações que diretamente beneficiaram os mercadores de São Paulo. O primeiro deles, de 10 de setembro de 1765, aboliu o sistema de frotas, permitindo aos paulistas que negociassem com domínios portugueses como bem lhes parecesse, despachando seus navios quando o desejassem. Em razão da distância entre as cidades de São Paulo, Salvador e a capital fluminense, era grande, antes, a chance de os itens do planalto se estragarem pelas vias que as ligavam, inviabilizando o progresso de uma lavoura que não traria o lucro necessário para a sua manutenção.¹³²

O segundo alvará foi emitido pouco depois, em 2 de junho de 1766, e nele se determinava a livre navegação entre os portos coloniais, desobrigando as capitanias a seguirem rotas previamente estabelecidas.¹³³ Para São Paulo, era aberta a oportunidade de exportar seus artigos a partir do Porto de Santos, abastecendo os navios estrangeiros com aquilo que brotava em seus campos. No entanto, se a liberdade de comércio havia melhorado as condições entre os mares, o trecho terrestre, por seu turno, se mostrava problemático, perigoso, valendo-se os tropeiros de tortuosos caminhos que causavam, muitas vezes, a perda do que transportavam em despenhadeiros da Serra do Mar.

Esse obstáculo seria transposto em 1792, quando foi concluído o calçamento de um caminho entre a cidade de São Paulo e Cubatão, enfim propiciando o deslocamento das tropas

¹²⁹ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu, 1799*, parte 1, p. 3-5. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2663. Acesso em: 10 out. 2022.

¹³⁰ Em acordo com os valores reportados à lista nominativa de 1799, José Manoel de Mesquita foi quem mais fez açúcar naquele ano, com 3.500 arrobas. Mais além, outros 21 engenhos fabricaram pelo menos mil arrobas, como Estanislau de Campos Arruda, com 2.171, e Maria Dias Leite, com duas mil.

¹³¹ Ao final do século XVIII, São Domingos era a mais rentável colônia francesa em virtude de sua colossal produção canavieira, representando o maior mercado individual para o tráfico negreiro europeu. A revolta de escravizados que se iniciou em 1791, e durou até 1804, destruiu seus engenhos e impossibilitou o comércio do açúcar lá fabricado, permitindo a entrada de competidores que se beneficiaram de um preço inflacionado pela ausência do principal fornecedor do artigo.

¹³² Heloísa Liberalli Bellotto, *op. cit.*, p. 191.

¹³³ *Ibidem*.

com maior segurança. Visando alavancar a exportação da capitania para o continente europeu, o governador Bernardo José Lorena já havia instituído, em 1789, que toda a produção seria negociada diretamente com a Metrópole, proibindo, por conseguinte, transações inter-regionais.¹³⁴ Agora, com a construção daquela que ficaria conhecida como a “Calçada do Lorena”, em muito se melhorava o escoamento da lavoura e se intensificava o uso do Porto de Santos, passo fundamental para que São Paulo elevasse o patamar de sua economia e se posicionasse, definitivamente, no promissor mercado agroexportador do açúcar.

2.2.1 Estrutura demográfica da vila de Itu (1775 – 1825)

A análise dos dados demográficos ituanos bem revela o impacto trazido pelas medidas governamentais para as vilas paulistas que exportavam seus produtos. O avanço do número de domicílios, a atração de pessoas livres e a compra de escravizados africanos são elementos que marcaram profundamente o acelerado desenvolvimento de suas terras. Ao passar de poucas décadas, uma vitalidade financeira não antes vista seria responsável pela reorganização do seu espaço, do seu cotidiano, assim como permitiria o fortalecimento de uma elite açucareira local da qual fariam parte suas mais abastadas famílias.

Ao se visualizar o quadro-resumo que nos transmite um perfil geral da vila de Itu, o primeiro item que se sobressai é o aumento de sua população, principalmente no intervalo entre 1775 e 1805, quando, ao variar de 4.905 para 7.968 habitantes, incrementou-se em 62%. Ainda que tanto a gente livre quanto a escravizada tenham apresentado cifras elevadas, é incomparável, nesses trinta anos, o fenômeno que se passou com a exploração de cativos, calculando-se um espantoso acréscimo de 157%, ou seja, mais que dobrando a nossa referência inicial.

¹³⁴ Maria Thereza Schorer Petrone, *op. cit.*, p. 192.

Tabela 1. Características gerais da população da vila de Itu (1775 – 1825)

	1775	1784	1796	1805	1815	1825
População livre	3.460	3.609	4.311	4.249	3.855	3.618
População escravizada	1.445	1.770	2.895	3.719	3.311	3.620
Total de habitantes	4.905	5.379	7.206	7.968	7.166	7.238
Percentual de escravizados na população	29%	33%	40%	47%	46%	50%
Fogos escravistas	224	278	339	390	348	355
Fogos sem escravizados	458	542	675	622	648	623
Total de fogos	682	820	1.014	1.012	996	978
Percentual de fogos escravistas	33%	34%	33%	39%	35%	36%
Média de escravizados por fogo escravista	6,5	6,4	8,5	9,5	9,5	10,2
Média geral de habitantes por fogo	7,2	6,6	7,1	7,9	7,2	7,4

Fonte: Maços de população da vila de Itu.

Em paralelo com a variação positiva do número de pessoas, a quantidade de fogos também exibiu um crescimento substancial entre 1775 e 1805, uma adição de 48% ao alcançar 1.012 lares. Fosse recorrendo à concessão de sesmarias, fosse pela ocupação de terras devolutas, fosse comprando-as de posseiros, expandiram-se os plantios nos campos ituanos, atingindo um ponto máximo por volta de mil domicílios. Todavia, nota-se que o percentual de casas escravistas não oscilou ao mesmo passo que o montante de escravizados, apontando para uma maior concentração de cativos nas propriedades de quem poderia realizar a sua compra.

No que toca especificamente à população livre, pode-se dizer que a fertilidade daqueles solos decerto atraiu pessoas dispostas a lá se instalarem, paulatinamente migrando e trazendo consigo seus descendentes. Caso não tivessem dinheiro suficiente para a montagem de seus engenhos, estariam aptos, por meio de suas roças, a fornecer mantimentos que alimentassem a estrutura exigida pela economia açucareira, ou adotariam outras ocupações, como comerciantes, carpinteiros, alfaiates, costureiras ou tropeiros, entre outros.

Após um notável aumento dos livres entre 1775 e 1796, observamos alguma estabilidade até 1805, e, a partir de então, desenhou-se um considerável declínio. Apesar de termos ciência

de um surto de sarampo que acometeu Itu em 1806,¹³⁵ acreditamos em um êxodo associado à momentânea redução da atividade canavieira perto de 1810, talvez por uma adversidade climática, haja vista que as listas nominativas desse ano mostraram muitos engenhos que não tiveram safra de açúcar, como o de José Manoel de Mesquita,¹³⁶ ilustre nome local. Enquanto em 1809 as autoridades reportaram uma produção anual de 17.774 quintais do artigo,¹³⁷ no ano seguinte ela cairia para 6.544,¹³⁸ dado que deve ter alarmado fazendeiros que de seu comércio dependiam.

Em linha com a hipótese levantada, cumpre apresentar o baixo preço pelo qual o açúcar estava sendo vendido entre o fim da década de 1800 e o início da seguinte, o que diretamente afetava o lucro auferido por agricultores que o fabricavam ou forneciam insumos para o exercício de tal prática. Julgamos, sim, que os mais abastados conseguiriam adaptar-se a esse revés momentâneo, eventualmente negociando parte de seus escravizados e sobrevivendo a esse período, o que poderia não ser factível para lavradores de menor cabedal.

Tabela 2. Precificação e volume de açúcar produzido pela vila de Itu (1805 – 1818)

Ano	1805	1809	1812	1816	1818
Preço do açúcar fino por arroba (em réis)	\$1.200	\$500	\$700	\$1.500	\$1.360
Total de açúcar produzido (em quintais)	18.230	17.774	13.114	14.564	26.538

Fonte: Maços de população da vila de Itu.

Quanto à população cativa, o fato de ela ter quase triplicado em um espaço de trinta anos, entre 1775 e 1805, demonstra o nível de riqueza que passara a circular em Itu com o desenvolvimento de sua lavoura exportadora. Ainda que não se possa negar algum acréscimo por crescimento vegetativo, o rápido incremento sinaliza a compra de milhares deles, mão de

¹³⁵ De acordo com correspondência assinada por Vicente da Costa Taques Góes e Aranha em 11 de agosto de 1806, 297 pessoas haviam sido infectadas por sarampo em Itu, resultando em “*innumeráveis enfermos deste mal, muitos mortos, outros convalescendo com repetidas recaídas e lares inteiramente infelizes*”. CASA DO PINHAL. *Ofício de Vicente da Costa Taques Góes e Aranha*, 1806. Disponível em:

http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2112. Acesso em: 15 out. 2022.

¹³⁶ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1810, parte 2, p. 26. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2793. Acesso em: 15 out. 2022.

¹³⁷ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1809, parte 6, p. 40. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2613. Acesso em: 15 out. 2022.

¹³⁸ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1810, parte 6, p. 35. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2797. Acesso em: 15 out. 2022.

obra sem a qual não se faria possível o sucesso agrícola paulista nos séculos XVIII e XIX, fosse para os senhores de engenho, fosse para os cafeicultores.

Nesse sentido, como constata nossa tabela introdutória, o percentual de escravizados subiu em praticamente todos os períodos: enquanto não chegava a um terço dos habitantes em 1775, alcançou a metade da população em 1825, provando o quão dependente deles se encontrava o cultivo da cana. Se o número de livres diminuía significativamente no primeiro quartel do Oitocentos, o mesmo não ocorrera com quem por eles era explorado, novamente indicando uma concentração de sua mão de obra por sítios que tinham condições de sustentá-la.

O exame de outros índices torna o evento mais evidente, como a linha que equivale à média de cativos por escravista, na qual se enxerga uma variação de 6,5 para 10,2 em cinquenta anos, ou seja, um aumento de 57%. Para melhor compreendermos a distribuição dessas pessoas entre as unidades domésticas que delas se utilizavam, e comprovarmos o paulatino acúmulo entre os maiores proprietários, incluímos, a seguir, uma breve avaliação da estrutura de posse dos escravizados:

Tabela 3. Número de escravizados por fogo na vila de Itu (1775 – 1825)

Número de escravizados por fogo	1775	1784	1796	1805	1815	1825
1 a 5	152	182	207	231	205	202
6 a 10	38	53	49	51	49	45
11 a 20	20	26	42	53	48	52
21 a 40	10	16	34	38	32	39
41 ou mais	4	1	7	17	14	17
Total de fogos escravistas	224	278	339	390	348	355
Total de fogos com mais de 20 escravizados	14	17	41	55	46	56

Fonte: Maços de população da vila de Itu.

Tabela 4. Distribuição de escravizados por fogo na vila de Itu (1775 – 1825)

Número de escravizados por fogo	1775	1784	1796	1805	1815	1825
1 a 5	68%	65%	61%	59%	59%	57%
6 a 10	17%	19%	14%	13%	14%	13%
11 a 20	9%	9%	12%	14%	14%	15%
21 a 40	4%	6%	10%	10%	9%	11%
41 ou mais	2%	0%	2%	4%	4%	5%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total de fogos com mais de 20 escravizados	6%	6%	12%	14%	13%	16%

Fonte: Tabela 3.

O primeiro elemento que merece atenção é a elevada quantidade de lares que possuía até cinco cativos. Apesar de a participação se reduzir em quase todos os intervalos estudados, caindo onze pontos percentuais quando comparamos nossos dois extremos temporais, constata-se que sempre se colocou superior à metade de nossa amostra, o que entendemos expor a importância do agricultor de menor porte para aquela lavoura exportadora, talvez plantando canas posteriormente moídas nas propriedades de prestigiosos senhores, talvez cultivando alimentos necessários para a manutenção da estrutura que se formara. O que se responderia somente com uma investigação individualizada é se a sua queda, após 1805, representava a venda dos cativos que possuíam ou se era resultado de uma migração para outras terras.

Se a parcela dos escravistas menos abastados diminuiu, o inverso ocorreu com quem tinha mais de vinte escravizados sob o seu poder, aos quais dedicamos as últimas linhas das tabelas 3 e 4. O aumento de dez pontos percentuais entre 1775 e 1825 dialoga com a maior média de cativos por fogo, como abordado anteriormente, e é sinal que reforça tanto a circulação de riqueza entre as principais famílias quanto a concentração de capital nas mãos dos profundamente inseridos na atividade agroexportadora, sem dúvida recém-beneficiados pelas ações do governo mencionadas em página prévia.

Muito embora o uso da mão de obra escravizada tenha sido elemento essencial para a alta lucratividade da economia açucareira, certo é que aqueles obrigados a trabalhar nas roças paulistas não aceitaram tal condição sem organizar a sua resistência. Em março de 1809, por exemplo, Vicente da Costa Taques Góes e Aranha, o já mencionado capitão-mor da vila de Itu,

enviou representação a Antonio José da Franca e Horta, governador da Capitania de São Paulo, relatando que:

A mais de anno têm elles annunciado com o seo orgulho uma insurreição gerâl; e em todo este tempo têm continuado cada vês mais este rumôr; e agora se acaba de reconhecêrse e verificârse que o tempo por elles destinado para a dita insurreição é a Festa do Natal do presente anno, como Vossa Excelência verâ na parte que me deo o meo Sargento Mor Joaquim Duarte do Rego de notada n°3. Este reconhecimento e verificação ao passo em que nem levemente me assombrão, são para comigo de todo apreço e estima. Não me assombrão porque já estou bem accustomedo a mandâr combatêr populozos quilombos, e prendêr a facinorozos insultores entregando os as Justiças para o devido punimento. Desde o anno de 1777 entrei neste exercicio.¹³⁹

A leitura de um documento assinado pelos vereadores ituanos treze anos depois, em 13 de julho de 1822, serve de prova que a resistência dos escravizados não cessara e que as ideias abolicionistas por lá bem circulavam:

A muito tem se notado faíscas de insobordinação e ensorreição dos escravos desta villa, tanto maiores depois que a frequencia do nome “liberdade” [...] tem lhes sucitado e estimulado ideias de conseguila a todo custo. Estas faíscas tem sido mais crecidas nos presentes momentos, ao ponto de se terem multiplicado os assassinos perpretados por eles, e de existirem algumas reunioens, ou quilombos.”¹⁴⁰

Além dos cativos continuarem se organizando, realizando ataques e levantando quilombos, as listas nominativas revelam que havia casas lideradas por pretos e mulatos livres, muitos deles forros, que assumiam diferentes profissões, como o pintor João Joaquim, o alfaiate Francisco de Paula ou a costureira Anna Francisca,¹⁴¹ indicando que a resistência não se manifestava apenas com o uso da violência, mas também a partir da luta diária pela conquista de suas alforrias ou pela dedicação a um ofício mesmo que sob cativo, buscando alguma margem de autonomia. Quando notamos o aumento percentual dos fogos liderados por pessoas não brancas, a exemplo do quadro abaixo, torna-se clara a sua maior participação na população ituana, buscando seu espaço naqueles que poderiam ser seus primeiros anos como indivíduos livres.

¹³⁹ CASA DO PINHAL. *Ofício do capitão-mor Vicente da Costa Taques Góes e Aranha*, 1809. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2146. Acesso em: 18 out. 2022.

¹⁴⁰ CASA DO PINHAL. *Ofício da câmara da vila de Itu*, 1822. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2327. Acesso em: 18 out. 2022.

¹⁴¹ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1815, parte 1, páginas 7, 12 e 13. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2704. Acesso em: 18 out. 2022.

Tabela 5. Distribuição dos chefes de família na vila de Itu: brancos e não brancos (1799 – 1825)

	1799	1805	1815	1825
Chefes de família não brancos	147	192	212	204
Chefes de família brancos	802	820	784	774
Total de fogos	949	1.012	996	978
Chefes de família não brancos (%)	15%	19%	21%	21%
Chefes de família brancos (%)	85%	81%	79%	79%
Total	100%	100%	100%	100%
Chefes de família não brancos: escravistas	13	15	6	15
Chefes de família não brancos: não escravistas	134	177	206	189
Total de fogos chefiados por não brancos	147	192	212	204
Chefes de família não brancos: escravistas (%)	9%	8%	3%	7%
Chefes de família não brancos: não escravistas (%)	91%	92%	97%	93%
Total de fogos chefiados por não brancos (%)	100%	100%	100%	100%
Chefes de família brancos: escravistas	343	375	342	340
Chefes de família brancos: não escravistas	459	445	442	434
Total de fogos chefiados por brancos	802	820	784	774
Chefes de família brancos: escravistas	43%	46%	44%	44%
Chefes de família brancos: não escravistas	57%	54%	56%	56%
Total de fogos chefiados por brancos (%)	100%	100%	100%	100%

Fonte: Maços de população da vila de Itu.

Após esse breve exame das mais relevantes características demográficas da vila de Itu, abordaremos, agora, aspectos que se referem às ocupações dos chefes de cada domicílio, informação colhida com algum detalhe pelos censos do final da década de 1790 em diante. Em seguida, encerraremos o capítulo com um estudo por gênero, dirigindo nosso olhar sobre os lares chefiados especificamente por homens ou mulheres, verificando os resultados que dizem respeito à sua participação na população, aos escravizados que possuíam e, por fim, observando os trabalhos por eles escolhidos ou impostos pelo meio onde viviam.

2.2.2 Estrutura profissional da vila de Itu (1799 – 1825)

Antes de começarmos a análise das ocupações declaradas pelos chefes de família ituanos, cumpre mencionar algumas regras que decidimos estabelecer para que tornássemos os quadros seguintes mais claros, assim como, da mesma maneira, destacássemos a representatividade da elite agrária que se formara naquela vila. Isto posto, primeiramente, conquanto os senhores de engenho fossem agricultores, optamos por lhes dedicar uma atenção exclusiva, facilitando a visualização do número de fogos e escravizados a eles associados e a sua comparação com outras profissões.

No que toca aos demais ofícios, sob “Artesão (ã)” estão elencadas respostas como carpinteiro, ferreiro, marceneiro, louceira, ourives, entre outras; em suma, serviços que envolviam diretamente o trabalho manual, requeriam alguma habilidade e, ao final, resultavam em um produto comercializável. Muito embora entendamos que uma costureira enquadrar-se-ia nessa classificação, consideramos que elas também mereciam um campo particular, em especial pelo seu crescimento na segunda metade do nosso recorte temporal.

Ainda sobre as categorias por nós elaboradas, sob “Outros” estão empregos como advogado, cabelereiro, cirurgião e músico, cujo agrupamento foi necessário para que não tivéssemos linhas em demasia nas tabelas que abaixo se apresentam.

Tabela 6. Número de chefes de família por ocupação na vila de Itu (1799 – 1825)

Ocupação	1799	1805	1815	1825
Agricultor (a)	511	575	460	372
Artesão (ã)	62	64	56	59
Comerciante	42	39	49	77
Costureira (o) / Fiandeira (o) / Rendeira (o)	78	72	137	127
Funções religiosas	19	23	27	30
Jornaleiro (a)	40	52	56	58
Mendicante	29	28	27	32
Outros	34	30	43	55
Sr. (a) de Engenho	101	104	107	117
Tropeiro	12	5	7	26
Vive dos jornais de seus escravizados	21	20	27	25
Total de fogos	949	1.012	996	978

Fonte: Maços de população da vila de Itu.

Tabela 7. Distribuição de chefes de família por ocupação na vila de Itu (1799 – 1825)

Ocupação	1799	1805	1815	1825
Agricultor (a)	54%	57%	46%	38%
Artesão (ã)	7%	6%	6%	6%
Comerciante	4%	4%	5%	8%
Costureira (o) / Fiandeira (o) / Rendeira (o)	8%	7%	14%	13%
Funções religiosas	2%	2%	3%	3%
Jornaleiro (a)	4%	5%	6%	6%
Mendicante	3%	3%	3%	3%
Outros	4%	3%	4%	6%
Sr. (a) de Engenho	11%	10%	11%	12%
Tropeiro	1%	0%	1%	3%
Vive dos jornais de seus escravizados	2%	2%	3%	3%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Tabela 6.

Os domicílios liderados por agricultores, como era de se esperar em uma vila do Oeste paulista à época, são dominantes, superando a metade de nosso contingente até 1805; dali em diante, porém, é possível perceber qual profissão foi a maior vítima da queda populacional anteriormente vista. Uma vez que o total de fogos ituanos pouco se alterou, sugere-se que não houve um abandono em massa dos lares que se dedicavam à lavoura, mas sim um êxodo de parte dos habitantes, talvez os mais jovens, e a adequação de outra parcela a um ambiente que não se mostrava tão próspero àquela atividade, fazendo com que novas ocupações fossem por eles escolhidas.

Nesse sentido, se os percentuais de comerciantes e tropeiros subiram significativamente nos dez anos finais sob investigação, a linha que definitivamente se sobressaiu foi aquela relacionada à produção têxtil. Como posteriormente veremos quando avaliarmos os valores por gênero, deduz-se que uma parcela dessa adição seja correspondente a roceiras que deixaram o cultivo de seus campos e optaram pela labuta com tecidos. Entretanto, visto que observaremos um incremento geral de unidades domésticas chefiadas por mulheres, não descartamos que tenham assumido o controle de suas casas após a saída de seus maridos, que podem ter antecipadamente migrado em busca de solos mais férteis e deixado suas antigas residências sob o comando das esposas.

Os senhores de engenho, por seu turno, apesar de não apresentarem uma diferença substancial quando comparamos os intervalos que fazem parte deste estudo, sempre

mantiveram alguma evolução, variando 16% quando temos em conta os montantes de 1799 e 1825, ou seja, 101 e 117, respectivamente. Mesmo com o impacto na economia ituana de um baixo preço do açúcar praticado pelos comerciantes, como já mencionado, acreditamos que a faixa social enriquecida, por motivos óbvios, teria um maior poder de resiliência, permanecendo onde haviam se estabelecido e aguardando uma melhora no mercado, o que de fato aconteceria na segunda metade da década de 1810.

A despeito de os senhores de engenho liderarem apenas cerca de 10% das moradias em Itu, eram responsáveis pela exploração, como se imaginava, da maior parcela da população escravizada, aproximadamente 70% em todos os quatro anos por nós examinados. Convém apontar o elevado acréscimo de cativos entre 1815 e 1825 nos lares dedicados à fabricação de açúcar, 365 pessoas, parte delas comprada, possivelmente, de lavradores com necessidade de capital. Posto que o total de engenhos pouco se alterou, tal evento teria reflexo direto na média de escravizados por propriedade, como será exibido ulteriormente.

Tabela 8. Número de escravizados por ocupação na vila de Itu (1799 – 1825)

Ocupação	1799	1805	1815	1825
Agricultor (a)	566	747	506	385
Artesão (ã)	38	45	17	22
Comerciante	79	83	98	122
Costureira (o) / Fiandeira (o) / Rendeira (o)	32	41	19	42
Funções religiosas	104	115	127	82
Jornaleiro (a)	11	14	2	16
Mendicante	1	1	0	0
Outros	52	67	50	76
Sr. (a) de Engenho	2.245	2.521	2.362	2.727
Tropeiro	6	8	21	30
Vive dos jornais de seus escravizados	86	77	109	118
Total de escravizados	3.220	3.719	3.311	3.620

Fonte: Maços de população da vila de Itu.

Tabela 9. Distribuição de escravizados por ocupação na vila de Itu (1799 – 1825)

Ocupação	1799	1805	1815	1825
Agricultor (a)	18%	20%	15%	11%
Artesão (ã)	1%	1%	1%	1%
Comerciante	2%	2%	3%	3%
Costureira (o) / Fiandeira (o) / Rendeira (o)	1%	1%	1%	1%
Funções religiosas	3%	3%	4%	2%
Jornaleiro (a)	0%	0%	0%	0%
Mendicante	0%	0%	0%	0%
Outros	2%	2%	2%	2%
Sr. (a) de Engenho	70%	68%	71%	75%
Tropeiro	0%	0%	1%	1%
Vive dos jornais de seus escravizados	3%	2%	3%	3%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Tabela 8.

A queda da mão de obra cativa nas casas de agricultores não nos espantou, haja vista que está em acordo com tudo aquilo anteriormente apresentado; o que nos causou estranheza, contudo, foi a linha de mendicantes nos anos de 1799 e 1805, por ambas, na tabela 8, não serem iguais a zero. Para não deixarmos dúvida alguma, voltamos aos maços de população e comprovamos que Lusía da Silva,¹⁴² aos 59 anos, e Rosa Pais,¹⁴³ aos quarenta, afirmaram viver de esmolas ao mesmo tempo em que declararam a posse de um escravizado.

Antes de passarmos ao já anunciado estudo por gênero, gostaríamos de encerrar este subcapítulo observando a média de cativos por escravista, índice que dialoga com os dois últimos quadros aqui incluídos. Os senhores de engenho, novamente, são os responsáveis pelos maiores valores, sempre com um mínimo de 22 pessoas, mais que cinco vezes superior àquele reportado pelos agricultores, que delas também dependiam para a realização de sua colheita.

¹⁴² CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1799, parte 1, p. 9. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2661. Acesso em: 18 out. 2022.

¹⁴³ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1805, parte 3, p. 37. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2684. Acesso em: 18 out. 2022.

Tabela 10. Média de cativos por fogo escravista na vila de Itu (1799 – 1825)

Ocupação	1799	1805	1815	1825
Agricultor (a)	4,2	4,5	4,1	4,4
Artesão (ã)	1,8	2,3	1,7	1,8
Comerciante	3,4	4,9	4,3	3,6
Costureira (o) / Fiandeira (o) / Rendeira (o)	2,1	1,9	1,7	1,9
Funções religiosas	5,8	7,7	5,1	5,9
Jornaleiro (a)	2,2	1,4	2,0	2,0
Mendicante	1,0	1,0	-	-
Outros	3,5	5,2	2,8	2,9
Sr. (a) de Engenho	22,2	24,2	22,1	23,3
Tropeiro	6,0	2,7	5,3	3,3
Vive dos jornais de seus escravizados	4,1	3,9	4,0	4,7
Média geral dos fogos escravistas	9,0	9,5	9,5	10,2

Fonte: Maços de população da vila de Itu.

Mantendo nosso olhar sobre quem fabricava açúcar, vale comentar que, se a média de cativos se situou entre 20 e 25 cabeças, existiam indivíduos que em muito ultrapassavam essa marca, como Antonio de Barros Penteadó,¹⁴⁴ João de Almeida Prado¹⁴⁵ e Vicente da Costa Taques Góes e Aranha,¹⁴⁶ que reportaram, respectivamente, a posse de oitenta, sessenta e cinquenta escravizados aos recenseadores de 1815. Assim, embora o grupo “senhores de engenho” abrangesse cerca de 100 domicílios em cada ano, como visto na tabela 6, entendemos que ele não poderia ser visto como uma massa uniforme, de *status* social semelhante para todos, e nele se destacaria, por certo, a reduzida parcela que possuía mais de quarenta cativos em suas lavouras, como consta no terceiro quadro desta pesquisa.

2.2.3 Estrutura domiciliar e ocupacional da vila de Itu por gênero (1775 – 1825)

Se o montante de fogos em Itu estabilizou-se em torno de mil lares na virada do século e depois apresentou uma leve queda, o mesmo evento não se passou com os liderados exclusivamente por mulheres. Além de constantemente crescerem durante todo o nosso

¹⁴⁴ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1815, parte 2, p. 2. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2705. Acesso em: 18 out. 2022.

¹⁴⁵ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1815, parte 2, p. 10. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2705. Acesso em: 18 out. 2022.

¹⁴⁶ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1815, parte 4, p. 42. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2707. Acesso em: 18 out. 2022.

horizonte temporal, caso consideremos somente os extremos, ou seja, os anos de 1775 e 1825, o número de domicílios chefiados por uma pessoa do sexo feminino mais que dobrou, evidenciando sua maior participação naquela população e dialogando com a provável migração masculina que julgamos ter ocorrido entre as décadas de 1800 e 1810, como aqui já foi sugerido.

Tabela 11. Características dos chefes de família na vila de Itu (1775 – 1825)

	1775	1784	1796	1805	1815	1825
Chefes de família mulheres	124	179	241	257	293	298
Chefes de família homens	558	641	773	755	703	680
Total de fogos	682	820	1.014	1.012	996	978
Chefes de família mulheres (%)	18%	22%	24%	25%	29%	30%
Chefes de família homens (%)	82%	78%	76%	75%	71%	70%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Chefes de família mulheres: escravistas	44	60	75	88	87	85
Chefes de família mulheres: não escravistas	80	119	166	169	206	213
Total de fogos chefiados por mulheres	124	179	241	257	293	298
Chefes de família mulheres: escravistas (%)	35%	34%	31%	34%	30%	29%
Chefes de família mulheres: não escravistas (%)	65%	66%	69%	66%	70%	71%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Chefes de família homens: escravistas	180	218	264	302	261	270
Chefes de família homens: não escravistas	378	423	509	453	442	410
Total de fogos chefiados por homens	558	641	773	755	703	680
Chefes de família homens: escravistas (%)	32%	34%	34%	40%	37%	40%
Chefes de família homens: não escravistas (%)	68%	66%	66%	60%	63%	60%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Maços de população da vila de Itu.

Ainda que o êxodo masculino tenha influenciado em sua redução de proprietários domiciliares, cabe notar que enquanto o conjunto geral de fogos aceleradamente crescia, entre 1775 e 1796, o percentual de núcleos comandados por mulheres também oscilou positivamente, variando de 18% para 24%, revelando que sua ascensão havia se elevado em grandeza superior à da vila ituana como um todo. Se por um lado sabemos que uma fração desse acréscimo se

deve a esposas que se tornaram viúvas, como Maria Dias Leite,¹⁴⁷ proprietária de um engenho antes senhoreado por José de Barros Penteado, igualmente é verdade que havia solteiras impulsionando o desenvolvimento da vila pelo ofício que exerciam, sem relação com um ente do sexo oposto. Voltando-nos às listas nominativas, podemos mirar o exemplo, entre diversos outros, de Rita Freire de Jesus, que em 1805 trabalhava, aos 55 anos, como costureira, ao lado de outras cinco agregadas que com ela moravam.¹⁴⁸

Observando a seção intermediária de nossa tabela, faz-se possível perceber que o aumento das unidades domésticas lideradas por mulheres bem se dividiu tanto entre aquelas que declararam a posse de cativos quanto entre as que não o fizeram, mas nos cabe apontar que a linha de escravistas se estabilizou após 1805, ano em que havia atingido o seu auge independentemente do sexo de quem os explorava.

No que diz respeito aos chefes de família homens, o seu total reflete tendência distinta à encontrada para o sexo feminino, sendo marcado, de maneira acentuada, por um declínio de 1796 em diante, de modo análogo ao que ocorrera com o aglomerado das residências ituanas. Quando direcionamos nosso olhar à posse de cativos, apuramos que, ao comparamos os intervalos de 1805 a 1825, no primeiro deles, até 1815, teria havido um êxodo de escravistas, ou, então, eles teriam recorrido à venda de seus cativos, tornando-se não escravistas; no segundo, de 1815 a 1825, desenha-se o deslocamento geográfico de homens que não contavam com a mão de obra compulsória em suas terras, visto que sua quantidade de lares diminuiu significativamente.

No quadro a seguir, quando analisamos a alocação da gente escravizada de acordo com o gênero do seu proprietário, facilmente é permitido verificar, como deduziríamos a partir de dados prévios que mostraram a sua alta incidência associada a senhores de engenho, a concentração de cativos em casas comandadas pelo sexo masculino. A tabela de número 9, que indicou uma participação de aproximadamente 70% da população escravizada em moradias que fabricavam açúcar, diretamente dialoga com aquilo que nesse momento apresentamos, assim como repercute em uma média mais elevada obtida em lares chefiados por homens.

¹⁴⁷ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1799, parte 1, p. 48. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2661. Acesso em: 21 out. 2022.

¹⁴⁸ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1805, parte 3, p. 8. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2684. Acesso em: 21 out. 2022.

Tabela 12. Distribuição da população escravizada na vila de Itu (1775 – 1825)

	1775	1784	1796	1805	1815	1825
Escravizados em fogos chefiados por mulheres	220	294	395	652	745	674
Escravizados em fogos chefiados por homens	1.225	1.476	2.500	3.067	2.566	2.946
Total de escravizados	1.445	1.770	2.895	3.719	3.311	3.620
Percentual em fogos chefiados por mulheres	15%	17%	14%	18%	23%	19%
Percentual em fogos chefiados por homens	85%	83%	86%	82%	77%	81%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Média de escravizados por fogo chefiado por mulheres	5,0	4,9	5,3	7,4	8,6	7,9
Média de escravizados por fogo chefiado por homens	6,8	6,8	9,5	10,2	9,8	10,9

Fonte: Maços de população da vila de Itu.

Sobre a queda geral entre 1805 e 1815, ela seria justificada por elementos há pouco citados quando relatamos a redução nos fogos escravistas, ou seja, a venda para saldar dívidas ou acumular algum cabedal, por um lado, ou a migração em busca de solos mais férteis, por outro. Nesse mesmo intervalo, especificamente no que toca ao incremento nas casas lideradas por mulheres, vale mencionar que José Manoel de Mesquita, maior escravista ituano, falecera em 1812,¹⁴⁹ sendo sua viúva, Angela Ribeiro de Cerqueira, a nova mandatária de suas propriedades e dos 98 cativos listados em 1805,¹⁵⁰ fato que prontamente influenciou na variação entre gêneros.

Para encerrarmos esta seção, examinaremos a distribuição de mulheres e homens por ocupação, estudo similar ao que anteriormente exibimos em nossa sexta tabela, agora discutindo as profissões assumidas conforme o sexo do proprietário de cada domicílio.

¹⁴⁹ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3B8B-J>. Acesso em: 05 jul. 2022.

¹⁵⁰ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1805, parte 2, p. 37. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2683. Acesso em: 21 out. 2022.

Tabela 13. Chefes de família mulheres por ocupação na vila de Itu (1799 – 1825)

Ocupação	1799	1805	1815	1825
Agricultora	87	101	74	59
Artesã	13	10	6	12
Comerciante	9	5	9	10
Costureira / Fiandeira / Rendeira	74	68	131	126
Funções religiosas	0	0	0	0
Jornaleira	8	27	12	22
Mendicante	18	17	16	23
Outros	3	8	4	7
Sra. de Engenho	11	14	20	19
Tropeira	0	0	0	0
Vive dos jornais de seus escravizados	10	7	21	20
Total de fogos chefiados por mulheres	233	257	293	298

Fonte: Maços de população da vila de Itu.

Tabela 14. Distribuição de chefes de família mulheres por ocupação na vila de Itu (1799 – 1825)

Ocupação	1799	1805	1815	1825
Agricultora	37%	39%	25%	20%
Artesã	6%	4%	2%	4%
Comerciante	4%	2%	3%	3%
Costureira / Fiandeira / Rendeira	32%	26%	45%	42%
Funções religiosas	0%	0%	0%	0%
Jornaleira	3%	11%	4%	7%
Mendicante	8%	7%	5%	8%
Outros	1%	3%	1%	2%
Sra. de Engenho	5%	5%	7%	6%
Tropeira	0%	0%	0%	0%
Vive dos jornais de seus escravizados	4%	3%	7%	7%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Tabela 13.

Se os dois primeiros anos de nossa amostra foram caracterizados pela maior presença de mulheres como agricultoras e pelo segundo lugar de quem se dedicava à atividade têxtil, essa tendência se inverteu de 1815 em diante. Embora somente uma pesquisa individualizada pudesse confirmar o que este escrito julga, acreditamos que parte do aumento na linha de

costureiras, fiandeiras e rendeiras se deve, sim, a chefes do sexo feminino que deixaram a lavoura para se dedicarem aos tecidos; da mesma forma, uma outra fração seria correspondente a domicílios antes liderados por homens, cujas esposas, após sua migração ou morte, passaram a adotar um ofício diferente do exercido pelos seus maridos.

Lançando nosso olhar sobre as matriarcas que fabricavam açúcar, verificou-se que todas eram viúvas, com exceção de Josefa Maria Espírito Santo, que se declarou casada em 1805¹⁵¹ e 1815,¹⁵² conquanto seu marido não tivesse sido relacionado e ela fosse registrada como “Senhora de engenho” pelos recenseadores, e de Maria Antonia Teixeira, que afirmou viver de sociedade de engenho no ano de 1825.¹⁵³ Quanto às demais categorias, apesar de não encontrarmos grandes alterações, entendemos que merecem menção, em virtude de sua variação positiva entre 1805 e 1815, aquelas que viviam dos jornais de seus escravizados, o que também pode ser resultado da saída de indivíduos escravistas de Itu, sobrevivendo suas esposas, por consequência, do serviço de seus cativos.

Sobre os chefes de família do sexo masculino, em todos os anos, como esperado, foi possível observar sua superior concentração na faina agrícola, ainda que ela tenha drasticamente se reduzido após 1805, em linha com a hipótese migratória apresentada nos parágrafos precedentes. No que toca às outras ocupações, enquanto o número de senhores de engenho permaneceu praticamente constante, tal fenômeno não aconteceu com o total de tropeiros, que, ao quase quadruplicar entre 1815 e 1825, sinaliza uma maior produção a ser transportada com origem nos campos do Oeste paulista.¹⁵⁴

¹⁵¹ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1805, parte 2, p. 18. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2683. Acesso em: 21 out. 2022.

¹⁵² CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1815, parte 4, p. 25. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2707. Acesso em: 21 out. 2022.

¹⁵³ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1825, parte 1, p. 25. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2756. Acesso em: 21 out. 2022.

¹⁵⁴ Segundo os maços de população da vila de Itu, ao passo que foram fabricados 13.114 quintais de açúcar em 1812 e 14.564 em 1816, dois anos depois, em 1818, o volume já alcançaria 26.538 quintais, indicando o aumento da produção e a necessidade de mais tropas para transportá-la.

Tabela 15. Chefes de família homens por ocupação na vila de Itu (1799 – 1825)

Ocupação	1799	1805	1815	1825
Agricultor	424	474	386	313
Artesão	49	54	50	47
Comerciante	33	34	40	67
Costureiro / Fiandeiro / Rendeiro	4	4	6	1
Funções religiosas	19	23	27	30
Jornaleiro	32	25	44	36
Mendicante	11	11	11	9
Outros	31	22	39	48
Sr. de Engenho	90	90	87	98
Tropeiro	12	5	7	26
Vive dos jornais de seus escravizados	11	13	6	5
Total de fogos chefiados por homens	716	755	703	680

Fonte: Maços de população da vila de Itu.

Tabela 16. Distribuição de chefes de família homens por ocupação na vila de Itu (1799 – 1825)

Ocupação	1799	1805	1815	1825
Agricultor	59%	63%	55%	46%
Artesão	7%	7%	7%	7%
Comerciante	5%	5%	6%	10%
Costureiro / Fiandeiro / Rendeiro	1%	1%	1%	0%
Funções religiosas	3%	3%	4%	4%
Jornaleiro	4%	3%	6%	5%
Mendicante	2%	1%	2%	1%
Outros	4%	3%	6%	7%
Sr. de Engenho	13%	12%	12%	14%
Tropeiro	2%	1%	1%	4%
Vive dos jornais de seus escravizados	2%	2%	1%	1%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Tabela 15.

Em linhas gerais, naquela sociedade que havia se acostumado a direcionar sua produção para o abastecimento interno da colônia, agora, ao final do século XVIII, ganhava sua vez a agricultura de exportação, que tinha na fabricação de açúcar a sua mais rentável atividade no Oeste paulista. A partir de medidas governamentais recém-implementadas e de uma conjuntura internacional favorável, que logo permitiram o acúmulo de capital aos principais senhores de engenho, desenvolver-se-ia a vila de Itu como um todo, contando com um aumento geral de sua população, do número de domicílios que dela faziam parte e, sobretudo, de escravizados africanos, elemento fundamental para o sucesso da lavoura canavieira.

Tal contexto não significava, entretanto, que não havia problemas a serem enfrentados, e dois deles claramente se destacavam: as revoltas de escravizados, que organizavam sua resistência, realizavam ataques e afetavam os lucros de fazendeiros que diariamente os exploravam,¹⁵⁵ e o preço de venda do açúcar, cuja queda poderia representar a inviabilidade de se custear a estrutura de cativos, plantio e transporte exigidos para a sua cultura.

Nesse cenário, em meio aos cerca de cem senhores e senhoras de engenho que se fizeram presentes de 1799 a 1825 e impulsionaram as finanças da vila, apenas uma parcela mínima, que não chegava a vinte deles, possuía mais de quarenta escravizados em suas propriedades, revelando que não se tratava de uma categoria uniforme, de iguais possibilidades e cujos membros se encontravam em patamar similar por exibirem o mesmo ofício. Em um futuro próximo, quando chegasse o momento de casar seus filhos, instante crucial para a preservação do que haviam conquistado, a elite agrária deveria cuidadosamente analisar as poucas opções disponíveis no tabuleiro matrimonial local e bem definir quem passaria a fazer parte de sua família, ou então buscar, se necessário, alternativas a seus descendentes que não se restringissem à esfera ituana, aproveitando-se das redes de solidariedade que em vida haviam construído.

¹⁵⁵ A historiografia nacional oferece ricos trabalhos que exploraram a relação de pessoas escravizadas e os seus senhores. Como exemplo, Maria Helena Toledo Machado, no artigo *Trabalho, Compensação e Crime. Estratégias e Contra-Estratégias*, discute a resistência dos escravizados no século XIX, especificamente em Campinas e Taubaté, Província de São Paulo, abordando desde reivindicações coletivas, como o respeito ao lazer por espaço social adquirido, até furtos e crimes violentos por eles cometidos. MACHADO, Maria Helena Toledo. *Trabalho, Compensação e Crime. Estratégias e Contra-Estratégias*. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 18, p. 81-102, 1988.

Capítulo 3 - Senhores de engenho ituanos e suas estratégias para a manutenção patrimonial familiar

Em fevereiro de 1778, para que o futuro senhor de engenho Antonio de Barros Penteado, aos 36 anos, pudesse se casar com Maria Paula Machado, de dezenove, foi necessária a busca de uma aprovação eclesiástica, visto que Pedro Vaz de Barros, bisavô do noivo orador, era irmão de Lusía Leme de Barros, bisavó da oradora Maria Paula, configurando-se uma relação consanguínea de quarto grau entre os dois que desejavam oficializar a sua união.

Sob juramento, três testemunhas utilizaram os mesmos pontos para solicitar aquela dispensa matrimonial, com diferenças mínimas apenas no que diz respeito à redação do que afirmaram. Assim, valendo-nos das palavras de um deles, José de Arruda e Sá, ituano de 75 anos que vivia de suas agências, foi defendido que:

os oradores sam pessoas nobres por seus pais e avos que ocuparam muitas vezes os lugares onrrosos da Republica e o pai da oradora E capitam mor desta villa e por esso deficultosamente achara a oradora outra pessoa com quem possa casar que nam seja seu parente e seja seu igual [...] disse que E publico e notorio nesta villa que o orador veio rico das minas do Mato Grosso e por esso E capas de tratar com onrra a oradora.¹⁵⁶

Se o parentesco entre a pretendente e a principal autoridade local foi invocado com o intuito de diferenciá-la dos demais, o *status* de seu futuro marido não fora esquecido, tornando-se clara, a seguir, a importância de honradamente a sustentar a contar da formalização do casamento. Também é lembrado o fato de seus antepassados terem ocupado papéis de relevo na administração da colônia, circunstância que distinguiria ambos os noivos e traria dificuldades, segundo as testemunhas, para que pudessem encontrar um cônjuge, especialmente no caso da filha do capitão-mor Salvador Jorge Velho.

Muito embora tais argumentos pudessem ser rotineiramente utilizados perante a Igreja como instrumentos de retórica, tentando-se persuadi-la para que logo se obtivesse uma autorização para a requerida união,¹⁵⁷ percebe-se, aqui, uma consciência de elite presente desde os tempos coloniais não somente entre aqueles que dela faziam parte, mas também em quem

¹⁵⁶ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. Dispensas matrimoniais, 1778, vol. 1274. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939J-T793-X8>. Acesso em: 01 jul. 2022.

¹⁵⁷ Conforme Maria Beatriz Nizza da Silva, “a própria Igreja divulgava os motivos que considerava válidos para a concessão da dispensa”, sendo um deles “não achar-se na pátria da mulher outra pessoa igual, senão um parente seu”. Maria Beatriz Nizza da Silva, 1984, p. 133.

cotidianamente os cercava; em razão disso, algumas famílias colocar-se-iam, certamente, em posição superior quando chegasse o momento de escolher um cônjuge ideal e realizar os matrimônios de seus membros. Posto que Itu não era um grande centro urbano da América Portuguesa, como as cidades do Rio de Janeiro, Salvador ou Recife, que teriam um maior número de linhagens a ostentar um vultoso cabedal, não haveria tantas opções disponíveis para que Maria Paula Machado contraísse suas núpcias, pelo menos não homens, no dizer de José de Arruda e Sá, que fossem de sua igual qualidade.

Conquanto Salvador Jorge Velho estivesse ausente naqueles tempos, pois havia se deslocado para as minas e se dedicava à extração do ouro,¹⁵⁸ seus familiares, naturalmente, seriam responsáveis por selecionar de modo criterioso o marido de sua filha, talvez visando criar uma nova aliança política e econômica, talvez reforçando uma já existente. De qualquer maneira, independentemente da atividade exercida por quem desejasse se tornar um membro daquela parentela, era central que o seu nível socioeconômico correspondesse às exigências de seus sogros, algo que Antonio de Barros Penteado, ao enriquecer com os brilhantes de Cuiabá, o fazia com sucesso.

Se ao longo do século XVIII, como no exemplo de Antonio e Maria Paula, desenhara-se um cenário árido para que abastados núcleos ituanos casassem seus descendentes, fazendo-os recorrer, muitas vezes, ao vínculo consanguíneo, o último quartel daquela centúria, marcado pela ascensão da lavoura exportadora canavieira, oferecer-lhes-ia novas possibilidades. Como vimos anteriormente, enquanto em 1776 foi declarada a posse de somente 25 engenhos em Itu, já existiriam 113 em 1799, sinal que revela a abertura de um leque ampliado para casas que gostariam de incluir junto a si quem a elas mais se assemelhava; não se pode reconhecer, entretanto, que as opções atendessem a todos, e que não se buscassem homens e mulheres que residissem além das fronteiras do Oeste paulista.

Neste capítulo final, observaremos, primeiramente, formas encontradas por duas destacadas famílias de senhores de engenho para bem casar os seus filhos, ambas contemporâneas de um período de maior circulação de capital em Itu em virtude de sua participação no mercado exportador açucareiro. Partimos do princípio, sim, que se visava reproduzir, nos novos fogos que se constituíam, o *status* social conquistado pelas gerações antecedentes, justificando-se a preocupação pelo cônjuge ideal. Em um segundo momento, analisaremos as estratégias para que a principal fonte de riqueza ituana à época, os engenhos,

¹⁵⁸ Francisco Nardy Filho, *op. cit.*, p. 58.

não fosse fracionada em diversas partes iguais e prejudicasse a manutenção do patrimônio acumulado, o que de fato aconteceria se fossem rigorosamente seguidas as regras de transmissão de herança então vigentes. Para que a fragmentação do engenho não se formalizasse, era necessária a intervenção do patriarca e da matriarca, fosse concedendo generosos dotes que tornariam possível a compra de outras terras pelos seus filhos, fosse por meio de seus testamentos, quando destinariam maiores valores ao herdeiro escolhido para assumir a propriedade de seus pais.

No que toca à escolha dos dois casais selecionados para esta pesquisa, nosso critério foi procurar aqueles que seguramente fossem grandes escravistas da vila, posicionando-se entre os três maiores deles em pelo menos um dos anos sob investigação, e que nos tivessem deixado inventários e testamentos em condições razoáveis de estudo. Os núcleos liderados por Antonio de Barros Penteado e João Bicudo de Aguirra, como a seguir veremos, foram escolhidos por atenderem a ambas as condições.

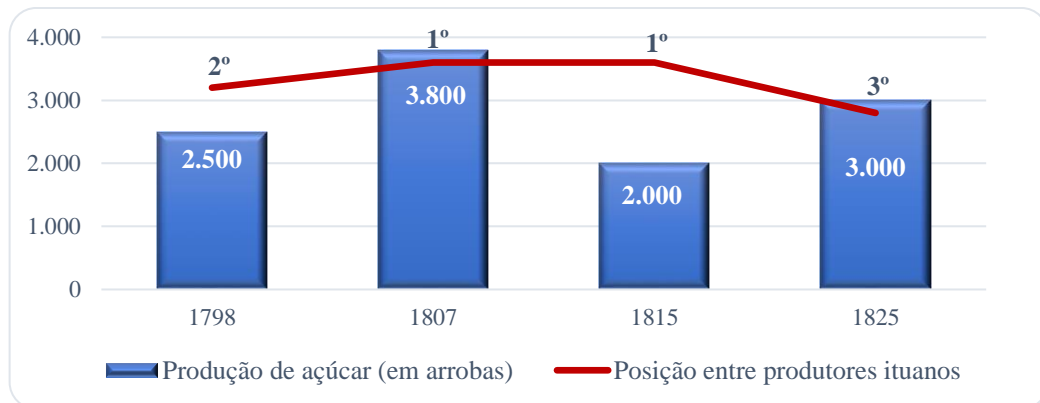
3.1 Antonio de Barros Penteado e Maria Paula Machado

Filho legítimo do capitão Fernão Paes de Barros e de Angela Ribeiro Leite, Antonio de Barros Penteado nasceu na vila de São Roque, Capitania de São Paulo, em fevereiro de 1742.¹⁵⁹ Após se arriscar nas minas acompanhado de seu irmão, José de Barros Penteado, e enriquecer ao extrair mais de uma arroba de ouro, regressou a São Paulo e logo se estabeleceu na vila de Itu, contraindo núpcias, em 1778, com Maria Paula Machado, filha do capitão-mor Salvador Jorge Velho e de Genebra Maria Machado.¹⁶⁰

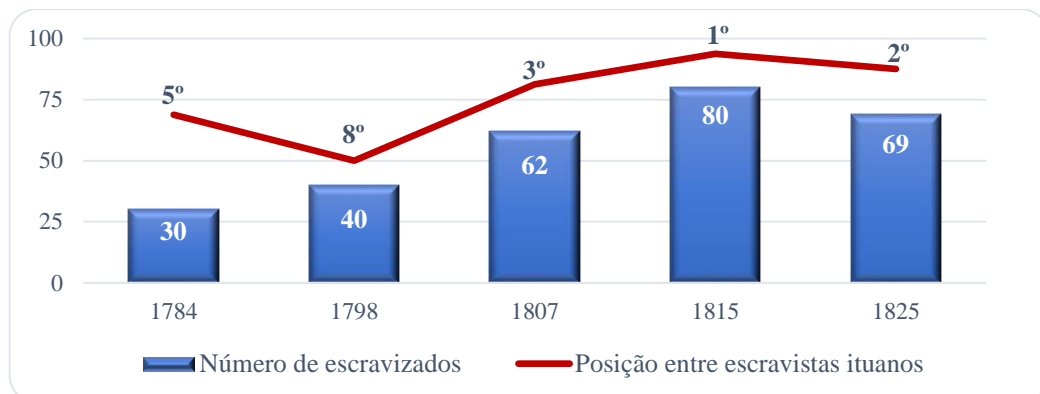
Ao longo dos pouco mais de quarenta anos que permaneceu em terras ituanas, optou por investir a maior parcela de seu capital no cultivo da cana, assentando-se, conforme atestam os dois gráficos seguintes, como um dos principais senhores de engenho da região. A partir do cabedal paulatinamente acumulado, a seus nove herdeiros estaria garantida, em seu tempo, uma posição privilegiada no tabuleiro matrimonial que permitiria à família fortalecer-se por meio de alianças, fossem os respectivos cônjuges pertencentes à elite agrária, fossem eles membros de ascendentes grupos mercantis, fossem eles autoridades coloniais.

¹⁵⁹ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-KPY4-M>. Acesso em: 28 jun. 2022.

¹⁶⁰ Francisco Nardy Filho, *op. cit.*, p. 107.

Gráfico 1. Produção anual de açúcar – Antonio de Barros Penteadado (1798 – 1825)

Fonte: Maços de população da vila de Itu.

Gráfico 2. Posse de escravizados – Antonio de Barros Penteadado (1784 – 1825)

Fonte: Maços de população da vila de Itu.

Além de informar os números acima de escravizados e de arrobas de açúcar produzidas, os maços de população mostraram que naquela mesma propriedade eram colhidos arroz, milho, feijão e algodão. O inventário redigido após a morte do casal, por seu turno, forneceu-nos dados que diziam respeito à sua atividade pecuária, como a posse de setenta bois, sessenta porcos e 28 vacas,¹⁶¹ demonstrando a diversidade agrícola que lavradores de maior porte buscavam em suas terras, aproveitando-as ao máximo para o abastecimento da própria casa e dos cativos por eles explorados, também comercializando, provavelmente, o seu excedente.

¹⁶¹ MUSEU REPUBLICANO DE ITU. Inventário de bens do capitão Antonio de Barros Penteadado e de Maria Paula Machado, 1829, maço 36 A, p. 16-18.

Ainda que o objetivo central desta pesquisa esteja voltado às estratégias matrimoniais e testamentárias de abastados latifundiários paulistas, acreditamos na relevância, em um primeiro momento, de lançarmos um breve olhar sobre as pias batismais, investigando os escolhidos por Maria Paula Machado e seu marido para apadrinharem seus filhos. Embora não nos aprofundemos nesta análise, caberá, ulteriormente, a comparação com os nomes presentes na lista de cônjuges de seus herdeiros, verificando-se uma eventual semelhança de critério em ambas as seleções.

Tabela 17. Batismos dos herdeiros de Antonio e Maria Paula

Herdeiro (a)	Batismo	Padrinho	Madrinha
Angela	3/4/1779	José de Barros Penteadado	Maria Dias Leite (sua esposa)
Anna Joaquina	27/1/1781	Manoel José Velho	Escolastica Xavier de Campos
Genebra	5/10/1782	Antonio Ribeiro Leite	Maria de Serqueira
Escolastica	9/7/1786	José Manoel da Fonseca	Josefa Maria de Goes (sua esposa)
Bento	30/12/1788	João Fernandes da Costa	Mecia França
Antonio	2/5/1791	Gonçalo de Arruda Leite	Custodia Maria Leite
Francisco	31/5/1795	Padre Francisco de Carvalho	Maria Dias Leite
Joaquim	14/4/1799	Francisco de Oliveira Bueno	Anna Gertrudes (sua esposa)
Maria	2/11/1804	João Xavier da Costa	Anna Joaquina de Barros (sua esposa)

Fonte: Registros de batismos da paróquia de Nossa Senhora da Candelária, vila de Itu.

O exame inicial dos registros paroquiais permite-nos constatar um repetido padrão de conduta da parte do casal: a opção por aqueles com quem compartilhavam laços consanguíneos. José de Barros Penteadado, irmão de Antonio e companheiro em sua missão extrativista, foi padrinho da primogênita Angela ao lado de Maria Dias Leite, sua esposa;¹⁶² para a filha segunda, Anna Joaquina, os escolhidos foram dois irmãos de Maria Paula, Manoel José Velho e Escolastica Xavier de Campos¹⁶³ - 23 anos depois, a mesma Anna Joaquina seria eleita para

¹⁶² Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3SDK-D>. Acesso em: 02 jul. 2022.

¹⁶³ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3SD4-J>. Acesso em: 02 jul. 2022.

apadrinhar Maria, sua irmã.¹⁶⁴ Maria Dias Leite, já viúva, ainda seria madrinha de Francisco,¹⁶⁵ e Anna Gertrudes, outra irmã de Maria Paula, cumpriria tal papel para com Joaquim.¹⁶⁶

Além de relações de parentesco bastante próximas, também salta aos olhos a predileção por parentes que pertenciam à linhagem materna de Antonio de Barros Penteadado. Maria de Serqueira e Custodia Maria Leite, por exemplo, eram irmãs menores de sua mãe, Angela Ribeiro Leite, e, portanto, suas tias, enquanto Antonio Ribeiro Leite e José Manoel da Fonseca, por sua vez, eram seus primos pelo mesmo tronco familiar.¹⁶⁷ Cumpre mencionar que este último, ao final da década de 1780, havia se consolidado como o maior proprietário de escravizados da vila de Itu, relatando possuir 42 cativos em 1787.¹⁶⁸

Como observado nos dois gráficos exibidos nesta seção, Antonio de Barros Penteadado já era, em 1784, um dos principais senhores de engenho do Oeste paulista. Nessa condição, poderia, caso desejasse, privilegiar outras pessoas, e não seus parentes, diante das pias batismais, estabelecendo novos laços para diversificar sua posição nas redes sociais que se construía. Contudo, entre 1779 e 1804, ao longo dos 25 anos que separaram o nascimento de Angela e da caçula Maria, o casal preferiu selecionar nomes entre aqueles que os cercavam antes da chegada de seus rebentos, ou seja, reforçar laços preexistentes, ato que bem poderia se repetir no instante de celebrar as uniões matrimoniais de suas crias.

3.1.1 A formação de novas alianças

A relação de cônjuges de seus herdeiros mostra que a escolha consanguínea não prevaleceu quando se oficializaram os casamentos. Ainda que Joaquim Floriano de Barros, penúltimo filho o qual Maria Paula deu à luz, tenha se casado com sua sobrinha Elizéa Guilhermina, filha da primogênita Angela Ribeiro de Cerqueira, e que Maria de Barros Leite tenha contraído núpcias com Francisco de Paula Sousa e Mello, cujo tio-avô era Antonio de Barros Penteadado, todos os demais matrimônios foram realizados com quem originalmente não

¹⁶⁴ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3SB6-L>. Acesso em: 02 jul. 2022.

¹⁶⁵ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3S6T-R>. Acesso em: 02 jul. 2022.

¹⁶⁶ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-337L>. Acesso em: 02 jul. 2022.

¹⁶⁷ Genealogia Paulistana. Título Prados, Volume III, p. 95. Disponível em: http://www.arvore.net.br/Paulistana/Prados_1.htm. Acesso em: 02 jul. 2022.

¹⁶⁸ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu, 1787*, parte 1, p. 47. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2592. Acesso em: 02 jul. 2022.

pertencia à família, indicando a busca por uma ampliação de suas alianças. Se merece atenção o fato de as quatro primeiras filhas apresentarem abastados maridos portugueses, também o merecem os exemplos de Bento, Antonio e Francisco Xavier, cujas esposas eram fruto do mesmo homem, o arrematador de impostos sorocabano Antonio Francisco de Aguiar – três meses e três dias após a esposa de Francisco Xavier falecer, em 1847,¹⁶⁹ ele promoveria uma quarta união com os Aguiar, casando-se com a irmã mais velha daquela que o tornara viúvo.

Para seguirmos adiante dessa síntese introdutória e melhor entendermos quais genros e noras eram cobiçados pelo clã de Barros Penteado, cabe aqui um breve relato dos enlaces de sua prole, todos celebrados entre o término do século XVIII e meados do século XIX.

Tabela 18. Matrimônios dos herdeiros de Antonio e Maria Paula

Herdeiro (a)	Ano	Cônjuge	Origem
Angela Ribeiro de Cerqueira	1795	José Manoel de Mesquita	Portugal
Anna Joaquina de Barros	1797	João Xavier da Costa Aguiar	Portugal
Genebra de Barros Leite	1797	Luis Antonio de Souza	Portugal
Em segundas núpcias	1822	José da Costa Carvalho	Brasil
Escolastica Joaquina de Barros	1817	Miguel Antonio de Azevedo Veiga	Portugal
Bento Paes de Barros	1820	Leonarda Francisca de Aguiar	Brasil
Antonio Paes de Barros	1819	Gertrudes Eufrosina de Aguiar	Brasil
Francisco Xavier Paes de Barros	1827	Rosa Candida de Aguiar	Brasil
Em segundas núpcias	1847	Anna de Jesus Aguiar	Brasil
Em terceiras núpcias	1852	Andreza Lopes de Oliveira	Brasil
Joaquim Floriano de Barros	1819	Elizéa Guilhermina	Brasil
Maria de Barros Leite	1819	Francisco de Paula Sousa e Mello	Brasil

Fonte: Registros de matrimônios da Paróquia de Nossa Senhora da Candelária, vila de Itu, e da Paróquia de Nossa Senhora da Ponte, vila de Sorocaba.

Angela Ribeiro de Cerqueira, aos dezesseis anos, contraiu núpcias com o português José Manoel de Mesquita, de 29, em agosto de 1795.¹⁷⁰ Senhor de engenho e negociante de escravizados,¹⁷¹ pode-se afirmar que o capitão José Manoel já acumulava avultada riqueza antes de seu casamento, pois em 1798 declarou, no primeiro maço de população em que foi

¹⁶⁹ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3927-Q>. Acesso em: 05 jul. 2022.

¹⁷⁰ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3BJW-8>. Acesso em: 05 jul. 2022.

¹⁷¹ Carlos de Almeida Prado Bacellar, *op. cit.*, p. 91.

relacionado o domicílio do novo casal, a posse de 66 cativos,¹⁷² número máximo na vila de Itu e superior ao de seus sogros, que senhoreavam 43.¹⁷³ No ano de 1798, quando anteriormente apresentamos Antonio de Barros Penteado como o segundo maior produtor de cana em solos ituanos, a liderança era justamente de José Manoel de Mesquita, que permaneceria entre os principais lavradores até falecer, em 1812, deixando sua esposa e nove filhos.¹⁷⁴

Em 1797, também aos dezesseis anos, **Anna Joaquina de Barros** uniu-se a João Xavier da Costa Aguiar, de 43, natural da vila de Miranda do Corvo, Portugal.¹⁷⁵ Estabelecendo-se em Santos após chegar à colônia, João Xavier tornou-se um negociante de posses assim como o irmão, Francisco Xavier da Costa Aguiar, influente capitão-mor da vila de Santos que se casou com Bárbara Joaquina Andrada, irmã de José Bonifácio de Andrada e Silva, patriarca da Independência.¹⁷⁶ Atuando como representante comercial de renomados latifundiários, como Antonio de Barros Penteado, seu sogro, ele seria considerado pela Junta da Fazenda de São Paulo, em 1806, “*uma das pessoas mais abonadas da Capitania*”, “*hum dos negociantes sólidos da Villa de Santos, e que não só à Real Fazenda, mas mesmo a particulares consta não dever coisa alguma*”.¹⁷⁷

Em 19 de setembro de 1797, dividindo cerimônia com sua irmã Anna Joaquina, **Genebra de Barros Leite** contraiu matrimônio com Luis Antonio de Souza, natural da vila de Amarante, arcebispado de Braga, Portugal.¹⁷⁸ Ela, a poucos dias de completar quinze anos; ele, aos 43. À época, Luis Antonio era tenente-coronel na Capitania de São Paulo, tendo se dedicado, em tempo pretérito, ao comércio nas minas de Mato Grosso, para depois, com o capital acumulado, passar a arrematar contratos reais.¹⁷⁹ Ao início do século XIX, segundo o censo paulistano de 1802, o agora coronel de milícias não só administrava contratos de impostos, mas também comercializava tropas de bestas que vinham do Sul e negociava fazenda

¹⁷² CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1798, Parte 1, p. 11. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2615. Acesso em: 05 jul. 2022.

¹⁷³ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1798, Parte 2, p. 48. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2616. Acesso em: 05 jul. 2022.

¹⁷⁴ Genealogia Paulistana. Título Penteados, Volume III, p. 385. Disponível em: http://www.arvore.net.br/Paulistana/Penteados_1.htm. Acesso em: 05 jul. 2022.

¹⁷⁵ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3BPJ-M>. Acesso em: 05 jul. 2022.

¹⁷⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura no Brasil colônia*. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹⁷⁷ *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Ofícios do General Horta aos Vice-Reis e Ministros, 1802-1808, vol. 94, p. 241. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.

¹⁷⁸ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3BPJ-M>. Acesso em: 05 jul. 2022.

¹⁷⁹ ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. A casa Sousa, um modelo de acumulação mercantil da América Portuguesa. *VII Congresso Brasileiro de História Econômica e 8ª Conferência Internacional de História de Empresas*, Aracajú, 2007. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/vii-congresso-brasileiro-de-historia-economica-e-8-conferencia-internacional-de-historia-de-empresas>. Acesso em: 05 jul. 2022.

seca, valendo-se daquilo que trazia da Metrópole em seus próprios navios; ademais, declarava possuir tr s engenhos em São Carlos e um armazém em Santos, onde guardava, além das arrobas que produzia, o a ugar que comprava de outros senhores para posterior revenda.¹⁸⁰ Ao falecer, em 1819, deixou imensa fortuna aos filhos e a Genebra: em acordo com o seu inventário, as 36 propriedades rurais e urbanas listadas e seus 613 escravizados representavam somente 24% de todos os bens avaliados.¹⁸¹

Genebra contrairia segundas n cias três anos depois, em 1822, com o advogado baiano José da Costa Carvalho, filho do padrão-mor da cidade da Bahia.¹⁸² Formado em Coimbra em 1819, José tornara-se juiz de fora e ouvidor da cidade de São Paulo nos anos de 1821 e 1822, quando se casou.¹⁸³ Dotado de ideias liberais, foi eleito deputado em seguidas legislaturas, aos poucos tendo prestígio reconhecido pelos seus pares e sendo eleito presidente da Câmara temporária e do Senado.¹⁸⁴ Quando em abril de 1831, com a abdica o de D. Pedro I, fez-se necessária uma regência trina permanente até que o futuro herdeiro ao trono, Pedro de Alcântara, alcanasse a maioria, José da Costa Carvalho foi um dos três escolhidos pela Assembleia Geral, ocupando tal posi o até julho de 1833. Condecorado com os títulos de barão de Monte Alegre em 1841, de visconde em 1843 e de marqu s em 1854, faleceu em 1860, sem deixar descendentes.¹⁸⁵

A pouca idade de Angela, Anna Joaquina e Genebra em suas primeiras n cias torna evidente o papel dos pais na escolha de cada um dos cônjuges. Em meados da década de 1790, consolidando sua posi o na elite agrária do Oeste paulista, sugere-se que Antonio de Barros Penteado optou tanto por adicionar sangue lusitano   sua linhagem quanto por diversificar suas redes de solidariedade, ampliando, automaticamente, sua área de atua o: se na celebra o do casamento de Angela preferiu fortalecer-se na atividade em que ocupava lugar de relevo, aliou-se, a seguir, a um importante comerciante reinol da vila de Santos, por onde escoavam as milhares arrobas de a ugar que anualmente se produziam em Itu. No que diz respeito a Luis Antonio de Souza, conseguia, com essa união, ter próximo a si uma das principais fortunas da

¹⁸⁰ AESP, maço de popula o da cidade de São Paulo de 1802, Primeira Companhia, fogo 251, p. 84.

¹⁸¹ Maria Luc lia Viveiros Araújo, *op. cit.*, p. 9.

¹⁸² Genealogia Paulistana. Título Penteados, Volume III, p. 390. Disponível em: http://www.arvore.net.br/Paulistana/Penteados_1.htm. Acesso em: 05 jul. 2022.

¹⁸³ MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo, seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a funda o da Capitania de São Vicente até o ano de 1876*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 56.

¹⁸⁵ *Ibidem*.

Capitania de São Paulo, líder de negócios em mais de uma frente e que carregava consigo, certamente, farta rede de contatos entre os mais destacados nomes em terras paulistas.

Vinte anos após a cerimônia conjunta de Anna Joaquina e Genebra, celebrou-se, em novembro de 1817, o matrimônio de **Escolastica Joaquina de Barros** e do português Miguel Antonio de Azevedo Veiga, natural da vila de São João da Pesqueira.¹⁸⁶ Causa estranha, quando comparamos a suas irmãs, o fato de Escolastica ter se casado aos 29 anos; ainda que tenhamos investigado, foge à compreensão, segundo o que mostram as fontes por nós selecionadas, qualquer revelação que nos indique o porquê. Sobre Miguel Antonio, encontramos vestígios de sua carreira na colônia ao início do século XIX, em 1803, quando foi nomeado ouvidor da comarca de São Paulo por meio de decreto do príncipe regente D. João.¹⁸⁷ Na década seguinte, seria ouvidor e corregedor-geral da comarca de Itu de 1811 até maio de 1818,¹⁸⁸ quando faleceu, deixando sua grávida esposa e um herdeiro que não chegou a conhecer.

Como mencionado em página precedente, três filhos varões de Maria Paula Machado ligaram-se a filhas do sorocabano Antonio Francisco de Aguiar: **Antonio Paes de Barros**, em 1819, casou-se com Gertrudes Eufrosina de Aguiar;¹⁸⁹ a seguir, em 1820, **Bento Paes de Barros** contrairia núpcias com Leonarda Francisca de Aguiar;¹⁹⁰ por fim, em 1827, seria o tempo de **Francisco Xavier Paes de Barros** e de Rosa Candida de Aguiar.¹⁹¹ À primeira vista, parece claro um acordo entre Antonio de Barros Penteadado, poderoso senhor de engenho ituano, e Antonio Francisco de Aguiar, arrematador de impostos que se notabilizara como inspetor do registro de animais de Sorocaba.¹⁹² Contudo, o pai de Gertrudes, Leonarda e Rosa falecera em abril de 1818,¹⁹³ um ano antes da união inaugural entre ambas as famílias; logo, se havia um acordo anterior, ele somente poderia ser ratificado a partir da aprovação de Gertrudes Eufrosina Ayres, viúva de Antonio Francisco, e de seu único filho homem, Rafael Tobias de Aguiar.

¹⁸⁶ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3SY1-2>. Acesso em: 05 jul. 2022.

¹⁸⁷ Francisco Nardy Filho, *op. cit.*, p. 62.

¹⁸⁸ CASA DO PINHAL. Ofício do capitão mor Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, 1818. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2265. Acesso em: 05 jul. 2022.

¹⁸⁹ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3S3G-5>. Acesso em: 05 jul. 2022.

¹⁹⁰ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3SSV-X>. Acesso em: 05 jul. 2022.

¹⁹¹ Genealogia Paulistana. Título Penteados, Volume II, p. 408. Disponível em: http://www.arvore.net.br/Paulistana/Penteados_2.htm. Acesso em: 05 jul. 2022.

¹⁹² Tiago Luís Gil, *op. cit.*, p. 77.

¹⁹³ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-392H-6>. Acesso em: 02 jul. 2002.

Ao longo do século XIX, Rafael Tobias de Aguiar seria um dos mais ilustres homens da política paulista, eleito deputado seguidas vezes para a Assembleia Geral Legislativa e alçado por dois mandatos para o cargo de Presidente da Província de São Paulo, já na década de 1830.¹⁹⁴ Anos depois, em 1842, seria um dos líderes da Revolução Liberal, insuflando-se contra as medidas centralizadoras do gabinete composto pelo Partido Conservador. No que toca às finanças pessoais, em muito multiplicara a legítima de 9:946\$691 réis¹⁹⁵ que recebera após a morte do pai: o inventário de bens de Rafael Tobias de Aguiar, falecido em 1857, contemplou 463 escravizados, cerca de três mil vacas, quatro fazendas, diversas construções em Sorocaba e nove casas em São Paulo, sendo que uma delas, um sobrado no qual poderia morar com Domitila de Castro Canto e Melo, a Marquesa de Santos, sua esposa, foi avaliado em dezesseis contos de réis.¹⁹⁶ No entanto, tinha apenas 24 anos em 1819 e recém-herdara o rendimento sobre os negócios paternos; dessa forma, supomos que deve ter enxergado com bons olhos a celebração das três uniões que ocorreriam em um espaço de oito anos, aliando-se não só a uma das mais enriquecidas linhagens do Oeste paulista, mas também à notável rede de solidariedade que se formara a partir dos casamentos de Angela, Anna Joaquina, Genebra e Escolastica.

Em 1847, Francisco Xavier Paes de Barros e Anna de Aguiar Barros protagonizariam um quarto enlace matrimonial entre as famílias,¹⁹⁷ mas este só duraria cinco anos, devido ao falecimento de Anna.¹⁹⁸ Francisco Xavier ainda se casaria novamente, agora com Andreza Lopes de Oliveira, viúva cuja terceira filha, Anna Leopoldina de Oliveira, seria desposada por um dos meninos de Francisco Xavier, Raphael Aguiar de Barros,¹⁹⁹ fazendo com que aqueles genitores se tornassem, simultaneamente, padrastos e sogros dos mesmos indivíduos.

De todos os enlaces que abordamos nesta seção, dois únicos possuíram traço consanguíneo: um deles foi aquele celebrado em 1819 entre **Joaquim Floriano de Barros** e sua sobrinha Elizéa Guilhermina, filha de José Manoel de Mesquita e Angela Ribeiro de Cerqueira.²⁰⁰ Seis anos antes, em 1813, o inventário do pai de Elizéa revelara que, a despeito

¹⁹⁴ ALEIXO IRMÃO, José. *Rafael Tobias de Aguiar: o Homem, o Político*. 1. ed. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 1992.

¹⁹⁵ *Ibidem*, p. 73.

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 435.

¹⁹⁷ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3S7C-1>. Acesso em: 05 jul. 2022.

¹⁹⁸ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-392H-S>. Acesso em: 05 jul. 2022.

¹⁹⁹ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-FD3T-XY>. Acesso em: 05 jul. 2022.

²⁰⁰ Genealogia Paulistana. Título Penteados, Volume III, p. 389. Disponível em: http://www.arvore.net.br/Paulistana/Penteados_1.htm. Acesso em: 05 jul. 2022.

de ele ter sido um dos principais produtores de açúcar ituanos ao início do século XIX, 75% de seu patrimônio²⁰¹ estava comprometido com dívidas passivas, restando a ela e a seus irmãos, após a meação de sua mãe, pouco menos de 260 mil réis de herança a cada um – como referência, o escravizado mais bem precificado no mesmo inventário, o carpinteiro Manoel, de 35 anos, valia 250 mil réis.²⁰² Sendo assim, supõe-se que Elizéa não estaria em boa situação no tabuleiro matrimonial como se imaginaria antes da morte de seu pai, e o noivado com Joaquim pode ter sido a melhor solução encontrada por Angela e seus genitores, Antonio e Maria Paula, para que o seu futuro não fosse comprometido.

Por fim, cabe-nos relatar a união de **Maria de Barros Leite** e de Francisco de Paula Sousa e Mello, filho único do ouvidor português Antonio José de Sousa e de Gertrudes Celidonia de Cerqueira,²⁰³ outro abastado casal ituano que se dedicara ao plantio de cana. Órfão de pai antes de completar 2 anos,²⁰⁴ Paula Sousa, em que pese não ter abandonado as atividades do engenho de sua mãe, devotou-se prioritariamente à vida pública, seara em que obteve notável reconhecimento: eleito para as Assembleias Constituintes de Lisboa e do Brasil na década de 1820, assumiria o cargo de deputado para depois alcançar postos de maior relevo, tornando-se, impulsionado pelo prestígio político que gozava, senador, ministro e conselheiro de Estado.²⁰⁵

Quando comparamos os apadrinhamentos e as uniões matrimoniais dos herdeiros de Antonio de Barros Penteado e Maria Paula Machado, salta aos olhos a presença do fator consanguíneo no primeiro caso e sua quase total ausência no segundo. Como mencionado previamente, os casamentos de Angela, Anna Joaquina e Genebra, realizados ao final do século XVIII, sugerem a diversificação pretendida por seus pais em busca de vantajosas alianças em diferentes praças; por outro lado, as núpcias contraídas em sequência por Antonio, Bento e Francisco indicam a solidez da parceria que se formou com uma abastada e influente linhagem sorocabana. Muito embora se possa questionar o porquê de se repetir nós com uma mesma parentela, em vez de se procurar novas alianças, cabe lembrar que Antonio Francisco de Aguiar,

²⁰¹ Segundo o inventário de José Manoel de Mesquita, a soma dos bens que possuía e de suas dívidas ativas era igual a 18:231\$882 réis. As dívidas passivas que acumulara em vida, por sua vez, totalizavam 13:606\$053 réis, o que indicava, por subtração, um montante partível de 4:625\$829 réis. Após a meação de Angela Ribeiro de Cerqueira, sua esposa, no valor de 2:312\$914 réis, restava a cada um dos nove filhos a legítima de 256\$990 réis. MUSEU REPUBLICANO DE ITU. Inventário de bens do capitão José Manoel de Mesquita, 1813, maço 18 C, p. 68.

²⁰² MUSEU REPUBLICANO DE ITU. Inventário de bens do capitão José Manoel de Mesquita, 1813, maço 18 C, p. 23.

²⁰³ Genealogia Paulistana. Título Taques Pompeus, Volume IV, p. 252. Disponível em: http://www.arvore.net.br/Paulistana/Taques_1.htm. Acesso em: 05 jul. 2022.

²⁰⁴ Francisco Nardy Filho, *op. cit.*, p. 128.

²⁰⁵ Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, *op. cit.*, t. 1, p. 287.

pai das três noivas, já havia falecido, portanto suas filhas carregavam, além do prestigioso sobrenome, a legítima há pouco recebida,²⁰⁶ que poderia ser aplicada nos negócios dos maridos.

A partir dos dados nupciais compilados, acreditamos que conseguimos mostrar o emprego estratégico dos herdeiros de ambos os sexos, fossem elas as filhas mulheres, fossem eles os filhos varões, visando a manutenção do *status* social daquele clã e a reprodução de uma hierarquia socioeconômica. Fez-se possível, também, enxergar o mérito do capital relacional combinado a cônjuges que traziam consigo um valioso cabedal, fortalecendo-se uma rede de solidariedade fundamental para que as crias de Antonio e Maria Paula se mantivessem presentes, assim como os seus genitores, na elite paulista do Oitocentos.

3.1.2 Os detalhes de uma partilha amigável

O processo de inventário dos bens acumulados por Antonio de Barros Penteado e Maria Paula Machado foi iniciado em maio de 1829,²⁰⁷ quatro meses após a morte da matriarca. Embora seu marido houvesse falecido sete anos antes, em abril de 1822,²⁰⁸ o que permitiria começar a partilha desde então, deduz-se que todos tenham concordado com a manutenção da unidade doméstica, executando-se a divisão patrimonial apenas após a passagem de Maria Paula. Cabe salientar que a privilegiada condição financeira dos filhos, além da vantagem de não se fragmentar a propriedade, deve ter influenciado em tal decisão, uma vez que não se demonstrou, com base na documentação arquivada, urgência alguma em se inaugurar o repasse do cabedal paterno.

Após menção introdutória aos nove beneficiados, foi descrito e precificado no inventário tudo aquilo que seria posteriormente repartido. Entre objetos de ouro e prata, utensílios de vidro, roupas, louças e animais, por certo o maior destaque estava tanto com os bens de raiz, como casas, terrenos e o sítio Campos Elíseos, no qual se encontrava o engenho do casal, quanto com a relação de escravizados, listados por nome, idade e, quando necessário, ofício. Somados todos os bens que se julgava digno avaliar, os cativos equivaliam a 47,4% e os imóveis a outros 40,6%

²⁰⁶ De acordo com a partilha de bens de Antonio Francisco de Aguiar, a legítima de cada uma de suas três herdeiras, assim como a de Rafael Tobias de Aguiar, foi igual a 9:946\$691 réis. Somente dez anos depois, após a morte de seus pais, Antonio, Bento e Francisco receberiam suas próprias legítimas, no valor de 10:738\$230 réis.

²⁰⁷ MUSEU REPUBLICANO DE ITU. Inventário de bens do capitão Antonio de Barros Penteado e de Maria Paula Machado, 1829, maço 36 A, p. 1.

²⁰⁸ *Ibidem*, p. 39.

do montante inventariado de 68:407\$715 réis,²⁰⁹ confirmando a importância de mão de obra e terras para a economia da época.

Encerrada a descrição pormenorizada da composição patrimonial, foram declaradas as colações, momento em que os filhos afirmavam o que antes haviam recebido de seus pais, a exemplo de dotes ou empréstimos, e esses valores eram considerados para os cálculos de suas legítimas, como na tabela abaixo.

Tabela 19. Colação dos herdeiros de Antonio e Maria Paula (valores em réis)

	Dote	Dinheiro	Escravizados	Outros	Total
Angela Ribeiro de Cerqueira	3:200\$000	4:641\$020	650\$000 (2)	90\$537	8:581\$557
Anna Joaquina de Barros	3:200\$000	929\$913	200\$000 (1)	108\$670	4:438\$583
Genebra de Barros Leite	3:200\$000	-	-	108\$670	3:308\$670
Escolastica Joaquina de Barros	6:021\$234	41\$600	925\$600 (3)	163\$056	7:151\$490
Bento Paes de Barros	5:583\$633	-	-	-	5:583\$633
Antonio Paes de Barros	4:546\$408	-	-	14\$400	4:560\$808
Francisco Xavier Paes de Barros	5:971\$930	-	479\$200 (2)	8\$450	6:459\$580
Joaquim Floriano de Barros	5:507\$746	-	153\$600 (1)	10\$160	5:671\$506
Maria de Barros Leite	8:992\$237	-	253\$600 (2)	263\$270	9:509\$107
Total	46:223\$188	5:612\$533	2:662\$000	767\$213	55:264\$934

Fonte: Inventário de bens do capitão Antonio de Barros Penteado e de Maria Paula Machado.

No que diz respeito à distribuição dotal, os números iguais para os casamentos de Angela, Anna Joaquina e Genebra, realizados entre 1795 e 1797, apontam não somente um tratamento isonômico por parte de seus pais, mas também insinuam uma contabilidade menos rigorosa, talvez se confiando na honestidade dos envolvidos para justificar aquilo concedido trinta anos antes; nas uniões dos demais, nota-se como as cifras jamais são exatas, sugerindo um maior cuidado com a emissão de recibos. Com base nos dados dotais, não é possível generalizar a preferência pelos descendentes do sexo masculino ou feminino, mas sim observar a relevância do momento no qual foram concedidos: os três primeiros, de menor valor, ocorreram quando a fortuna familiar estava sendo construída, enquanto os posteriores, por sua vez, foram entregues mais de vinte anos depois, quando a posição socioeconômica já estava consolidada.

²⁰⁹ MUSEU REPUBLICANO DE ITU. Inventário de bens do capitão Antonio de Barros Penteado e de Maria Paula Machado, 1829, maço 36 A, p. 18.

Além das somas oferecidas no instante em que contraíram núpcias, merece menção o elevado montante emprestado à primogênita Angela. Conforme citado anteriormente, o inventário de seu marido, o capitão José Manoel de Mesquita, revelou que 75% do seu patrimônio estava comprometido com dívidas passivas, deixando sua esposa menos amparada financeiramente para a criação de seus nove filhos. Nesse cenário, embora não seja identificada a data na qual se deu o empréstimo, imaginamos que foi uma medida paterna para socorrer a filha que enviuvava.

Como evidenciado por Muriel Nazzari ao abordar a prática do dote em São Paulo, fizeram-se presentes os nomes de escravizadas nas colações das mulheres, incluindo-se as suas “produções”, ou seja, rebentos os quais as cativas anteriormente deram à luz. No que toca aos rapazes, nota-se a descrição de ofícios junto aos cativos a eles cedidos, indicando sua provável exploração como jornaleiros (Serafim, mulato, carpinteiro, avaliado em 300\$000 réis, e Adão, sapateiro, falecido, listado por 179\$200 réis).²¹⁰

Após a soma de todas as colações, foram incluídas na partilha, para se chegar ao que era de direito a cada herdeiro, as dívidas ativas dos inventariados, ou seja, aquelas cujo crédito deveria ser futuramente cobrado, obtendo-se como resultado o **monte mor**. A seguir, foram descontadas as dívidas passivas, que correspondiam a obrigações a serem honradas, e as despesas com ambos os funerais, de modo a se alcançar o **monte menor**. Deste último, foram subtraídos os custos que se referiam às disposições das terças - as vontades finais dos inventariados -, atingindo-se, assim, o **monte partível**, que seria, finalmente, dividido por nove, número de beneficiados inicialmente listado.

Uma vez calculado o valor de direito aos descendentes, dele foi deduzido o montante de cada colação, ou seja, o que havia sido distribuído ainda em vida pelos pais. Utilizando-se para exemplo o quinhão que cabia a Francisco Xavier Paes de Barros, subtraindo-se o total de sua colação, 6:459\$580 réis, da quantia obtida pelo monte partível, 10:738\$230 réis, restava a ele o repasse de 4:278\$650 réis. Em acordo com a relação de pagamentos aos herdeiros, Francisco Xavier preferiu receber da seguinte maneira a herança que lhe convinha: uma salva lisa de prata, 13\$000 réis; dois castiçais de prata, 36\$000 réis; uma tesoura com salva, 12\$650 réis; um terreno na rua do comércio, 300\$000 réis; em mãos, 3:917\$000 réis.²¹¹ Realizado o mesmo

²¹⁰ MUSEU REPUBLICANO DE ITU. Inventário de bens do capitão Antonio de Barros Penteadado e de Maria Paula Machado, 1829, maço 36 A, p. 20.

²¹¹ MUSEU REPUBLICANO DE ITU. Inventário de bens do capitão Antonio de Barros Penteadado e de Maria Paula Machado, 1829, maço 36 A, p. 26.

processo para todos os irmãos, a partilha se encerrou com a assinatura de um termo de plena e geral quitação do que havia sido pago a cada um.

Tabela 20. Memória de cálculo do inventário de Antonio e Maria Paula (valores em réis)

Bens inventariados	68:407\$715
Colaões (+)	55:264\$934
Dívidas ativas (+)	537\$917
Monte mor	124:210\$566
Dívidas passivas (-)	6:600\$000
Despesas com funeral (-)	301\$530
Monte menor	117:309\$036
Disposições das terças (-)	20:664\$961
Antonio de Barros Penteadó	1:726\$600
Maria Paula Machado	18:938\$361
Monte partível	96:644\$075
Valor de direito a cada herdeiro	10:738\$230

Fonte: Inventário de bens do capitão Antonio de Barros Penteadó e de Maria Paula Machado.

3.1.3 As últimas vontades do casal

A leitura dos testamentos dos dois inventariados revela que ambos foram ditados anos antes de que falecessem: se Francisco de Paula Sousa e Mello redigiu as últimas vontades de seu futuro sogro em abril de 1817, cinco anos antes da morte de Antonio de Barros Penteadó, o padre Diogo Antonio Feijó, em maio de 1825, faria o mesmo para Maria Paula Machado, com antecedência de quase quatro anos à sua partida, em janeiro de 1829. Tendo em conta que ambos declararam estar em perfeita saúde no instante de redação dos documentos, sugere-se uma antecipada estratégia de organização patrimonial, quando o casal, ciente do cabedal que acumulara e da indivisibilidade de sua maior fonte de rendimentos, o seu engenho, deixara instruções claras de como este deveria ser administrado.

Para que se facilite a compreensão do que dispuseram, traremos um olhar individualizado sobre cada um dos testamentos, enfatizando suas semelhanças e os elementos nos quais se diferenciavam. Começando por **Antonio de Barros Penteado**, as primeiras linhas mostram doações a freiras, à Igreja de Araçariguama e aos pobres, evidenciando, como apontaram estudos anteriores de Tiago Luís Gil e de Sheila de Castro Faria,²¹² a preocupação derradeira da população colonial com a salvação da alma. Especificamente quanto aos montantes destinados aos menos favorecidos, salta aos olhos uma importante distinção: enquanto um conto de réis era oferecido a pobres de todo sexo, condição, idade e lugar, outro conto deveria ser exclusivamente entregue a pobres de cor branca.²¹³

Em linha com aquilo previamente relatado, Antonio decidiu privilegiar, dentre os quase vinte netos que haviam nascido até 1817, apenas Theolinda, Angela e Elizéa, as três filhas mulheres de Angela Ribeiro de Cerqueira, repassando quatrocentos mil réis a cada uma.²¹⁴ Tal iniciativa reforça a narrativa de socorro à sua primogênita, bem como o elevado empréstimo de 4:641\$020 réis e o futuro casamento de Joaquim Floriano com Elizéa, passos que demonstrariam a solidariedade parental após o falecimento do capitão José Manoel de Mesquita.

Ao contrário do que fará sua esposa, o latifundiário optou por alforriar poucos escravizados, concedendo liberdade a três dos 97 cativos mencionados em seu inventário: a Manoel, a Antonio e a Pedro, sendo que os dois últimos teriam seu sustento garantido pela casa.²¹⁵ Uma vez que Antonio e Pedro estavam cegos e tinham utilidade comprometida para a atividade agrícola, observa-se o cuidado em manter o rendimento máximo do canavial e a preocupação praticamente nula com a alforria das quase cem pessoas por ele exploradas.

As linhas que encerram seu testamento são dedicadas ao que mais interessa a esta pesquisa, a estratégia instituída para que a principal riqueza da família, o engenho situado no sítio Campos Elíseos, não fosse fragmentada entre os nove irmãos. Para evitar qualquer tipo de disputa, foi determinado que, após a morte de sua mulher, a propriedade devesse pertencer a somente um dentre os seus quatro filhos homens, “*aquelle que for julgado mais capaz e*

²¹² Ao estudar inventários redigidos para repartir bens de famílias em Campos dos Goitacases, Sheila de Castro Faria constatou a benevolência de homens e mulheres ao declararem suas terças, por enxergá-las como uma oportunidade final de favorecerem a salvação da alma. FÁRIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 259.

²¹³ MUSEU REPUBLICANO DE ITU. Inventário de bens do capitão Antonio de Barros Penteado e de Maria Paula Machado, 1829, maço 36 A, p. 34.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 34.

²¹⁵ *Ibidem*, p. 35.

suficiente, não só pelo que respeita a boa ordem e vantagem do mesmo engenho, como pela sua probidade, pelo seu zelo, pela honra”.²¹⁶ Aparentemente prevendo a dificuldade para que os próprios herdeiros definissem um único nome, defendeu que a decisão seria oficializada, caso houvesse dúvidas entre seus descendentes, por três árbitros escolhidos pelos mesmos quatro filhos. Reafirmou, ao final, que sua vontade era “*que só fique hum deles com o engenho, que é indivisível*”.²¹⁷

Antes de iniciarmos a análise das últimas vontades de sua esposa, cabe dizer que após listar os montantes que deveriam ser destinados aos pobres, às freiras, à Igreja de Araçariguama, ao Hospital dos Lázaros e a três de suas netas, Antonio de Barros Penteado estabeleceu que o remanescente de sua terça deveria ser repartido entre seus nove filhos. Sendo assim, quando há pouco examinamos a memória de cálculo da partilha patrimonial, essa é a razão de o valor visto como disposição de sua terça ser menor que o da esposa, pois fluiu automaticamente para compor o monte partível de sua herança.

Ainda que **Maria de Paula Machado** também tenha realizado doações para o Hospital dos Lázaros e para a Igreja da Matriz, ela não o fez nas páginas inaugurais do testamento ditado em 1825, pois estas foram preenchidas com a alforria de dezessete escravizados. No entanto, o que pode ser visto como um ato de generosidade não contou com vigência imediata para todos os cativos agraciados, pois apenas oito deles estariam livres no dia seguinte à sua morte; quanto aos demais, cinco continuariam trabalhando forçadamente até completarem 45 anos, ao passo que quatro ficariam com Bento Paes de Barros por mais dois anos, tendo sua liberdade concedida desde que não se embebedassem ou contraíssem outro vício enquanto estivessem em cativeiro.²¹⁸

Entre sobrinhas, netas e pessoas próximas, por ela foram auxiliadas 22 pessoas, com doações que variaram de 12\$800 réis para a escravizada Felizarda até 300\$000 réis para o enjeitado Bernardino.²¹⁹ Oito anos após seu marido dedicar especial atenção às três meninas de Angela, agora só uma delas, homônima de sua mãe, era lembrada, e receberia o valor de 200\$000 réis, metade do que havia sido legado pelo avô e igual ao que as seis afilhadas de sua avó estavam ganhando, como Maria, filha do capitão Francisco Galvão de França.²²⁰

²¹⁶ MUSEU REPUBLICANO DE ITU. Inventário de bens do capitão Antonio de Barros Penteado e de Maria Paula Machado, 1829, maço 36 A, p. 36.

²¹⁷ *Ibidem*, p. 36.

²¹⁸ *Ibidem*, p. 42.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 43.

²²⁰ *Ibidem*, p. 42.

Diferentemente de seu marido, não foi solicitado pela matriarca que o remanescente de sua terça fosse repartido entre os nove herdeiros, mas sim determinou-se a sua distribuição aos necessitados da vila de Itu, condicionando o limite de quatrocentos mil réis por pessoa.²²¹ Tendo em conta que a alforria dos dezessete escravizados foi avaliada em 4:164\$000 réis e que suas doações totalizaram 4:737\$800 réis, sobriam cerca de dez contos de réis para essa caridade final, elevada cifra que era superior a qualquer dote de seus descendentes.

Em dezembro de 1828, Maria Paula Machado, já de cama a poucos dias de sua morte, decidiu adicionar novas disposições àquilo outrora exposto, fazendo seu codicilo. Além de pequenas doações e de três alforrias, dois pontos merecem especial atenção nas poucas linhas do documento: primeiramente, enquanto em seu testamento original não houve favorecimento particular a um dos filhos, nota-se que algum insucesso deveria ter acometido Joaquim Floriano nos últimos três anos, posto que agora ele era beneficiado com quatro contos de réis, metade diretamente a ele e o restante oferecido a suas filhas, Maria e Angelica.²²²

O outro item que destacamos nos é de maior importância, pois se refere à fragmentação do engenho familiar. Embora antes não houvesse feito menção a esse respeito, a matriarca, talvez alertada sobre os problemas que poderiam futuramente surgir, afirmou, de modo sucinto, que “*meo engenho será disposto da mesma forma que ficou declarado no testamento de meo falecido marido*”.²²³ Se por um lado suas poucas palavras ajudaram a prevenir uma disputa patrimonial entre descendentes, também nos sinalizaram que, depois da morte do esposo, a produção de açúcar ficara, de fato, sob sua autoridade. Nesse sentido, reforça sua posse a lista nominativa de 1824,²²⁴ quando Maria Paula Machado foi registrada como uma mulher branca, viúva, senhora de engenho e proprietária de 73 cativos, não mais contando com cria alguma vivendo sob o teto no qual haviam dado seus primeiros passos.

Em linhas gerais, enquanto as colações trazidas à partilha não deixaram claro um favorecimento a filhas mulheres ou a filhos varões, não se pode dizer o mesmo dos testamentos de seus pais, por meio dos quais foram manifestadas suas últimas vontades. No primeiro deles, Antonio de Barros Penteadado formalizou o seu desejo de que somente um dos herdeiros homens devesse assumir o rentável engenho do sítio Campos Elíseos, o que se justificava, segundo ele, pela sua indivisibilidade. Apesar de não citar as propriedades da família em seu testamento, sua

²²¹ MUSEU REPUBLICANO DE ITU. Inventário de bens do capitão Antonio de Barros Penteadado e de Maria Paula Machado, 1829, maço 36 A, p. 44.

²²² *Ibidem*, p. 46.

²²³ *Ibidem*, p. 47.

²²⁴ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1824, parte 2, página 12. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2736. Acesso em: 10 jul. 2022.

esposa, como visto no parágrafo precedente, fez questão de deixar observação específica em seu codicilo, reforçando o que anos antes havia sido deliberado pelo marido. A despeito de a documentação arquivada não fornecer informações sobre a escolha do varão privilegiado, sabe-se, pela relação de bens distribuídos a cada um, que o canavial passou a ser administrado por Bento Paes de Barros, o mais velho dos filhos homens; como reflexo da decisão paterna, pouco depois, no maço de população de 1830, Bento, sucessor do pai aos 42 anos, já ostentaria o título de capitão-mor ituano e declararia a posse de 99 escravizados,²²⁵ número máximo daquela vila.

3.2 João Bicudo de Aguirra e Anna Emerenciana de Oliveira

Natural da vila de Mogi Mirim, Capitania de São Paulo, João Bicudo de Aguirra, filho legítimo de Bernardo Bicudo de Aguirra e Maria da Rocha do Canto,²²⁶ surgiu nos maços de população ituanos em 1790, aos trinta anos, acompanhado da esposa Anna Emerenciana de Oliveira, de 25, e de quatro filhos homens com idades entre sete e um ano: José, Antonio, Joaquim e João.²²⁷ Tendo em conta que as certidões matrimoniais de seus primeiros filhos registram Mogi Mirim como lugar de nascimento, indica-se que essa foi a vila onde começaram a criação de seus rebentos e acumularam razoável capital, permitindo-os declarar, ao chegarem a Itu, a posse de 23 escravizados.²²⁸

Além da atração dos solos locais em meio à ascensão da lavoura canavieira paulista, o casal foi possivelmente influenciado, em sua decisão migratória, pela presença de familiares em funções de destaque na região. Sabe-se que o capitão-mor Vicente da Costa Taques Góes e Aranha, autoridade máxima em Itu entre 1780 e 1825, era primo de Anna de Araújo, mãe de Anna Emerenciana;²²⁹ ainda que à primeira vista não possamos afirmar o quão próximos eram ambos os núcleos, constatamos o fortalecimento de tal vínculo em fevereiro de 1807,²³⁰ quando

²²⁵ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1830, parte 1, página 2. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2769. Acesso em: 10 jul. 2022.

²²⁶ Genealogia Paulistana. Título Bicudos, Volume VI, p. 307. Disponível em: http://www.arvore.net.br/Paulistana/Bicudos_1.htm. Acesso em: 25 jul. 2022.

²²⁷ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1790, parte 2, p. 37. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2595. Acesso em: 25 jul. 2022.

²²⁸ *Ibidem*.

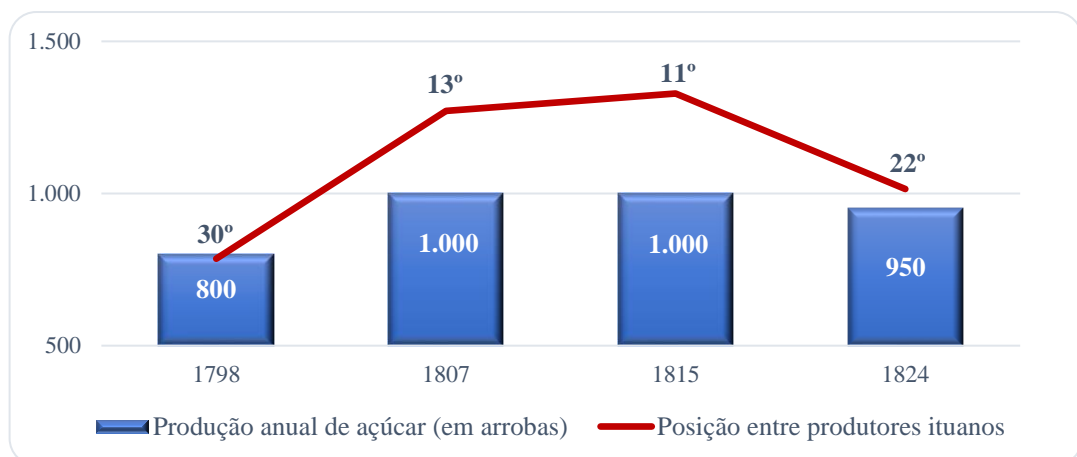
²²⁹ Genealogia Paulistana. Título Arrudas Botelhos, Volume IV, p. 66. Disponível em: http://www.arvore.net.br/Paulistana/ABotelhos_2.htm. Acesso em: 25 jul. 2022.

²³⁰ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3BXN-R?i=37>. Acesso em: 25 jul. 2022.

Anna Francisca de Araújo, filha de João e Anna Emerenciana, uniu-se a Martim de Mello Taques Góes e Aranha, primogênito do capitão-mor ituano.

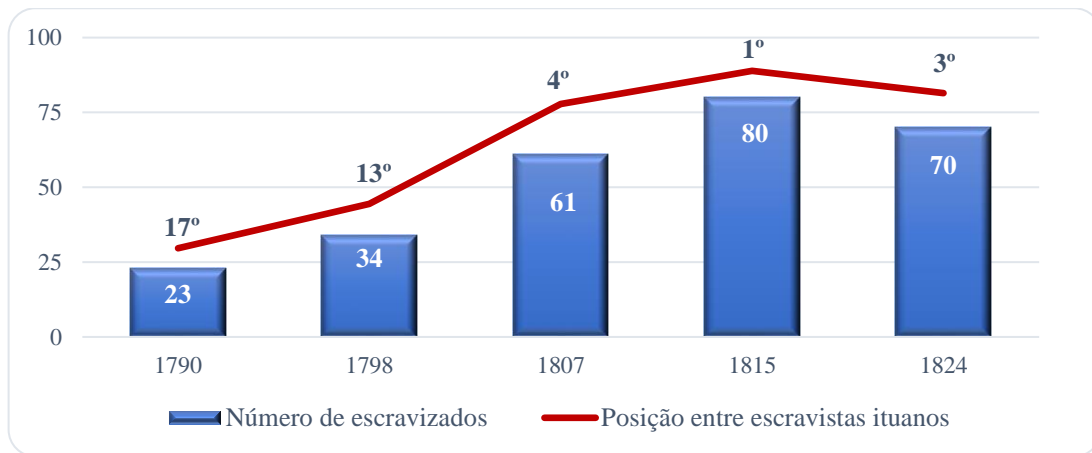
Ao longo dos cerca de quarenta anos nos quais permaneceu em Itu, João Bicudo de Aguirra consolidou-se como um de seus principais senhores escravistas, alcançando maior evidência em meados da década de 1810. Entretanto, no que toca ao desempenho do engenho por ele conduzido, nunca figurou entre aqueles que mais fabricavam açúcar, o que causa estranheza diante do elevado número de cativos sob seu poder. Embora em suas terras também fossem cultivados arroz, feijão, milho e algodão,²³¹ que certamente demandavam a respectiva mão de obra, salta aos olhos o baixo rendimento de seu engenho, sinalizando uma possível subnotificação nas declarações feitas às listas nominativas.

Gráfico 3. Produção anual de açúcar – João Bicudo de Aguirra (1798 – 1824)



Fonte: Maços de população da vila de Itu.

²³¹ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1798, parte 7, p. 15. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2674. Acesso em: 25 jul. 2022.

Gráfico 4. Posse de escravizados – João Bicudo de Aguirra (1790 – 1824)

Fonte: Maços de população da vila de Itu.

De maneira análoga à qual analisamos a trajetória de Antonio de Barros Penteadó e Maria Paula Machado, identificaremos, neste momento inicial, os escolhidos por João e Anna Emerenciana para apadrinharem a sua cria, avaliando o que pode tê-los levado a seguir tal caminho. Não conseguimos obter, infelizmente, dados que se referissem aos registros batismais dos quatro meninos nascidos antes de 1790 – José, Antonio, Joaquim e João –, tanto pela indisponibilidade do documento quanto pelo seu mau estado de conservação, fazendo com que nos restrinjamos às informações de seus outros seis descendentes:

Tabela 21. Batismos dos herdeiros de João e Anna Emerenciana

Herdeiro (a)	Batismo	Padrinho	Madrinha
Anna Francisca	10/8/1790	Padre José do Rego Castanho	Anna Joaquina da Trindade Aranha
Maria Gertrudes	8/4/1792	Joaquim José de Araújo	Manuela Maria de Araújo
Manoel	2/5/1794	José Ribeiro de Araújo	Anna Alves
Maria de Nazareth	3/7/1796	Domingos Barbosa de Lima	Maria de Siqueira Aranha (esposa)
Francisco	7/3/1799	Antonio Dias Leite	Anna Ribeira (esposa)
Lourenço	22/8/1801	Padre João Cardoso de Meneses	Maria do Carmo de Meneses

Fonte: Registros de batismos da paróquia de Nossa Senhora da Candelária, vila de Itu.

Em nosso exame de compadrio, a presença do traço consanguíneo novamente se fez notar entre os nomes selecionados para comparecer perante as pias. Mais do que isso, revelou-se que a aproximação com quem cercava Vicente da Costa Taques Góes e Aranha não havia começado em 1807, com o casamento de seu primogênito: Anna Joaquina da Trindade Aranha e Maria de Siqueira Aranha, madrinhas de Anna Francisca e Maria de Nazareth, respectivamente, eram irmãs do capitão-mor.²³² A manifestada preferência pelo tronco materno não se limitaria ao batizado das duas meninas, estendendo-se à escolha dos irmãos Manuela Maria de Araújo, José Ribeiro de Araújo e Anna Ribeira, três filhos de Anna de Araújo, prima e homônima da mãe de Anna Emerenciana.²³³

Convém lembrar que João Bicudo de Aguirra e sua esposa não iniciaram a vida conjugal em Itu, chegando a esta vila apenas ao final do século XVIII. Nesse cenário, no instante de levar suas crianças às pias batismais, fazia sentido tecer laços de parentesco espiritual com quem naturalmente os abrigaria, familiares de Anna Emerenciana que lá estavam estabelecidos. Pode-se questionar o porquê de Vicente da Costa Taques Góes e Aranha não ter apadrinhado membro algum daquela prole, o que evidenciaria uma pronta aproximação com a principal autoridade ituana; o *status* social intermediário do casal, à época, pode ter sido considerado, sim, um obstáculo para o convite. Se esse foi o caso, tal entrave não resistiria por muito tempo: como já observado, a aliança seria formalizada pouco depois, em 1807, momento em que João Bicudo de Aguirra não mais era um novato em solos ituanos, mas seu quarto maior proprietário de escravizados.

3.2.1 A manutenção das alianças consanguíneas

Ao contrário do que se passou com os filhos de Antonio de Barros Penteado e Maria Paula Machado, a escolha consanguínea continuou a prevalecer quando os herdeiros de João e Anna Emerenciana contraíram suas núpcias. Das onze uniões listadas a seguir, em nove delas manifestou-se algum grau de parentesco, sendo quatro correspondendo ao tronco materno, três ao paterno e as duas restantes, por fim, internas ao próprio núcleo, entre tios e sobrinhas. No entanto, quando aprofundamos nossa análise matrimonial, outro fator igualmente se destacou: em vez de se buscarem cônjuges de diferentes vilas cujas famílias atuassem em setores diversos,

²³² Genealogia Paulistana. Título Arrudas Botelhos, Volume IV, p. 65. Disponível em: http://www.arvore.net.br/Paulistana/ABotelhos_2.htm. Acesso em: 25 jul. 2022.

²³³ Genealogia Paulistana. Título Cordeiros Paivas, Volume VII, p. 301. Disponível em: <http://www.arvore.net.br/Paulistana/Cordeiros.htm>. Acesso em: 25 jul. 2022.

nota-se que foi privilegiada a aliança com linhagens ituanas de senhores de engenho, elemento ausente em somente um dos onze casamentos celebrados. Se havia a opção de bem alargar sua rede de solidariedade, não foi ela a alternativa escolhida pelo clã, preferindo-se, como veremos a seguir, o fortalecimento naquilo que praticavam e a permanência na vila escolhida em tempo pretérito.

Tabela 22. Matrimônios dos herdeiros de João e Anna Emerenciana

Herdeiro (a)	Ano	Cônjuge	Origem
Joaquim José de Araújo	1802	Escolástica Albina Ferreira	Brasil
Em segundas núpcias	1805	Ignacia Ferraz de Camargo	Brasil
Anna Francisca de Araújo	1807	Martim de Mello Taques Góes e Aranha	Brasil
José Manoel Aguirra	1809	Rosa Pereira Barbosa	Brasil
Em segundas núpcias	1818	Anna Maria Clara	Brasil
Em terceiras núpcias	1823	Rita de Cássia Leite	Brasil
João de Aguirra e Camargo	-	Maria Ferreira Alves	Brasil
Em segundas núpcias	1834	Izabel Maria de Araújo	Brasil
Maria Gertrudes de Araújo	1818	José Ferreira Alves	Brasil
Manoel de Aguirra e Camargo	1819	Marianna Alves de Araújo	Brasil
Em segundas núpcias	1837	Maria Nazareth de Oliveira	Brasil

Fonte: Registros de matrimônios da paróquia de Nossa Senhora da Candelária, vila de Itu, Capitania de São Paulo, e da paróquia de São Carlos Borromeu, vila de Jacuí, Capitania de Minas Gerais.

Joaquim José de Araújo casou-se com Escolástica Albina Ferreira na vila de Jacuí, Capitania de Minas Gerais, terra natal da noiva, em dezembro de 1802.²³⁴ A avó de Escolástica, Quitéria Pedroso da Rocha, era irmã de João Bicudo de Aguirra, permitindo-nos concluir pela relação consanguínea alinhada ao tronco paterno.²³⁵ Pouco após a perda de um filho,²³⁶ Joaquim tornou-se viúvo e veio a contrair novas núpcias aos 21 anos, em outubro de 1805;²³⁷ sua segunda esposa foi Ignacia Ferraz de Camargo, jovem de quinze anos cujo pai, Ignacio Ferraz Leite

²³⁴ Brasil, Minas Gerais, Registros da Igreja Católica, 1706-1999. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-G491-2Y>. Acesso em: 26 jul. 2022.

²³⁵ Genealogia Paulistana. Título Bicudos, Volume VI, p. 311. Disponível em: http://www.arvore.net.br/Paulistana/Bicudos_1.htm. Acesso em: 26 jul. 2022.

²³⁶ Brasil, Minas Gerais, Registros da Igreja Católica, 1706-1999. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-GHSG-P>. Acesso em: 26 jul. 2022.

²³⁷ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3BFV-7>. Acesso em: 26 jul. 2022.

Penteado, recém-declarara a produção de 1200 arrobas de açúcar e a posse de 56 cativos,²³⁸ fazendo-se o sétimo maior escravista de Itu.

Um ano e meio após a cerimônia de Joaquim e Ignacia, realizou-se a já citada união entre **Anna Francisca de Araújo**, de dezesseis anos, e Martim de Mello Taques Góes e Aranha, de 26, este registrado, no maço populacional de 1807, como “*novo senhor de engenho*” e “*capitão da infantaria miliciano*” – sobre suas funções nas milícias ituanas, em 1792, aos doze anos, Martim já era listado fora do domicílio de seu pai como um “*cappitam afectivo*” proprietário de dois escravizados.²³⁹ Se ao começarem sua vida conjugal possuíam cerca de quinze cativos e mal colhiam cana,²⁴⁰ ao início da década de 1820, cercados por três crianças e com 52 escravizados sob seu poder, respondiam pela fabricação anual de mil arrobas de açúcar.²⁴¹

O primogênito de João e Anna Emerenciana, **José Manoel Aguirra**, casou-se pela primeira vez aos 28 anos, em 1809, com Rosa Pereira Barbosa, de 25, filha do senhor de engenho português Antonio José Pereira Barbosa e de Izabel da Silva.²⁴² Em 1818, após enviuar, José Manoel contraiu núpcias com Anna Maria Clara, de 21 anos, uma das três filhas de José Antonio de Oliveira e Anna Alves de Araújo²⁴³ – cumpre mencionar que a avó de Anna Maria Clara, Maria de Araújo, era prima de Anna de Araújo, avó de José Manoel Aguirra,²⁴⁴ o que exigiu uma dispensa matrimonial para que seus netos passassem a dividir o mesmo domicílio.

²³⁸ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1805, parte 4, p. 45. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2685. Acesso em: 26 jul. 2022.

²³⁹ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1792, parte 1, p. 25. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2599. Acesso em: 26 jul. 2022.

²⁴⁰ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1807, parte 6, p. 23. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2754. Acesso em: 26 jul. 2022.

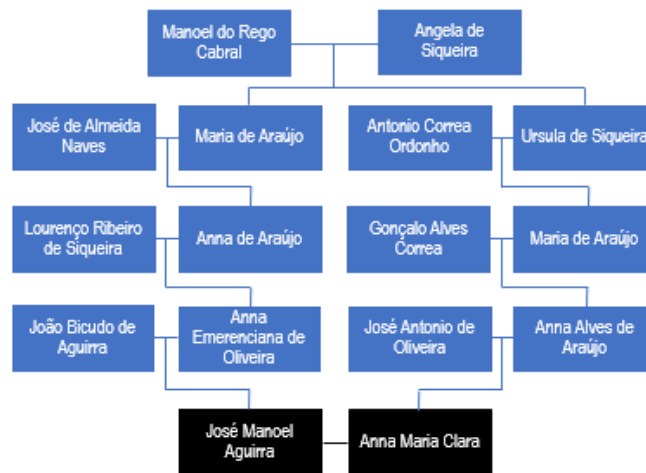
²⁴¹ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1822, parte 4, p. 50. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2731. Acesso em: 26 jul. 2022.

²⁴² Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3BFW-J>. Acesso em: 26 jul. 2022.

²⁴³ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3SYZ-R>. Acesso em: 26 jul. 2022.

²⁴⁴ Genealogia Paulistana. Título Arrudas Botelhos, Volume IV. Disponível em: http://www.arvore.net.br/Paulistana/ABotelhos_2.htm. Acesso em: 26 jul. 2022.

Figura 1. Parentesco materno entre José Manoel Aguirra e Anna Maria Clara



Após a morte de Anna Maria Clara, José Manoel Aguirra celebraria nova união em 1823, agora com sua sobrinha Rita de Cássia Leite, de vinte anos, filha de Maria Joaquina de Oliveira, irmã de sua segunda esposa.²⁴⁵ No curto intervalo entre 1818 e 1823, não somente Anna Maria Clara falecera, mas também Maria Joaquina de Oliveira²⁴⁶ e seu pai, José Antonio de Oliveira.²⁴⁷ Sendo assim, ao juntar-se a Rita de Cássia, José Manoel reforçou aquela aliança e automaticamente aumentou o valor que herdara de seu ex-sogro, agricultor de vulto que declarara em 1818, último censo no qual estava com vida, a posse de 43 escravizados e a produção de 1.150 arrobas de açúcar.²⁴⁸

Muito embora não tenhamos recuperado vestígios documentais da cerimônia de **João de Aguirra e Camargo** e Maria Ferreira Alves, verificou-se que ela teria sido celebrada entre 1815, quando a noiva continuava na morada de seus pais,²⁴⁹ e 1816, ocasião em que Maria, aos dezoito anos, já compartilhava o mesmo lar do marido, de 28.²⁵⁰ Sobre o pai da noiva, sabe-se que Domingos Ferreira Alves era sobrinho de João Bicudo de Aguirra, evidenciando o segundo

²⁴⁵ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3SL3-K>. Acesso em: 26 jul. 2022.

²⁴⁶ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3B8D-Z>. Acesso em: 26 jul. 2022.

²⁴⁷ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3B8J-9>. Acesso em: 26 jul. 2022.

²⁴⁸ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1818, parte 3, p. 19. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2723. Acesso em: 26 jul. 2022.

²⁴⁹ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1815, parte 2, p. 44. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2705. Acesso em: 27 jul. 2022.

²⁵⁰ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1816, parte 1, p. 2. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2709. Acesso em: 27 jul. 2022.

caso de parentesco paterno entre as onze uniões em análise;²⁵¹ além disso, igualmente ocupava papel de relevo na lavoura canavieira ituana, sendo um de seus maiores produtores.²⁵² Após a morte de Maria Ferreira Alves, em setembro de 1833,²⁵³ João contraiu núpcias no ano seguinte com Izabel Maria de Araújo,²⁵⁴ sua sobrinha, que se encontrava órfã desde o falecimento de José Manoel Aguirra, em 1829.²⁵⁵

A segunda filha de João e Anna Emerenciana, **Maria Gertrudes de Araújo**, casou-se aos 26 anos, em 1818, com José Ferreira Alves, de dezesseis, o mais velho filho homem de Domingos Ferreira Alves.²⁵⁶ Tal relação duraria até julho de 1828, quando Maria Gertrudes viria a óbito por “*recaída de parto*”;²⁵⁷ no entanto, a aliança das duas famílias seria novamente fortalecida quatro meses depois, quando José Ferreira Alves casou-se com Anna Luísa de Araújo,²⁵⁸ sua sobrinha, cujos pais eram José Manoel Aguirra e sua primeira mulher, Rosa Pereira Barbosa.

Finalmente, **Manoel de Aguirra e Camargo** uniu-se a Marianna Alves de Araújo, mais uma filha de José Antonio de Oliveira e Anna Alves de Araújo, em 1821.²⁵⁹ Nos maços populacionais compilados até 1830, constata-se que estavam cercados em seu fogo apenas por agregados e escravizados, indicando a possível infertilidade do casal.²⁶⁰ Após a morte de sua esposa, em 1836,²⁶¹ Manoel casar-se-ia no ano seguinte com Maria Nazareth de Oliveira,²⁶² sua sobrinha, filha de Maria Joaquina de Oliveira, portanto neta de José Antonio de Oliveira.

²⁵¹ Genealogia Paulistana. Título Bicudos, Volume VI, p. 312. Disponível em: http://www.arvore.net.br/Paulistana/Bicudos_1.htm. Acesso em: 27 jul. 2022.

²⁵² Em acordo com os dados do maço de população de 1815, o engenho de Domingos Ferreira Alves produziu 1.300 arrobas de açúcar naquele ano, sétimo maior número da vila ituana.

²⁵³ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3BZM-H>. Acesso em: 28 jul. 2022.

²⁵⁴ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3B64-N>. Acesso em: 28 jul. 2022.

²⁵⁵ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3BZ8-M>. Acesso em: 28 jul. 2022.

²⁵⁶ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3SYG-J>. Acesso em: 28 jul. 2022.

²⁵⁷ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3BZ2-W>. Acesso em: 28 jul. 2022.

²⁵⁸ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3B64-N>. Acesso em: 28 jul. 2022.

²⁵⁹ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3SL4-7>. Acesso em: 28 jul. 2022.

²⁶⁰ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1830, parte 6, p. 20. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2774. Acesso em: 28 jul. 2022.

²⁶¹ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-HS98-KH>. Acesso em: 28 jul. 2022.

²⁶² Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3BDN-Q>. Acesso em: 28 jul. 2022.

Dos dez membros da prole de João Bicudo de Aguirra e Anna Emerenciana de Oliveira, quatro deles não concretizaram enlances matrimoniais: **Francisco** foi listado pela última vez nos censos ituanos em 1811,²⁶³ aos doze anos de idade, e não foi citado no inventário de sua mãe, em 1818, sinalizando sua precoce morte; **Lourenço** faleceu ainda criança, aos nove anos, vítima de uma “*dentada de caxorro danado*”;²⁶⁴ **Antonio Bicudo de Aguirra**, por seu turno, tornou-se padre;²⁶⁵ por fim, **Maria de Nazareth** foi classificada no inventário de seu pai como desassissada, apontando que tinha as faculdades mentais prejudicadas.²⁶⁶

Com exceção da união inaugural de Joaquim José de Araújo, de cuja noiva não conseguimos rastrear a atividade econômica familiar, o estudo dos demais enlances demonstrou a predileção por linhagens estabelecidas em Itu que comercializassem o açúcar produzido em seus engenhos. Ao contrário da maioria dos descendentes de Antonio de Barros Penteadado e Maria Paula Machado, que se casaram com cônjuges nascidos em outras vilas e que não tinham o cultivo da cana como principal ocupação, os herdeiros de João Bicudo de Aguirra contraíram núpcias com quem a eles mais se assemelhava e, por vezes, compartilhava algum traço consanguíneo, fosse ele próximo, fosse ele distante.

Salta aos olhos, também, a repetição de casamentos com os filhos de José Antonio de Oliveira e Domingos Ferreira Alves, que resultaram, ao todo, em cinco uniões. Além do parentesco e da exploração agrícola em comum, vale citar que as três famílias possuíam morada na mesma região, o bairro de Pirahy de Cima,²⁶⁷ e que ao menos duas delas eram vizinhas: o sítio de Domingos Ferreira Alves, em acordo com o inventário de Anna Emerenciana de Oliveira, estava ao lado de um imóvel que a ela pertencia.²⁶⁸ Apesar de não ser simples determinar o quão importante era a proximidade dos lares para que se desenvolvessem aquelas celebrações, certamente não se pode ignorar, nesse caso específico, a relevância de seu papel; pesquisas futuras, com base nas descrições de propriedades listadas em inventários e registradas em cadastros de terras, poderão revelar se a evidência de tal elemento se repetia para outras parentelas.

²⁶³ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1811, parte 3, p. 47. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2799. Acesso em: 28 jul. 2022.

²⁶⁴ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3B88-C>. Acesso em: 28 jul. 2022.

²⁶⁵ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1815, parte 5, p. 36. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2708. Acesso em: 28 jul. 2022.

²⁶⁶ MUSEU REPUBLICANO DE ITU. Inventário de bens de João Bicudo de Aguirra, 1829, maço 36 B, p. 14.

²⁶⁷ O maço populacional de 1805 revela que os fogos de Domingos Ferreira Alves, João Bicudo de Aguirra e José Antonio de Oliveira situavam-se no bairro de Pirahy de Cima e pertenciam à 4ª Companhia de Ordenanças da vila de Itu, sendo os seus fogos, respectivamente, aqueles de número 34, 41 e 44. CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1805, parte 5, p. 38. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2686. Acesso em: 29 jul. 2022.

²⁶⁸ MUSEU REPUBLICANO DE ITU. Inventário de bens de Anna Emerenciana, 1818, maço 23, p. 30.

3.2.2 Os detalhes de uma partilha não amigável

Enquanto os descendentes de Antonio de Barros Penteado optaram por esperar o falecimento de ambos os pais para realizar o inventário do casal, o mesmo não ocorreu com os familiares de Anna Emerenciana de Oliveira. Em outubro de 1818,²⁶⁹ dois meses após sua morte,²⁷⁰ foi iniciada a avaliação do que havia acumulado em vida com o marido, e que agora seria distribuído entre ele e os sete filhos ainda vivos.

Todos os passos já descritos em seção anterior, quando abordamos o inventário de Antonio e Maria Paula, foram executados após a passagem de Anna Emerenciana, com a diferença de que não havia determinações da terça a cumprir pois ela não redigira ou ditara seu testamento. Sendo assim, depois de os herdeiros serem elencados e os bens relacionados, foram incluídas as colações, quando cada um declarou valores adiantados pelos pais até aquele momento. Cabe mencionar que Manoel de Aguirra e Camargo, solteiro em 1818, disse não ter recebido nenhuma vantagem financeira de seus genitores, porém, para efeito de comparação, consideramos na tabela abaixo o que seria citado por ele posteriormente, em 1829, ao se atualizarem as colações com a morte de João Bicudo de Aguirra.

Tabela 23. Colação dos herdeiros de João e Anna Emerenciana (valores em réis)

	Dinheiro	Escravizados	Outros	Total
Joaquim José de Araújo	1:014\$220	600\$000 (4)	-	1:614\$220
Anna Francisca de Araújo	500\$000	1:250\$000 (9)	-	1:750\$000
José Manoel Aguirra	715\$200	600\$000 (4)	-	1:315\$200
João de Aguirra e Camargo	667\$600	300\$000 (2)	8\$000	975\$600
Maria Gertrudes de Araújo	-	1:040\$400 (9)	51\$300	1:091\$700
Manoel de Aguirra e Camargo	20\$000	700\$000 (2)	47\$800	767\$800
Total	3:957\$420	3:450\$000	118\$510	7:514\$520

Fonte: Inventário de bens de Anna Emerenciana de Oliveira e de João Bicudo de Aguirra.

No que diz respeito às cifras em dinheiro, chama atenção a concessão a Joaquim José de Araújo, herdeiro que não se casou em Itu, mas sim em Jacuí, Capitania de Minas Gerais, onde

²⁶⁹ MUSEU REPUBLICANO DE ITU. Inventário de bens de Anna Emerenciana, 1818, maço 23, p. 1.

²⁷⁰ *Ibidem*, p. 7.

também seu filho recém-nascido viria a falecer. Deduzimos que ambos os sinais indicam que essa era a vila onde havia se estabelecido, e o conto de réis recebido seria, provavelmente, usado para a aquisição de uma propriedade e escravizados no local de origem de sua esposa.

A análise dos montantes totais repassados nos permite concluir que não havia privilégio específico a um dos sexos beneficiados. O alto valor de Anna Francisca de Araújo, pouco acima de seu irmão Joaquim, se deve ao número de escravizados concedidos por seus pais: dos nove cativos, seis eram homens, sugerindo que seriam mão de obra para o engenho em desenvolvimento de seu marido, Martim de Mello Taques Góes e Aranha.²⁷¹ O caso de Joaquim, há pouco explicado, refletiria a necessidade da compra de terras em uma outra vila. Especificamente sobre o alto número de escravizados cedidos a Maria Gertrudes, acreditamos que ele se deve à baixa idade de seu cônjuge, José Ferreira Alves, que, aos dezesseis anos, não teria tido o tempo necessário para acumular certo pecúlio e garantir o sustento de sua unidade doméstica. No que toca àquele que apresenta a menor colação, Manoel de Aguirra e Camargo foi o único que se casou após a morte de sua mãe, justamente enquanto a partilha de seus bens era realizada, portanto não faria sentido um vultoso adiantamento pois logo contaria com a legítima materna.

Uma vez reunidas as colações de todos, compunha-se a memória de cálculo para informar o que seria destinado a cada um, como ilustrado na tabela a seguir:

Tabela 24. Memória de cálculo do inventário de Anna Emerenciana (valores em réis)

Bens inventariados	19:494\$100
Colações (+)	5:327\$095
Dívidas ativas (+)	1:340\$000
Monte mor	26:161\$195
Meação de João Bicudo de Aguirra (-)	13:080\$597
Monte partível	13:080\$597
Legítima de direito a cada herdeiro	1:868\$656

Fonte: Inventário de bens de Anna Emerenciana de Oliveira.

²⁷¹ MUSEU REPUBLICANO DE ITU. Inventário de bens de Anna Emerenciana, 1818, maço 23, p 61.

Antes de se iniciar a distribuição dos quase dois contos de réis que cada um deveria receber, foi incluído no processo um requerimento de Martim de Mello Taques Góes e Aranha, no papel de cabeça de sua mulher. Nesse documento, solicitou que a legítima de Anna Francisca fosse paga por meio de um sítio em Capivari, bairro no qual estava localizada uma das três fazendas listadas no inventário de Anna Emerenciana, e afirmou, com o intuito de tornar plausível o seu desejo, que no monte mor existiam “*mais sítios nos quais se possam acomodar os mais herdeiros*”.²⁷² Após o seu pedido, em maio de 1820 foi lavrado o auto de partilha, no qual os bens de raiz administrados por João Bicudo de Aguirra – Sítio Barra, no bairro Pirahy de Cima, avaliado em 3:600\$000 réis; Sítio Bom Jardim, no bairro Capivari, avaliado em 4:000\$000 réis; e o Sítio Cachoeira, este na vila de Mogi Mirim, no valor de 300\$000 réis – foram fragmentados da seguinte maneira:

Tabela 25. Primeira partilha dos sítios de João e Anna Emerenciana (12/5/1820)

	Sítio Barra	Sítio Bom Jardim	Sítio Cachoeira
João Bicudo de Aguirra	50%	-	100%
Joaquim José de Araújo	4%	-	-
Anna Francisca de Araújo	-	37%	-
José Manoel Aguirra	-	19%	-
João de Aguirra e Camargo	13%	-	-
Maria Gertrudes de Araújo	13%	-	-
Manoel de Aguirra e Camargo	-	44%	-
Maria de Nazaré	21%	-	-
Total	100%	100%	100%

Fonte: Inventário de bens de Anna Emerenciana de Oliveira.

Passados cinco meses da formalização da partilha, sem que as propriedades estivessem efetivamente distribuídas conforme aquilo que se definira, o viúvo João Bicudo de Aguirra a contestou. Para ele, posto que na relação de bens havia dois engenhos de fabricar açúcar, ambos nos sítios de Itu, faria sentido que quem os liderara por anos fosse contemplado com ao menos um deles por inteiro.²⁷³ Ciente de que sua meação era superior ao preço de qualquer uma das fazendas, defendeu que, para o bem de todos, poderia até “pagar” contos de réis a mais por uma

²⁷² MUSEU REPUBLICANO DE ITU. Inventário de bens de Anna Emerenciana, 1818, maço 23, p. 74.

²⁷³ *Ibidem*, p. 112.

delas, ato que resultaria, por consequência, em um número maior de itens a serem repartidos entre os herdeiros.

Seu genro Martim de Mello Taques Góes Aranha, por seu turno, também contestou a divisão, mas o fazia por outro motivo: o método de cálculo da meação de seu sogro estaria incorreto.²⁷⁴ Ilustrando o erro matematicamente ao mostrar como a cifra fora determinada e como deveria ter sido, concluiu que João Bicudo de Aguirra estava sendo privilegiado em quase três contos de réis,²⁷⁵ motivo suficiente para que uma nova distribuição fosse elaborada.

Uma vez apresentados ambos os requerimentos, o acordo inicial foi anulado. Infelizmente, pela leitura das fontes não é possível ter acesso aos detalhes das negociações que ocorreram entre a primeira requisição de João Bicudo de Aguirra e a divulgação da segunda partilha, em maio de 1822.²⁷⁶ Contudo, sabemos, sim, que se anteriormente aquele homem manifestara sua vontade de obter um engenho para si, agora, representado por João de Aguirra e Camargo, seu filho e procurador, aceitava condições que não o destinavam propriedade alguma. Por outro lado, muito embora Martim de Mello Taques Góes e Aranha tenha sido obrigado a repor aos demais herdeiros a quantia de 2:486\$195 réis,²⁷⁷ ele pode ser visto como o principal favorecido pelo acordo final, pois foi, a partir da legítima de sua esposa, o único beneficiado com um engenho inteiro em funcionamento.

Tabela 26. Partilha final dos sítios de João e Anna Emerenciana (9/5/1822)

	Sítio Barra	Sítio Bom Jardim	Sítio Cachoeira
João Bicudo de Aguirra	-	-	-
Joaquim José de Araújo	-	-	-
Anna Francisca de Araújo	100%	-	-
José Manoel Aguirra	-	-	-
João de Aguirra e Camargo	-	-	100%
Maria Gertrudes de Araújo	-	50%	-
Manoel de Aguirra e Camargo	-	50%	-
Maria de Nazaré	-	-	-
Total	100%	100%	100%

Fonte: Inventário de bens de Anna Emerenciana de Oliveira.

²⁷⁴ MUSEU REPUBLICANO DE ITU. Inventário de bens de Anna Emerenciana, 1818, maço 23, p. 121.

²⁷⁵ *Ibidem*, p. 122.

²⁷⁶ *Ibidem*, p. 153.

²⁷⁷ *Ibidem*, p. 178.

Ao contrário do que se passara com Antonio de Barros Penteado e Maria Paula Machado, a análise do caso de Anna Emerenciana não só demonstrou a ausência de uma estratégia para a posterior condução dos engenhos, mas também apontou a discussão em torno de sua posse, algo solucionado somente em 1822, quatro anos depois da passagem da matriarca. Se nos ativermos apenas a essa disputa, restringindo-nos ao inventário como fonte histórica, poderemos imaginar o descontentamento por parte daquele que em curto período perdera não só a esposa, mas também as terras que a ele pertenciam.

A investigação nos maços de população ituanos, contudo, nos permite cogitar uma outra realidade. Organizado dois anos após a partilha, o censo de 1824 revelou que João Bicudo de Aguirra não se encontrava na posição de idoso agregado a um de seus filhos, mas sim como cabeça de um fogo situado entre os domicílios de Manoel de Aguirra e Camargo e José Ferreira Alves, os novos donos do Sítio Bom Jardim.²⁷⁸ Tal registro, aliado ao inventário de Anna Emerenciana, pode nos informar como os Aguirra lidaram com a legislação vigente e a inevitável fragmentação de suas terras: em vez de aguardar a morte do patriarca para o rateio de seus engenhos, anteciparam-na, entrando em acordo por meio de alternativas que buscavam satisfazer a todos, incluindo João Bicudo de Aguirra. Quanto a este último, deduz-se que fizera ouvir sua voz, pois apesar de formalmente não mais possuir sítio algum, na prática continuava a liderar seu próprio lar e a produzir açúcar, tendo declarado a fabricação de 950 arrobas em 1824 e de 1.200 no ano seguinte.²⁷⁹

3.2.3 As últimas vontades de João Bicudo de Aguirra

Tendo em conta que todas as fazendas foram divididas já no inventário de Anna Emerenciana de Oliveira, optamos por não nos debruçarmos sobre a partilha patrimonial de João Bicudo de Aguirra, composta em sua maior parcela pelas 72 pessoas que escravizava.²⁸⁰ Entretanto, gostaríamos de brevemente abordar as vontades finais que ditara ao padre José Joaquim de Quadros Leite um ano antes de falecer, algo que, do mesmo modo, faríamos para a sua esposa caso ela nos tivesse deixado seu testamento.

²⁷⁸ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1824, parte 6, p. 23. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2740. Acesso em: 31 jul. 2022.

²⁷⁹ CASA DO PINHAL. *Maço de população da vila de Itu*, 1825, parte 6, p. 37. Disponível em: http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2761. Acesso em: 31 jul. 2022.

²⁸⁰ MUSEU REPUBLICANO DE ITU. Inventário de bens de João Bicudo de Aguirra, 1829, maço 36 B, p. 30.

Morto em novembro de 1829,²⁸¹ o patriarca dos Aguirra manifestou sua religiosidade e preocupação com a alma em mais de um instante de seu sucinto testamento, encomendando missas em seu nome, no de seus pais e para Anna Emerenciana;²⁸² pediu, além disso, que se doassem 64 mil réis a mendigos no dia de seu falecimento, assim como, no prazo de dois anos, doze mil e oitocentos réis aos pobres do Hospital dos Lázaros em Itu.²⁸³ Quanto aos familiares, apenas quatro netas foram contempladas: dois contos de réis seriam divididos entre Anna, Maria e Lucrécia, filhas de Maria Gertrudes de Araújo, que falecera em 1828, e outros quatrocentos mil réis seriam destinados a Anna, filha de João de Aguirra e Camargo.²⁸⁴

Após a monetização das poucas disposições finais que determinara, havia cerca de seis contos de réis remanescentes em sua terça,²⁸⁵ quantia que poderia doar a seu bem querer e que era suficiente para se adquirir um sítio e fabricar açúcar. Antonio de Barros Penteadado, em situação similar, preferiu que o saldo final de sua terça fosse dividido entre os nove filhos que deixara em vida, enquanto Maria de Paula Machado pedira que fossem privilegiados os pobres em Itu. A despeito de contar com um extenso leque de filhos, netos e outros descendentes, assim como mais de setenta escravizados que poderia alforriar, João Bicudo de Aguirra também optou por não mais favorecer ninguém, e solicitou que tal montante fosse distribuído aos pobres, sem discriminação, a arbítrio de João de Aguirra e Camargo, seu testamenteiro.²⁸⁶

²⁸¹ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Database with images. *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3P7H-7>. Acesso em: 30 jul. 2022.

²⁸² MUSEU REPUBLICANO DE ITU. Inventário de bens de João Bicudo de Aguirra, 1829, maço 36 B, p. 84.

²⁸³ *Ibidem*.

²⁸⁴ *Ibidem*.

²⁸⁵ *Ibidem*, p. 95.

²⁸⁶ *Ibidem*, p. 84.

CONCLUSÃO

Se ao longo do século XVIII a vila de Itu já se fazia notar pelo desenvolvimento de sua dinâmica mercantil, consequência direta das vendas do que plantavam e que permitiram o fortalecimento de fazendeiros como o sargento-mor Antonio Pacheco da Silva, a ascensão da lavoura canavieira exportadora a elevaria a outro patamar, destacando-a como um importante polo agrícola da recém-restaurada Capitania de São Paulo. O crescimento de sua população livre, dos números de domicílios e de escravizados africanos era sinal que evidenciava a maior circulação de capital em suas vias, tornando a sua elite um objeto ideal para que estudássemos possíveis estratégias de transmissão de herança na colônia, assim como o fizeram autores anteriormente citados neste trabalho.

Entre os ilustres senhores de engenho ituanos, a análise das quantidades de açúcar que fabricavam e de cativos que possuíam mostrou que o ofício exercido poderia ser igual, mas não o nível de riqueza alcançado por cada fogo. Algumas propriedades apresentavam um superior cabedal em virtude da alta produtividade de suas terras, propiciando a esses lares uma posição diferenciada quando comparados a seus pares; no momento de casar seus filhos, a eles seria oferecido um melhor leque de opções para que protegessem o patrimônio até ali amealhado, e preservassem, por meio de criteriosa seleção de genros e noras, o *status* social de seus descendentes.

As escolhas do núcleo liderado por Antonio de Barros Penteado, o fogo mais abastado pelo que informam os inventários dos principais agricultores de Itu,²⁸⁷ bem demonstram que foram priorizados cônjuges que não residiam naquela mesma vila, pois, provavelmente, lá não enxergaram pretendentes que lhes agregassem igual valor. O exame detalhado de tais matrimônios também nos apontou que, embora os dotes concedidos tenham variado segundo o momento familiar, e não em acordo com o sexo do ente agraciado, houve, sim, uma diferença de atitude conforme o gênero de seus filhos: para as mulheres, preferiram ricos noivos lusitanos que não se dedicavam exclusivamente ao comércio de açúcar, diversificando, portanto, as redes de solidariedade nas quais o clã de Barros Penteado já estava inserido. Além disso, a exogamia geográfica facilitava, de certa forma, a indicação do herdeiro destinado a futuramente conduzir

²⁸⁷ Em acordo com o inventário formalizado após as mortes de Antonio de Barros Penteado e Maria Paula Machado, seu monte menor era igual a 117:309\$036 réis. Ao analisarmos as cifras dos trinta maiores senhores de engenho ituanos que nos deixaram inventários passíveis de serem examinados, o segundo mais alto valor correspondeu a Fernando Dias Pais Leme, no total de 72:621\$778 réis. MUSEU REPUBLICANO DE ITU. Inventário de bens de Fernando Dias Pais Leme, 1839, maço 48 B, p. 128.

o engenho de seus pais, uma vez que as filhas nessa condição se encontrariam, desde cedo, sustentadas pelos sucessos comerciais dos maridos em vilas como São Paulo e Santos, podendo receber suas legítimas pelo repasse de escravizados ou de outra maneira que evitasse a fragmentação das terras paternas.

No que diz respeito aos casamentos dos filhos varões, celebrados duas décadas após as três primeiras cerimônias de suas irmãs, optou-se pela concentração junto à prole de um único homem, Antonio Francisco de Aguiar, eminente arrematador de impostos e inspetor do registro de animais de Sorocaba, onde moravam. Ao capital relacional que traziam as quatro noivas, somavam-se os vultosos valores aos quais cada uma tinha direito em razão da morte do pai, em abril de 1818. Tendo em conta que aos filhos de Barros Penteado havia sido concedido um generoso dote, desenhava-se um panorama benéfico para ambos os lados, posto que os novos casais ostentariam um cabedal suficiente para adquirir novas propriedades, escravizados africanos e montar os seus próprios canaviais, ou, por que não, cafezais, dando continuidade a seus papéis na elite agrária paulista.

Se a análise matrimonial não revelou o favorecimento a um dos sexos, mas sim distintas estratégias que tornavam ambos relevantes para a preservação do *status* familiar, semelhante afirmação não se pode fazer sobre a transmissão do engenho paterno. Por meio de seu testamento, o patriarca deixou instruções claras, ratificadas por sua esposa, para que apenas um de seus filhos homens o substituísse na fabricação de açúcar. Cabe lembrar que não foi nomeado o seu sucessor, preferindo-se que os próprios herdeiros o definissem; à vista disso, entendemos que o crucial, para ele, era a indivisibilidade do engenho, e não o privilégio específico a um de seus entes mais próximos.

O latifundiário João Bicudo de Aguirra, por seu turno, conquanto explorasse um grande número de escravizados, apresentava riqueza muito inferior à de Antonio de Barros Penteado, o que logo se refletiu nas possibilidades que se abriram a seus descendentes. Tanto para as moças quanto para os rapazes, observamos o predomínio de uniões consanguíneas a cônjuges que faziam parte de algumas das ilustres linhagens locais, e que praticavam, assim como seus noivos, a mesma atividade econômica; no entanto, sugere-se a disponibilidade de um mercado nupcial mais restrito, que não lhes permitia extrapolar as fronteiras ituanas como outros o fizeram.

Sobre o destino do engenho que por décadas havia impulsionado as finanças de seu lar, fomos surpreendidos pela decisão de se definir, ainda com João Bicudo de Aguirra em vida, o modo como suas terras seriam divididas. Tal fato, aliado à disputa que se configurou entre a

primeira e a segunda partilha, forneceu-nos um exemplo bastante peculiar, que demonstra a pluralidade de cenários que poderiam se desenhar diante de um momento crítico para a sobrevivência familiar. Se Antonio de Barros Penteado conseguira manter seus genros afastados ao preferir a exogamia geográfica, análoga alternativa não se fez possível para João, que anos depois veria Martim de Mello Taques Goés e Aranha, marido de sua filha Anna Francisca de Araújo e primogênito daquele que há cerca de quarenta anos era o poderoso capitão-mor ituano, ser o único a herdar um engenho inteiro em funcionamento.

A partir dos resultados de nossa pesquisa, tornou-se clara para nós, inicialmente, a importância do patrimônio acumulado para as estratégias matrimoniais da elite agrária ituana, visto que ele oferecia um leque maior de oportunidades que dialogavam com o futuro visualizado para os seus rebentos. Antonio de Barros Penteado, talvez o principal membro de um grupo que não se mostrava uniforme, apesar da ocupação em comum, bem soube aproveitar as condições que à sua frente se apresentavam, fazendo movimentos no tabuleiro nupcial que lhe permitiriam legar sua propriedade a somente um dos herdeiros, sem que os demais, ao menos pela leitura dos materiais por nós investigados, contestassem a sua vontade.

Em segundo lugar, destaca-se que ao detalhadamente avaliarmos os casamentos realizados e os dotes concedidos por ambos os núcleos, não conseguimos constatar um favorecimento exclusivo a um dos sexos em detrimento do seu oposto. Observamos, sim, a relevância do momento vivido por aquelas famílias quando se celebrava cada cerimônia, a influência da condição econômica corrente sobre os atos paternos, fator que poderia resultar em definições distintas de cônjuges ou em dotes mais generosos para determinado ente, o que também seria variável em acordo com a necessidade da nova unidade doméstica que se formava. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que não enxergamos os senhores de engenho como um só grupo, defendemos que os próprios lares estavam em constante transformação conforme o êxito da lavoura canavieira e os ganhos por ela assegurados, o que diretamente impactava as decisões de seus líderes.

Por fim, gostaríamos de sublinhar o valor do cruzamento de fontes para pesquisas que desejem estudar as linhagens que faziam parte da Capitania de São Paulo. Caso não tivéssemos acesso ao inventário de Anna Emerenciana de Oliveira, poderíamos, ao notar que um dos sítios de João Bicudo de Aguirra se encontrava sob a posse de Martim de Mello Taques Goés e Aranha, concluir pela matrilinearidade da transmissão de sua herança, o que seria incorreto. Muito embora os maços de população sejam instrumentos preciosos que nos serviram de norte em todo o desenvolvimento desta dissertação, percebemos os inventários e testamentos como

documentos fundamentais para que minimamente nos aproximássemos àquela gente, aos seus anseios, e mapeássemos os caminhos traçados que ditariam o futuro de seus descendentes.

Dentro do nosso conhecimento historiográfico em construção, esperamos ter contribuído para o debate que se debruça sobre a transmissão de bens no Brasil colônia, discussão à qual desde o início nos propusemos a fazer parte. Diante da inesperada riqueza de materiais que de maneira paulatina surgiram em nossas mãos, tentamos ao máximo reproduzir com clareza os seus dados na forma de parágrafos aqui escritos, seguindo uma linha cronológica para evitar possíveis conflitos a quem se dedicasse à sua leitura. Reconhecemos, singelamente, que o olhar minucioso a apenas duas famílias proporciona um recorte limitado, não permitindo uma ampla conclusão sobre a cena ituana; contudo, munidos das versões digitalizadas de trinta inventários daquela elite agrária, obtidas com o Museu Republicano de Itu, acreditamos que logo será criado um novo projeto que nos permita sistematizá-los, ulteriormente nos fornecendo um panorama mais completo do processo sucessório no Oeste paulista.

FONTES IMPRESSAS

- a) Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Ofícios do General Horta aos Vice-Reis e Ministros, 1802 – 1808, vol. 94. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.

FONTES MANUSCRITAS

- a) Carta do capitão-mor Vicente da Costa Taques Góes e Aranha ao governador Francisco de Assis Mascarenhas, 1815 (Casa do Pinhal);
- b) Maço de população da cidade de São Paulo de 1802 (Arquivo Público do Estado de São Paulo);
- c) Maços de população da vila de Itu dos seguintes anos: 1765, 1766, 1767, 1772, 1773, 1774, 1775, 1776, 1778, 1779, 1782, 1783, 1784, 1785, 1787, 1790, 1791, 1792, 1793, 1794, 1796, 1797, 1798, 1799, 1801, 1802, 1803, 1804, 1805, 1806, 1807, 1808, 1809, 1810, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817, 1818, 1822, 1824, 1825 (Casa do Pinhal);
- d) Inventários *post-mortem* de: Anna de Almeida (1815), Anna Emerenciana (1818), Anna Joaquina da Trindade Aranha (1829), Anna Maria Soares de Camargo (1815), Antonia Fausta Rodrigues Jordão (1825), Antonio Correa Pacheco (1833), Antonio de Barros Penteado e Maria Paula Machado (1829), Antonio Rodrigues de Almeida Leite (1817), Barbara Dias Leite (1802), Bento Dias Pacheco (1829), Domingos Ferreira Alves (1822), Domingos Teixeira Nogueira (1812), Felipe de Campos e Almeida (1823), Fernando Dias Paes Leme (1839), Francisco Galvão de França (1847), Ignacia Leite de Almeida (1801), Ignacio Ferraz Leite Penteado (1821), Ignacio Xavier Paes de Campos (1823), João Bicudo de Aguirra (1829), João de Almeida Prado (1836), José de Góis Pacheco (1821), José do Amaral Gurgel (1806), José Manoel de Mesquita (1813), Lourenço Cardoso de Negreiros (1803), Manoel Leite de Sampaio (1810), Manoel Paxeco Gato (1812), Marcelino José da Cunha e Castro (1815), Maria da Anunciação de Goes Pacheco (1834), Thereza Antonia de Goes Pacheco (1824), Vicente do Amaral Campos (1820).
- e) Ofício da câmara da vila de Itu, 1822 (Casa do Pinhal);
- f) Ofício do capitão-mor Vicente da Costa Taques Góes e Aranha, 1806 (Casa do Pinhal);

- g) Ofício do capitão-mor Vicente da Costa Taques Góes e Aranha, 1809 (Casa do Pinhal);
- h) Ofício do capitão-mor Vicente da Costa Taques Góes e Aranha, 1818 (Casa do Pinhal);
- i) Registros de batismos da Capitania de São Paulo, entre 1779 e 1804 (FamilySearch);
- j) Registros de casamentos da Capitania de São Paulo, entre 1778 e 1852 (FamilySearch).

BIBLIOGRAFIA

- ALEIXO IRMÃO, José. *Rafael Tobias de Aguiar: o Homem, o Político*. 1. ed. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 1992.
- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. A casa Sousa, um modelo de acumulação mercantil da América Portuguesa. *VII Congresso Brasileiro de História Econômica e 8ª Conferência Internacional de História de Empresas*, Aracajú, 2007. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/vii-congresso-brasileiro-de-historia-economica-e-8-conferencia-internacional-de-historia-de-empresas>. Acesso em: 05 jul. 2022.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. O sentido da Colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial (1780 – 1830). In: *História de Portugal*. José Tengarrinha (org). Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. As famílias de povoadores em áreas de fronteira da capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Belo Horizonte, v. 34, n.3, p. 549-565, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/983>. Acesso em: 18 out. 2022.
- _____. Desbravando os sertões paulistas, séculos XVI a XIX. In: GONÇALVES, Paulo Cesar; OLIVEIRA, Lélío Luiz de; MONT SERRATH, Pablo Oller; Dossiê: História da Colonização em Terras Paulistas: Dinâmicas e Transformações (Séculos XVI a XX). *História* (São Paulo), v.39, 2020. Disponível em: <http://historiasp.franca.unesp.br/desbravando-os-sertoos-paulistas-seculos-xvi-a-xix/>. Acesso em: 18 out. 2022.
- _____. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.
- _____. População e escravidão na vila de Itu, Oeste Paulista, 1698 – 1800. *XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, 20 a 24 de setembro de 2010. Disponível

em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2301>. Acesso em: 18 out. 2022.

_____. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2001.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo; SCOTT, Ana Silvia Volpi. Quarenta anos de demografia histórica. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 339-350, 2005. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/248>. Acesso em: 20 out. 2021.

BALHANA, Altiva Pilatti; CARDOSO, Jayme Antonio; HENRY, Louis. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977.

BARTH, Fredrik. Models of social organization I. In: BARTH, Fredrik. *Process and form in social life: selected essays of Fredrik Barth*. London: Routhledge & Kegan Paul, 1981.

BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza; PINSKY, Carla Bassanezi; et al. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2007.

BERTRAND, Michel. Los modos relacionales de las élites hispanoamericanas coloniales: enfoques y posturas. *Anuario IEHS: Institutos de Estudios histórico sociales*, n.15, 2000, p. 61-80. Disponível em: <http://anuarioiehs.unicen.edu.ar/2000.html>. Acesso em: 26 nov. 2021.

_____. La élite colonial en la Nueva España del siglo XVIII: un planteamiento en términos de redes sociales. In: Büschges, Christian; Schröter, Bernd (org.). *Beneméritos, aristócratas y empresarios: identidades y estructuras sociales de las capas altas urbanas en América hispánica*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main Vervuert, 2000.

_____. De la familia a la red de sociabilidad. *Revista Mexicana de Sociología*, v.61, n.2, p. 107-135, 1999.

BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681 – 1721)*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2002.

- BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da língua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.
- BOISSEVAIN, Jeremy. *Friends of friends: networks, manipulators and coalitions*. Oxford: Blackwell, 1974.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. Tese de Doutorado. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. *Revista de História*, São Paulo, n. 62, abril-junho 1965. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422/119736>. Acesso em: 27 jul. 2021.
- CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda Campos. *Casamento e família em São Paulo colonial*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata (1580 – 1640)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1984.
- _____. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/67. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 26, n. 3, p. 95-123, out-dez 1972.
- CARLO, Ricardo Felipe Di. *Exportar e abastecer: população e comércio em Santos, 1775 – 1836*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.
- CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- CERUTTI, Simona. Histoire pragmatique, ou de la rencontre entre histoire sociale et histoire culturelle. *Tracés. Revue de Sciences humaines*, n. 15, p. 147-168, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/traces/733>. Acesso em: 23 out. 2021.
- CHAVES JÚNIOR, José Inaldo. “*As duras cadeiras de hum governo subordinado*”: história, elites e governabilidade na Capitania da Paraíba (c. 1755-c. 1799). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

- COSTA, Bruno Aidar. *A vereda dos tratos: fiscalidade e poder regional na capitania de São Paulo (1723-1808)*. Tese de doutorado. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012.
- COSTA, Dora Isabel Paiva da. Formação de famílias proprietárias e redistribuição de riqueza em áreas de fronteira: Campinas, São Paulo, 1795-1850. *História Econômica e História de Empresas*, v. 7, n. 2, p. 7-35, jul-dez 2004. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/dora-isabel-paiva-da-costa.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2021.
- COSTA, Iraci Del Nero da. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: IPE-USP, 1979.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- FALCON, Francisco Calazans. Pombal e o Brasil. In: *História de Portugal*. José Tengarrinha (org). Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____. Família. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil colonial (1500 – 1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- _____. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/LuisAugustoEblingFarinatti.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). *Anais do Museu Paulista: História e Cultural Material*. São Paulo, v. 17, n.2, p. 237-250, jul.-dez. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5521>. Acesso em: 05 out. 2022.

- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.
- FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza; PINSKY, Carla Bassanezi; et al. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: crédito, confiança e informação na economia do comércio de gado entre Viamão e Sorocaba (1780 – 1810)*. Brasília: Editora da UnB, 2020.
- _____. Elites locais e suas bases sociais na América Portuguesa: uma tentativa de aplicação das *social network analysis*. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, vol. 3, n. 6, dezembro de 2011.
- GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- _____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.
- GODOY, Silvana Alves de. *Itu e Araritaguaba na Rota das Monções (1718 a 1838)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- HOBBSAWM, Eric. From Social History to the History of Society. *Daedalus*, vol. 100, n. 1, 1971, pp. 20-45. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20023989>. Acessado em: 27 jul. 2021.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Monções e Capítulos de expansão paulista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- IANNI, Octavio. *Uma cidade antiga*. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Museu Paulista da USP, 1988.
- IMÍZCOZ, José María. Actores, redes, procesos: reflexiones para una história más global. *Revista da Faculdade de Letras - História*, III Série, vol. 5, 2004, p. 115-140. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5056/4722>. Acesso em: 26 nov. 2021.
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia paulistana*. São Paulo: Duprat & comp., 1905. 9 v.

- LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S.. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- MACHADO, Maria Helena Toledo. *Trabalho, Compensação e Crime*. Estratégias e Contra-Estratégias. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 18, p. 81-102, 1988.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1973.
- _____. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.
- MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo, seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976.
- MEDICCI, Ana Paula. *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*. Tese de Doutorado. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.
- METCALF, Alida C. Família. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994.
- _____. *Family and frontier in colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822*. Berkeley: University of California Press, 1992.
- MONT SERRATH, Pablo Oller. *Dilemas & Conflitos na São Paulo restaurada: Formação e Consolidação da Agricultura Exportadora (1765 – 1802)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Trajectórias sociais e formas familiares. *Famílias, poderosos y oligarquias: seminário Família y elite de poder en el reino de Murcia. Siglos XV-XIX*, 2001, p. 17-38.
- MOUTOUKIAS, Zacarías. Família patriarcal o redes sociales: balance de una imagen de la estratificación social. *Anuario IEHS: Institutos de Estudios histórico sociales*, n.15, 2000, p.

133-151. Disponível em: <http://anuarioiehs.unicen.edu.ar/2000.html>. Acesso em: 26 nov. 2021.

_____. Redes sociales, comportamiento empresario y movilidad social en una economía de no mercado (el Río de la Plata en la segunda mitad del siglo XVIII). In: BJERG, María; OTERO, Hernán; ZEBERIO, Blanca; (Comp.). *Reproducción social y sistemas de herencia en una perspectiva comparada: Europa y los países nuevos (siglos XVIII al XX)*. Tandil: Instituto de Estudios Históricos-Sociales, 1998, p. 63-81.

MUAZE, Mariane. *As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

_____. Por uma micro-história da família. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, julho/2011. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856711_4179a46dcb4e5564e1c374fa5d7a0bc1.pdf. Acesso em: 24 nov. 2021.

NARDY FILHO, Francisco. *A Cidade de Itu: crônicas históricas*. 3 ed. Itu: Ottoni Editora, 2006.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2006.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canvieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A cidade de São Paulo: geografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Microanálise e construção do social. In: Revel, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROSENTHAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”.
In: Revel, Jacques. Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira.* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

_____. A família no Brasil: história e historiografia. *História Revista*, v.2, n.2, p. 7-21, jul.dez., 1997.

_____. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano: Itu, 1780-1830.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SAMUEL, Raphael. What is Social History? *History Today*, vol. 35, n. 3, 1985. Disponível em: <https://www.historytoday.com/archive/what-social-history>. Acessado em: 27 jul. 2021.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n.51, p. 13-29, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/19983>. Acesso em: 24 nov. 2021.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura no Brasil colônia.* Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. (coord). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil.* Lisboa: Verbo, 1994.

_____. *Sistema de casamento no Brasil colonial.* São Paulo: T. A. Queiroz. Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História Econômica do Brasil (1500 – 1820).* São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1937.

TRIVELLATO, Francesca. Is There a Future for Italian Microhistory in the Age of Global History? *California Italian Studies*, v. 2, n. 1, p. 1-24, 2011. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/0z94n9hq>. Acesso em: 23 out. 2021.